

Portugal, Balanço Social 2023

Relatório Anual

SUSANA PERALTA, BRUNO P. CARVALHO, MIGUEL FONSECA



Índice

1	AGRADECIMENTOS	5
2	INTRODUÇÃO	7
3	OS RECURSOS DAS FAMÍLIAS EM 2022	13
3.1	Intensidade e severidade da pobreza	22
4	PARA ALÉM DO RENDIMENTO	24
4.1	Privação material e social	25
4.2	Outras privações essenciais	30
4.2.1	Situação laboral	30
4.2.2	Educação	32
4.2.3	Saúde	33
4.2.4	Habituação	35
4.3	Qual foi o impacto da inflação nas condições de vida em Portugal?	37
5	DESIGUALDADE DO RENDIMENTO	38
6	A IMPORTÂNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS	42
7	DIFERENÇAS REGIONAIS	46
8	AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS MAIS NOVOS E DOS MAIS VELHOS	50
8.1	Pobreza e desigualdade	51
8.2	Privação material e social	53
8.3	Outras privações essenciais	55
9	SAÚDE MENTAL E BEM ESTAR	57
10	2023 EM REVISTA	62
10.1	Emprego	63
10.2	Proteção social	70
10.3	Pobreza e desigualdade em 2023: um panorama	75
11	PERCEÇÕES, EXPECTATIVAS E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES	77
12	CONTEXTO MACROECONÓMICO	83
13	QUESTÕES METODOLÓGICAS	90
13.1	Como medir a pobreza	91
13.2	Indicadores utilizados ao longo do relatório	95
13.3	Inquérito às Condições de Vida e Rendimento	97
14	ANEXOS	98
15	ÍNDICE DE PERGUNTAS	101

Lista de Figuras

1	Portugal e a UE27 nos principais indicadores de pobreza ou exclusão social (em %)	8
2	Qual é a taxa de risco de pobreza ou exclusão social na Europa? (em %)	10
3	Evolução da pobreza e exclusão social em Portugal - Indicadores Europa 2030 (em %)	11
4	Taxas de vulnerabilidade económica e de pobreza extrema (em %)	19
5	Distribuição cumulativa do rendimento e o limiar da pobreza (em %)	20
6	Quartis do rendimento disponível (em %)	39
7	Transferências sociais e o rendimento	45
8	Taxa de risco de pobreza, Portugal e Regiões (em %)	48
9	Coefficiente de Gini, em 2021, por município	49
10	Taxa de desemprego - Total e por nível de escolaridade completo(em %)	63
11	Variação homóloga de indivíduos registados no centro de emprego por regiões	64
12	Inscritos no Centro de Emprego, em 2023, por município (em %)	65
13	Variação homóloga do número de pessoas inscritas nos centros de emprego por grupos socio-demográficos	66
14	Horas trabalhadas	67
15	Teletrabalho (em %)	68
16	Contratos temporários (em %)	69
17	Número de beneficiários do abono de família por género e por idade	70
18	Distribuição do rendimento e os limiares dos apoios sociais	71
19	Número de beneficiários do abono de família por escalão	72
20	Número de beneficiários do rendimento social de inserção por género e por idade	73
21	Número de beneficiários do rendimento social de inserção por dimensão do agregado familiar	73
22	Número de beneficiários da prestação social para a inclusão por género e por idade	74
23	Má Situação (em %)	78
24	Más Expectativas (em %)	79
25	Problemas mais relevantes em Portugal (em %)	80
26	Falta de confiança nas instituições (em %)	81
27	Falta de satisfação com a democracia (em %)	82
28	Agregados Macro	84
29	Despesa do Estado	85
30	Pensão média anual da Segurança Social - Total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice (em €)	86
31	Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, subsídio social de desemprego, subsídio de desemprego e subsídio de doença (em milhares)	87
32	Salário mínimo nacional (em €)	88
33	Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem – Total e por nível de qualificação e género (em €)	89

Lista de Tabelas

1	Limiar do risco de pobreza (em €)	14
2	Taxa de risco de pobreza de acordo as características socio-demográficas da população (em %)	16
3	Taxa de risco de pobreza de acordo com a situação laboral (em %)	17
4	Taxa de risco de pobreza de acordo com a composição do agregado familiar (em %)	18
5	Outros indicadores de fragilidade económica (em %)	21
6	Intensidade e severidade da pobreza (em %)	22
7	Privação material e social em Portugal (em %)	26
8	Risco de pobreza e privação material e social em 2021 e 2022 (em %)	27
9	Ítems de privação material e social (em %)	28
10	Intensidade laboral em Portugal (em %)	31
11	Nível de escolaridade dos adultos em Portugal (em %)	32
12	Desigualdades salariais entre géneros, por nível de escolaridade	33
13	Privação de saúde em Portugal (em %)	34
14	Privação habitacional em Portugal (em %)	35
15	Encargos excessivos com a habitação (em %)	36
16	Indicadores de desigualdade na distribuição de rendimentos (em %)	40
17	Situação laboral e nível de educação por quartil de rendimento (em %)	41
18	Transferências sociais ao nível do indivíduo e do agregado	43
19	Pobreza e desigualdade social, antes e depois de transferências sociais (em %)	44
20	Coefficiente de Gini em 2021	49
21	Pobreza e desigualdade social nos grupos etários, antes e depois de transferências sociais (em %)	52
22	Privação material e social por grupos etários (em %)	53
23	Ítems de privação material e social nos grupos etários (em %)	54
24	Pobreza multidimensional nos grupos etários (em %)	56
25	Hábitos menos saudáveis (em %)	58
26	Dificuldades no dia-a-dia (em %)	59
27	Satisfação com a vida (em %)	60
28	Isolamento social (em %)	61
29	Inscritos no Centro de Emprego em 2023 (em %)	65
30	Beneficiários da segurança social (em milhares)	86
31	Principais características da população	94
32	Dados utilizados	99



Agradecimentos

Agradecemos à Fundação “la Caixa”, parceira da Nova SBE na Iniciativa para a Equidade Social: uma iniciativa plurianual, que visa impulsionar o setor social em Portugal com uma visão de longo prazo, traçando um retrato do setor e desenvolvendo programas de investigação e capacitação para apoiar organizações sociais. O Portugal, Balanço Social é um dos projetos centrais desta parceria e tem por objetivo promover o conhecimento e discussão através de um relatório anual. O Portugal, Balanço Social faz todos os anos um retrato socioeconómico das famílias portuguesas, com ênfase nas situações de privação e exclusão.¹

1. Agradecemos a José Pena do Amaral e Maria João Cabral os comentários às versões anteriores do documento; a Joana Castro e Costa a coordenação entre a Nova SBE e a Fundação La Caixa; e a Renata Steffen e Alexandre Lucas pelo apoio na comunicação.



2. Introdução

Introdução

Em 2010, a União Europeia lançava a Estratégia 2020, “uma visão para uma economia social de mercado”, que assenta num crescimento simultaneamente inteligente, sustentável e inclusivo. Para monitorizar estes objetivos, a UE criou um novo instrumento estatístico, o Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento, um inquérito representativo anual.

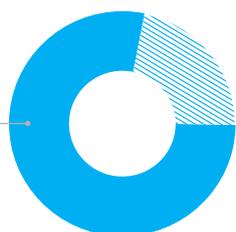
Em 2021, na Cimeira Social do Porto, que teve lugar durante a Presidência Portuguesa do Conselho Europeu, foi definido um Plano de Ação para concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Este pilar visa a construção de uma UE social forte, justa, inclusiva e com oportunidades. O Plano de Ação

estabeleceu vários objetivos, a atingir em 2030, ao nível da União.

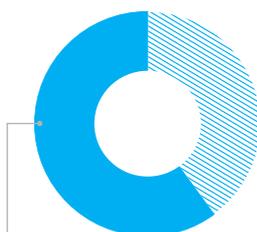
Os objetivos comuns desdobram-se em compromissos nacionais, estabelecidos por cada Estado-Membro que, no caso português são: 80% no indicador relativo ao emprego, 60% no indicador relativo à formação de adultos e uma diminuição de 765 mil pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, até 2030. [2]

Neste capítulo introdutório, fazemos uma breve comparação de Portugal com os restantes países da UE em 2022, seguida de uma perspetiva da evolução recente do país.

União Europeia



Pelo menos
78%
das **pessoas entre as idades de 20 e 64 anos** devem estar **empregadas**.



Pelo menos
60%
da **população adulta** deve participar em **programas de formação** em cada ano.

O número de **pessoas em risco de pobreza e exclusão social** deve ser reduzido em **15 milhões**, incluindo pelo menos **5 milhões** de **crianças**, em **comparação com 2019**.

Portugal no contexto da UE

Em 2022, Portugal estava abaixo da média da União Europeia nos principais indicadores de pobreza. A Figura 1 mostra que a taxa de risco de pobreza em Portugal era de 16,4% (16,5% para a UE27), a taxa de privação material e social severa era de 5,3% (6,7% para a UE27) e a percentagem de pessoas com intensidade laboral muito baixa era de 5,6% (8,3% para a UE27). A Figura 1 mostra que a Chéquia tem a

menor taxa de risco de pobreza da UE (10,2%) e a Bulgária a maior (22,9%). A maior taxa de privação material e social observa-se na Roménia (24,3%) e a menor na Eslovénia (1,4%). A percentagem de pessoas em agregados com muito baixa intensidade laboral é menor no Luxemburgo (3,5%) e mais elevada na Bélgica (11,5%), seguida da Irlanda (10,5%) e Finlândia (10,1%).

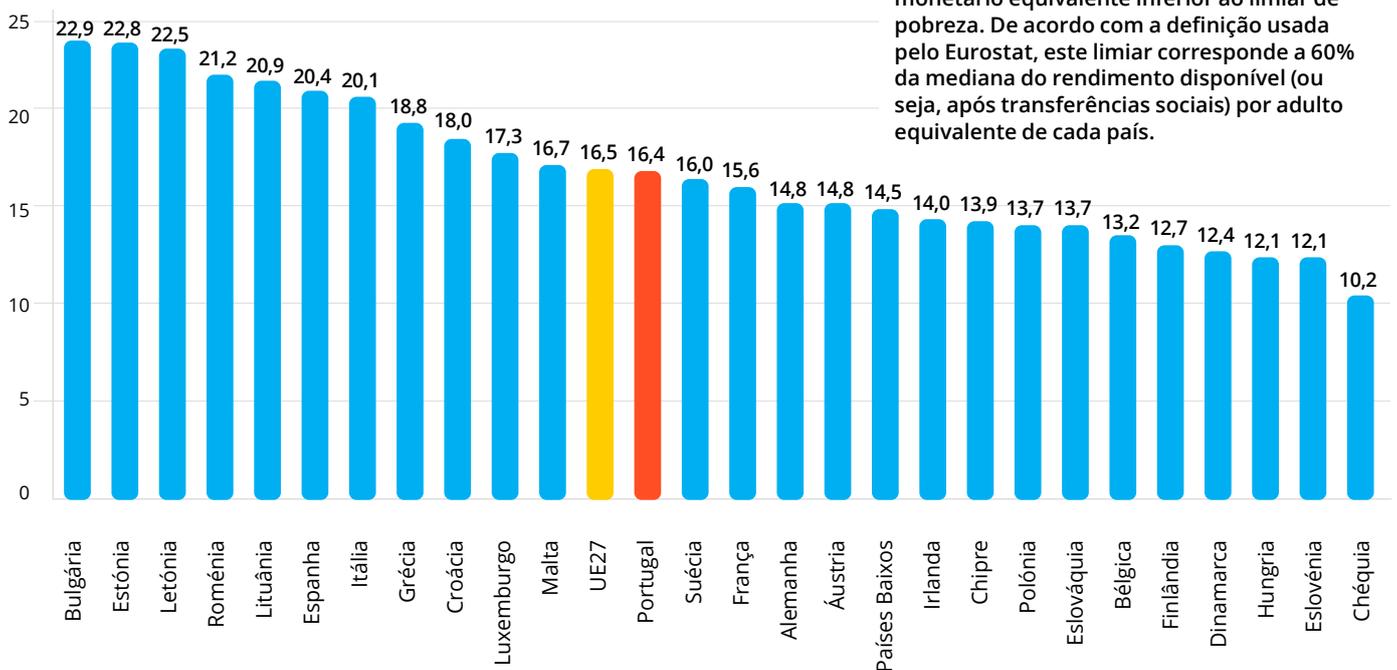
Figura 1 - Portugal e a UE27 nos principais indicadores de pobreza ou exclusão social (em %)

TAXA RISCO DE POBREZA



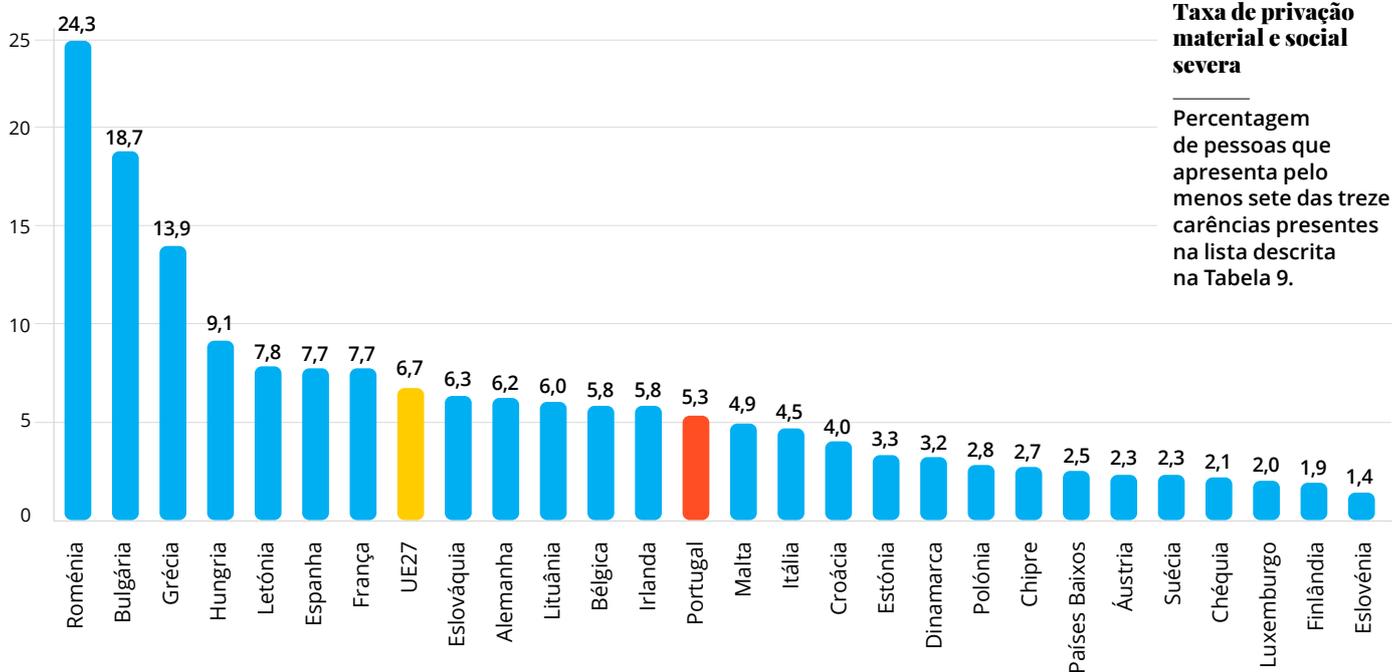
Taxa de risco de pobreza

Percentagem de pessoas com um rendimento monetário equivalente inferior ao limiar de pobreza. De acordo com a definição usada pelo Eurostat, este limiar corresponde a 60% da mediana do rendimento disponível (ou seja, após transferências sociais) por adulto equivalente de cada país.

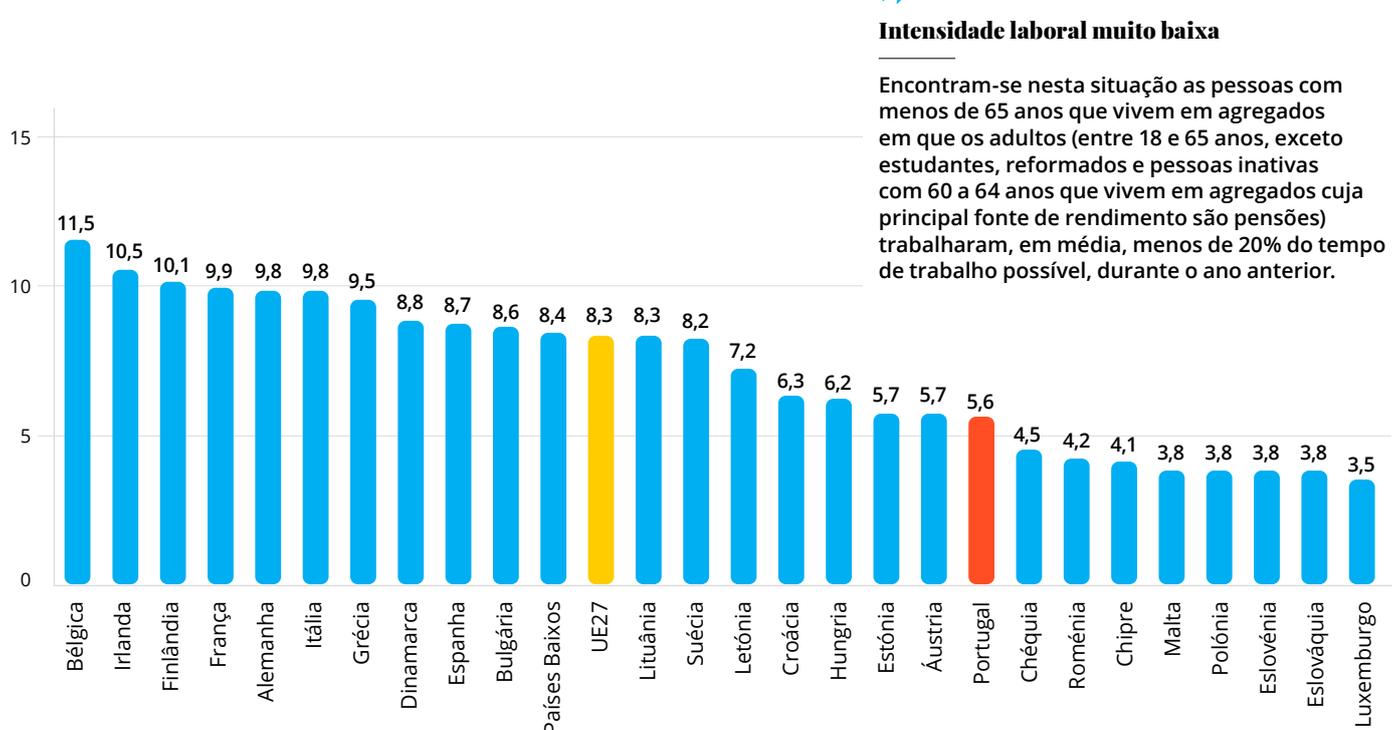


CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA >>

TAXA DE PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL SEVERA



% INTENSIDADE LABORAL MUITO BAIXA

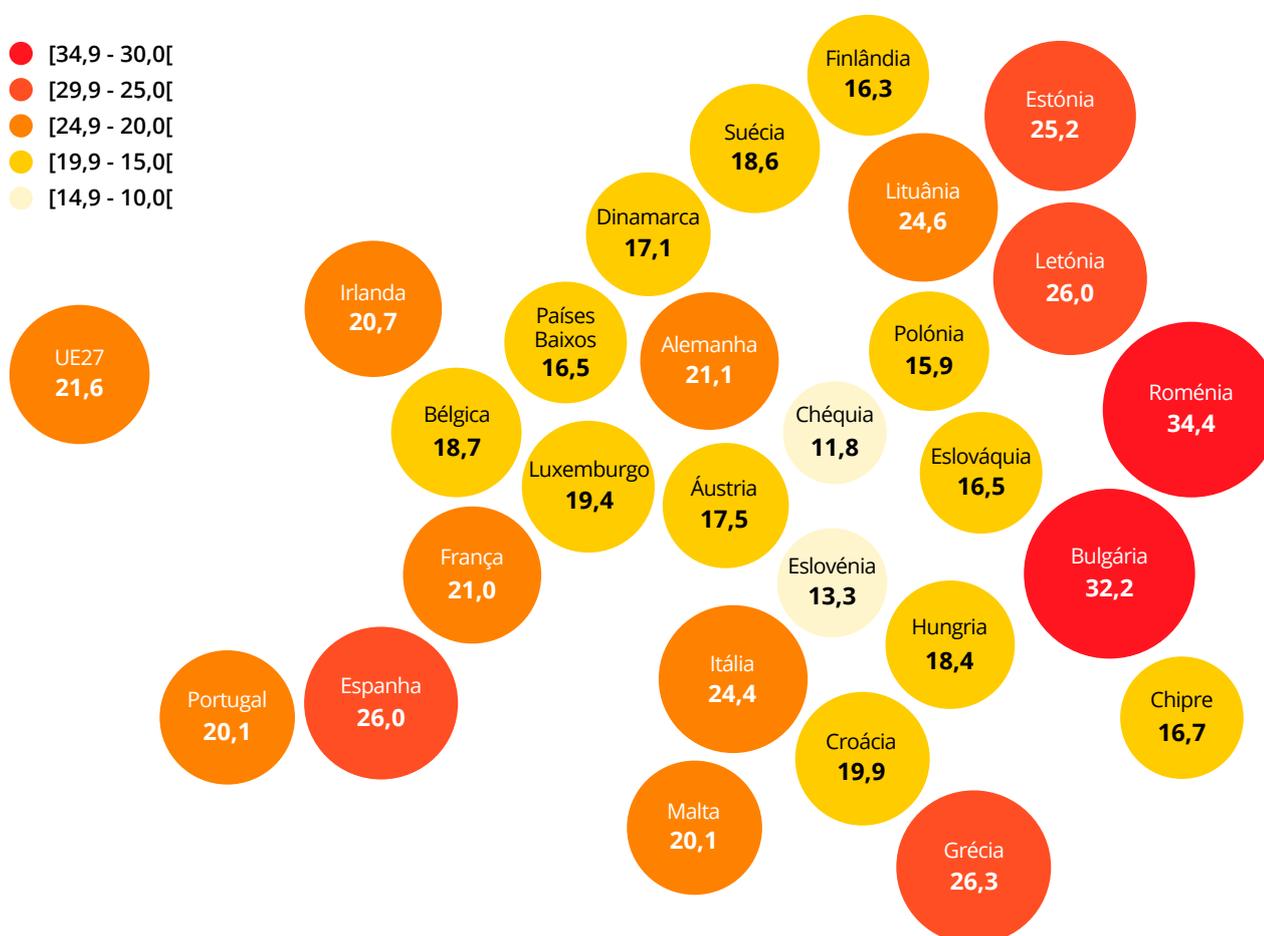


A Figura 2 mostra a taxa de pobreza ou exclusão social na União Europeia. Este indicador agrupa as pessoas que se encontram em pelo menos uma das três condições referidas na Figura 1: em risco de pobreza após transferências sociais (pobreza monetária), com privação material e social severa, ou

num agregado com intensidade de trabalho muito baixa. A Roménia apresenta a maior taxa de pobreza ou exclusão social (34,4%) e a Chéquia a menor (11,8%). Em 2022, Portugal estava, também neste indicador, abaixo da média da União Europeia (20,1% vs. 21,6%),

Figura 2 - Qual é a taxa de risco de pobreza ou exclusão social na Europa? (em %)

Em 2022



População em risco de pobreza ou exclusão social

População que se encontra em, pelo menos, uma das seguintes condições: (i) em risco de pobreza, (ii) em privação material e social severa; (iii) a viver num agregado com intensidade laboral muito baixa.

1. Fonte: Eurostat, 2023.
 2. Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social encontram-se em pelo menos uma das três seguintes condições: em risco de pobreza após transferências sociais (pobreza monetária), com privação material e social severa ou num agregado com intensidade de trabalho muito baixa

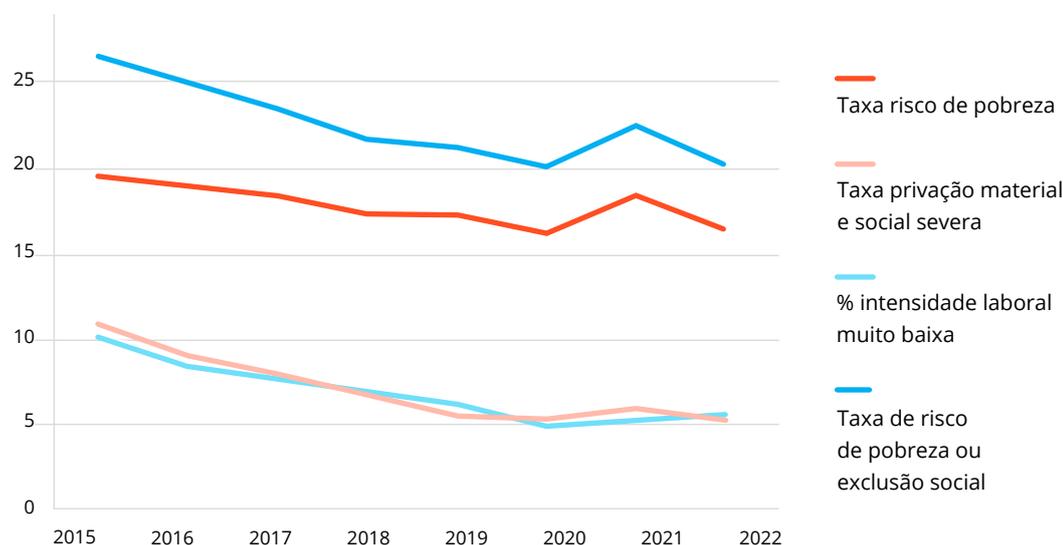
Portugal desde 2015

A Figura 3 mostra a evolução destes indicadores, em Portugal, desde 2015. Depois da crise das dívidas soberanas, houve uma tendência geral de redução dos indicadores. Esta tendência foi interrompida pela pandemia; contudo, os dados de 2022 mostram,

de forma geral, uma recuperação para valores comparáveis aos do período pré-pandémico. A única exceção é a percentagem de agregados com intensidade laboral muito baixa, que tem subido ligeiramente desde 2020.

Figura 3 - Evolução da pobreza e exclusão social em Portugal

Indicadores Europa 2030 (em %)



1. Fonte: Eurostat, 2023.

2. Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social encontram-se em pelo menos uma das três seguintes condições: em risco de pobreza após transferências sociais (pobreza monetária), com privação material e social severa ou num agregado com intensidade de trabalho muito baixa.

3. A taxa de risco de pobreza, bem como a intensidade de trabalho, dizem respeito ao ano de 2021.

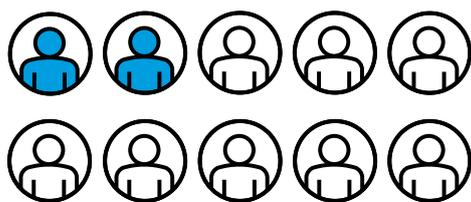
4. Em 2021, há uma quebra de série no cálculo da intensidade laboral, dado que o Eurostat mudou a definição desta variável de acordo com os objetivos Europa 2030.

Embora a trajetória nos últimos anos, excluindo o período da pandemia, seja otimista, Portugal tem em 2022 uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 20,1%, um quinto da população, pelo que existem, ainda, mais de 2 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social. Este valor convoca uma reflexão aprofundada sobre estes temas.

As próximas páginas procuram contribuir para esta reflexão, traçando um retrato da pobreza e exclusão social nas suas múltiplas facetas: pobreza monetária, pobreza material, acesso à educação e habitação, alimentação adequada, estado de saúde, integração laboral; todas elas elementos essenciais

do bem-estar individual e do progresso social. Dedicamos, em particular, uma secção à avaliação da pobreza em diferentes grupos etários e um capítulo especial centrado na saúde mental e no bem-estar.

O Portugal, Balanço Social utiliza um conjunto alargado de fontes de dados para caracterizar a situação das famílias nos anos de 2021 a 2023, a saber: o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento de 2022 (ICOR 2022), recolhido pelo Instituto Nacional de Estatística em 2022, bem como o Inquérito ao Emprego, o Eurobarómetro e os dados da Segurança Social e do Instituto de Emprego e Formação Profissional de 2023.



Portugal tem, em 2022, uma taxa de **risco de pobreza ou exclusão social** de

20,1%

Pelo que
existem, ainda,
mais de

2 milhões

de pessoas
em risco
de **pobreza ou**
exclusão social.



3. Os recursos das famílias em 2022

Os recursos das famílias em 2022

Nesta secção centramo-nos na forma mais comum de medir situações de pobreza, isto é, analisando medidas de pobreza monetária que permitem descrever a capacidade famílias residentes em Portugal de terem acesso a um nível de vida compatível com a satisfação das suas necessidades básicas.²

QUAL É O LIMIAR DE RENDIMENTO ABAIXO DO QUAL SE É POBRE?

Como mostra a Tabela 1, no inquérito de 2022, são consideradas em risco de pobreza as pessoas com rendimento disponível até 6.608 € anuais, ou 551 € por mês, ligeiramente abaixo dos valores de 2021. Em 2007, este valor era de 4.886 € anuais, ou 407 € mensais. O limiar de pobreza é igual a 60% da mediana do rendimento disponível por adulto equivalente. Portanto, inclui todas as transferências

sociais e integra uma correção para a composição do agregado familiar (ver caixa). Quando o rendimento disponível por adulto equivalente de um agregado familiar está abaixo do limiar de pobreza, todas as pessoas desse agregado são consideradas pobres.

EXISTEM LINHAS DE POBREZA DIFERENTES PARA DIFERENTES TIPOS DE FAMÍLIA?

Sim. Na prática, o cálculo do rendimento por adulto equivalente implica que há diferentes linhas de pobreza para diferentes tipos de família. Assim, uma pessoa adulta a viver sozinha é considerada pobre se o seu rendimento disponível mensal é inferior a 551 €. Da mesma maneira, uma família monoparental com uma criança

Tabela 1 - Limiar do risco de pobreza (em €)

	2008	2021	2022
Limiar anual (preços correntes)	4886	6653	6608
Limiar anual (preços constantes de 2018)	4408	6584	7292
Limiar mensal (preços correntes)	407	554	551
Limiar mensal (preços constantes de 2018)	367	549	608

1. Fonte: ICOR, 2008, 2021 e 2022.

2. Limiar da pobreza a preços correntes e a preços constantes de 2018. O valor mensal é obtido dividindo o valor anual por 12 meses.

3. Interpretação: De acordo com os dados mais recentes, eram consideradas pobres as pessoas com rendimento disponível menor do que 6608 € por ano, ou 551 € por mês. A preços de 2018, este limiar seria 608 € por mês.

2. Relembramos que, nas entrevistas feitas pelo INE para a recolha de dados de 2022, as pessoas reportam o rendimento de 2021. Por simplicidade, nas tabelas deste relatório usamos como referência os anos de recolha de dados.



Rendimento equivalente do agregado familiar

O rendimento equivalente incorpora na medição do rendimento do agregado familiar o facto de a partilha de recursos no seu seio originar ganhos de escala vários. Há vários gastos familiares que não variam com dimensão da família (ex: fornecimento de internet) ou que variam pouco (ex: consumo de energia para cozinhar, aquecer a casa ou iluminá-la). A própria dimensão da casa não aumenta proporcionalmente com a dimensão do agregado, dado que as pessoas partilham espaços comuns. Neste relatório, é utilizada a escala de equivalência modificada da

OCDE, de acordo com a qual o primeiro adulto tem um peso de 1, os adultos seguintes têm um peso de 0,5, e cada criança tem um peso de 0,3 na composição do agregado familiar. As variáveis do rendimento familiar são divididas pela soma destes pesos.

Assim, a família Silva, com dois adultos e duas crianças e um rendimento de 2100 € tem um rendimento equivalente de $2100 / (1 + 0.5 + 0.3 + 0.3) = 1000$ €. Ou seja, esta família equivale a um adulto que viva só com um rendimento de 1000 €.

é considerada pobre se o rendimento disponível mensal do agregado for inferior a 716 €. Para uma família com dois adultos e duas crianças, este valor é de 1157 €, e para uma família com dois adultos e uma criança é de 992 €.

QUAL É A PERCENTAGEM DE PESSOAS POBRES EM PORTUGAL?

A taxa de risco de pobreza (depois de transferências sociais) é a proporção da população que vive com rendimentos abaixo do limiar de pobreza. De acordo com os dados mais recentes, 16,4% das pessoas encontravam-se em risco de pobreza, uma redução de 2 pontos percentuais face ao ano anterior. Portugal conta, assim, com 1.696 milhares de pobres.³

QUAIS SÃO OS GRUPOS DA POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEIS À POBREZA?

O risco de pobreza não atinge da mesma forma todos os grupos da população, como demonstram as Tabelas

2, 3 e 4. Como vemos na Tabela 2, este risco é mais elevado para os estrangeiros (28,5%), para as pessoas com menor escolaridade (21,9% para pessoas com escolaridade completa até ao ensino básico), crianças (18,5%) e residentes em regiões rurais (22,7%).

Em 2022,
28,5%
dos estrangeiros
residentes estão em
risco de pobreza.

3. Apesar de utilizarmos sempre o rendimento por adulto equivalente do agregado familiar, por simplificação, no texto utilizamos apenas o termo rendimento. Pela mesma razão, nas tabelas e no texto utilizamos o termo pobre em vez da expressão em risco de pobreza.

Tabela 2 - Taxa de risco de pobreza de acordo as características socio-demográficas (em %)

	2008	2021	2022
Total da população residente	18,5	18,4	16,4
GÉNERO			
Feminino	19,1	19,2	16,8
Masculino	17,9	17,5	15,9
GRUPO ETÁRIO			
0-17 anos	22,8	20,4	18,5
18-64 anos	16,3	17,2	15,6
65+anos	22,3	20,1	17,0
NACIONALIDADE			
Locais	17,8	18,2	16,1
Estrangeiros	13,2	27,2	28,5
ESCOLARIDADE			
Até ensino básico (ISCED 0-2)	19,5	24,5	21,9
Ensino secundário e pós secundário (ISCED 3-4)	8,5	15,0	13,8
Ensino superior (ISCED 5-8)	2,7	6,9	5,5
GRAU DE URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO			
Área densamente povoada	13,4	15,6	12,8
Área intermédia	22,2	16,4	17,1
Área pouco povoada	23,4	26,2	22,7

1. Fonte: ICOR, 2008, 2021 e 2022.

2. Os níveis de educação estão de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED).

3. Indicadores ao nível do indivíduo: género, grupo etário, nacionalidade e nível de escolaridade.

4. Indicadores ao nível do agregado: grau de urbanização do território.

5. Interpretação: Segundo o inquérito de 2022, entre as pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos, 18,5% viviam em agregados familiares cujo rendimento equivalente estava abaixo do limiar de pobreza.

DE QUE FORMA É QUE A RELAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO AFETA O RISCO DE POBREZA?

A Tabela 3 mostra que os desempregados estão mais frequentemente em condição de pobreza. Esta tendência tem-se acentuado ao longo do tempo. Em 2008, 34,6% das pessoas desempregadas estavam em risco de pobreza e em 2022 este valor subiu para 41,3%. É também de assinalar que a proporção de

trabalhadores e de reformados pobres é ainda elevada neste ano (10,8% e 14,9%, respetivamente), embora ambas tenham diminuído face a 2021.

A taxa de pobreza das pessoas com contrato temporário (20,6%) é mais do dobro da que atinge as pessoas com contratos de trabalho permanentes. Face a 2008, a diferença entre estes dois grupos tem-se acentuado. O impacto da precariedade do trabalho nas situações de pobreza está também patente na elevada

taxa de pobreza dos agregados com intensidade laboral muito baixa (62%). É nos trabalhadores do setor primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca) que a situação de pobreza é mais comum (24,2%). No entanto, houve uma diminuição de mais de 10 pontos percentuais desde 2008. Nesta perspetiva sectorial, a probabilidade de ser pobre é também mais elevada nos trabalhadores da Construção (21,8%, em 2022) e das áreas de Alojamento e restauração (20,3%, em 2022).

Em 2022,
2 em cada 5
desempregados estão
em risco de pobreza.

Tabela 3 - Taxa de risco de pobreza de acordo com a situação laboral (em %)

	2008	2021	2022
CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO			
A trabalhar	11,8	12,1	10,8
Desempregado	34,6	40,5	41,3
Reformado ou com reforma antecipada	20,1	18,5	14,9
Outra pessoa inativa	28,3	28,4	26,7
TIPO DE CONTRATO			
Trabalho temporário	21,1	17,5	20,6
Trabalho permanente	11,1	8,2	7,4
INTENSIDADE LABORAL			
Muito alta	11,7	6,6	6,7
Alta	16,4	13,6	17,4
Média	42,0	28,0	32,4
Baixa	32,2	51,7	44,3
Muito baixa	45,4	64,8	62,0
SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA			
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	34,6	25,5	24,2
Indústria, eletricidade, gás e água	8,9	10,5	10,4
Construção	18,3	26,8	21,8
Comércio e reparação de veículos	13,0	11,7	11,9
Alojamento, restauração e similares	15,0	24,0	20,3
Educação	3,3	5,0	4,5

1. Fonte: ICOR, 2008, 2021 e 2022.

2. A classificação das atividades económicas corresponde à CAE-Rev.3: (i) Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; (ii) Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; (iii) Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; (iv) Comércio por grosso e retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; (v) Alojamento, restauração e similares; (vi) Educação.

3. Indicadores ao nível do indivíduo: condição perante o trabalho, tipo de contrato e setor de atividade económica.

4. Indicadores ao nível do agregado: intensidade laboral.

5. Em 2021, há uma quebra de série relativamente ao cálculo da intensidade laboral, dado que o Eurostat mudou a definição desta variável de acordo com o plano Europa 2030.

6. Interpretação: No inquérito de 2022, entre as pessoas que se encontravam desempregadas, 41.3% viviam com um rendimento equivalente abaixo do limiar de pobreza.

QUAL É A RELAÇÃO ENTRE A COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR E O RISCO DE POBREZA?

A Tabela 4 mostra que as famílias monoparentais e as famílias numerosas são as mais afetadas pela pobreza (29,9% e 25,1%, respectivamente). Embora se tenha observado uma redução de cerca de 4 pontos percentuais, face a 2021, na taxa de pobreza das famílias numerosas; para as famílias monoparentais a redução é pouco expressiva (-0.3 pontos percentuais). A presença de crianças no agregado aumenta a propensão para estar em situação de pobreza: de 14,4% para os agregados com crianças, para 18,4% para os agregados sem crianças.

Em 2022,
1 em cada 3
famílias monoparentais
estão em risco de pobreza.

Tabela 4 - Taxa de risco de pobreza de acordo com a composição do agregado familiar (em %)

	2008	2021	2022
TOTAL, SEM CRIANÇAS	19,9	17,2	14,4
Um adulto	31,0	24,2	22,5
Dois adultos ambos com menos de 65 anos	16,5	15,6	13,4
Dois adultos, pelo menos um com 65 e mais anos	21,7	19,9	14,4
Outros agregados sem crianças	7,8	11,7	10,1
TOTAL, COM CRIANÇAS	20,2	19,6	18,4
Um adulto com pelo menos uma criança	36,8	30,2	29,9
Dois adultos com uma criança	16,6	12,4	11,3
Dois adultos com duas crianças	20,6	11,7	13,3
Dois adultos com três ou mais crianças	29,9	29,3	25,1
Outros agregados com crianças	17,7	26,3	22,6

1. Fonte: ICOR, 2008, 2021 e 2022.

2. Interpretação: Segundo os dados mais recentes, quase 30% das famílias monoparentais viviam em agregados familiares cujo rendimento equivalente estava abaixo do limiar de pobreza.

QUANTAS PESSOAS VIVEM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÓMICA?

Há pessoas que, não sendo pobres, vivem em situação de fragilidade por o seu nível de rendimento ser próximo da linha de pobreza, embora ligeiramente acima. Podemos analisar este fenómeno aumentando ligeiramente o limiar de pobreza relativamente ao oficial.

Neste caso, calculamos a percentagem de pessoas que vivem com menos do que 75% do rendimento mediano, isto é, aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade económica. Este limiar era de 8260 € por ano (segundo os dados mais recentes).⁴

A Figura 4 mostra que em 2022 havia cerca de 28% de famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade económica, o que representa uma redução de 5,5 pontos percentuais face a 2008.

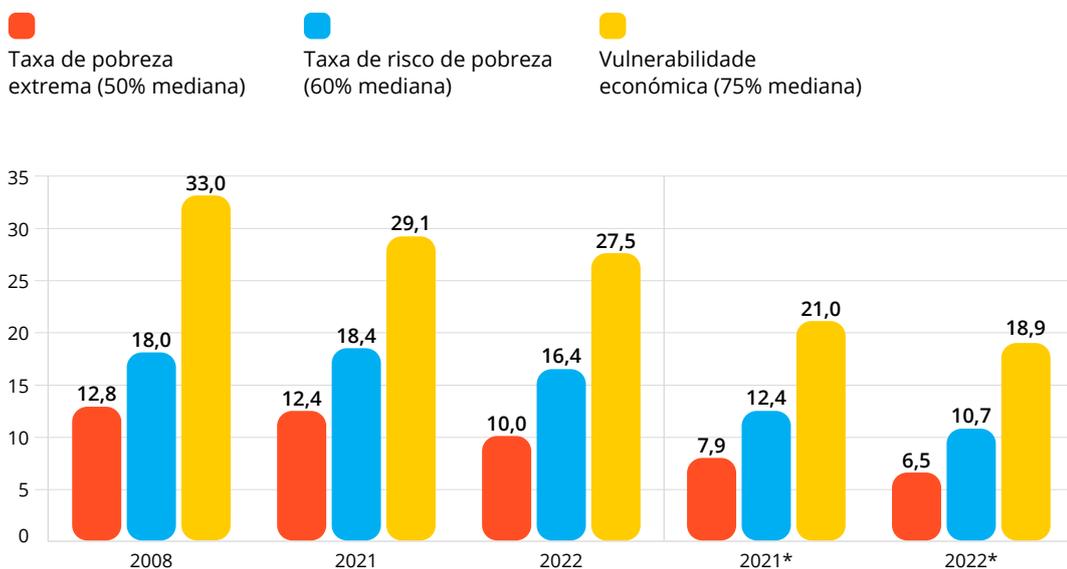
QUANTAS PESSOAS VIVEM EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA?

Por outro lado, a diferença nas condições de vida entre as pessoas que vivem com um rendimento abaixo, mas suficientemente próximo do limiar de pobreza e aquelas cujo rendimento está muito distante da linha de pobreza é considerável.

Considerando um limiar de 50% do rendimento mediano, em vez dos 60% habituais, concentramo-nos nas pessoas que vivem em situação de pobreza extrema.

Os valores apresentados na Figura 4 mostram que 10% da população residente está em situação de pobreza extrema em 2022. Isto significa que mais de metade das famílias pobres têm rendimentos abaixo de 50% do rendimento mediano nacional.

Figura 4 - Taxas de vulnerabilidade económica e de pobreza extrema (em %)



1. Fonte: ICOR, 2008, 2021 e 2022.

2. As colunas 2021* e 2022* apresentam os mesmos indicadores que as anteriores, usando as respostas aos inquéritos de 2021 e 2022, mas mantendo as linhas de pobreza de 2018.

3. Todos os indicadores foram calculados ao nível do agregado, após transferências sociais.

4. Em 2008, este valor correspondia a 6108 € e em 2021 a 8316 €.

QUE PARTE DA POBREZA É EXPLICADA PELA VARIAÇÃO DO LIMIAR DE POBREZA AO LONGO DOS ANOS?

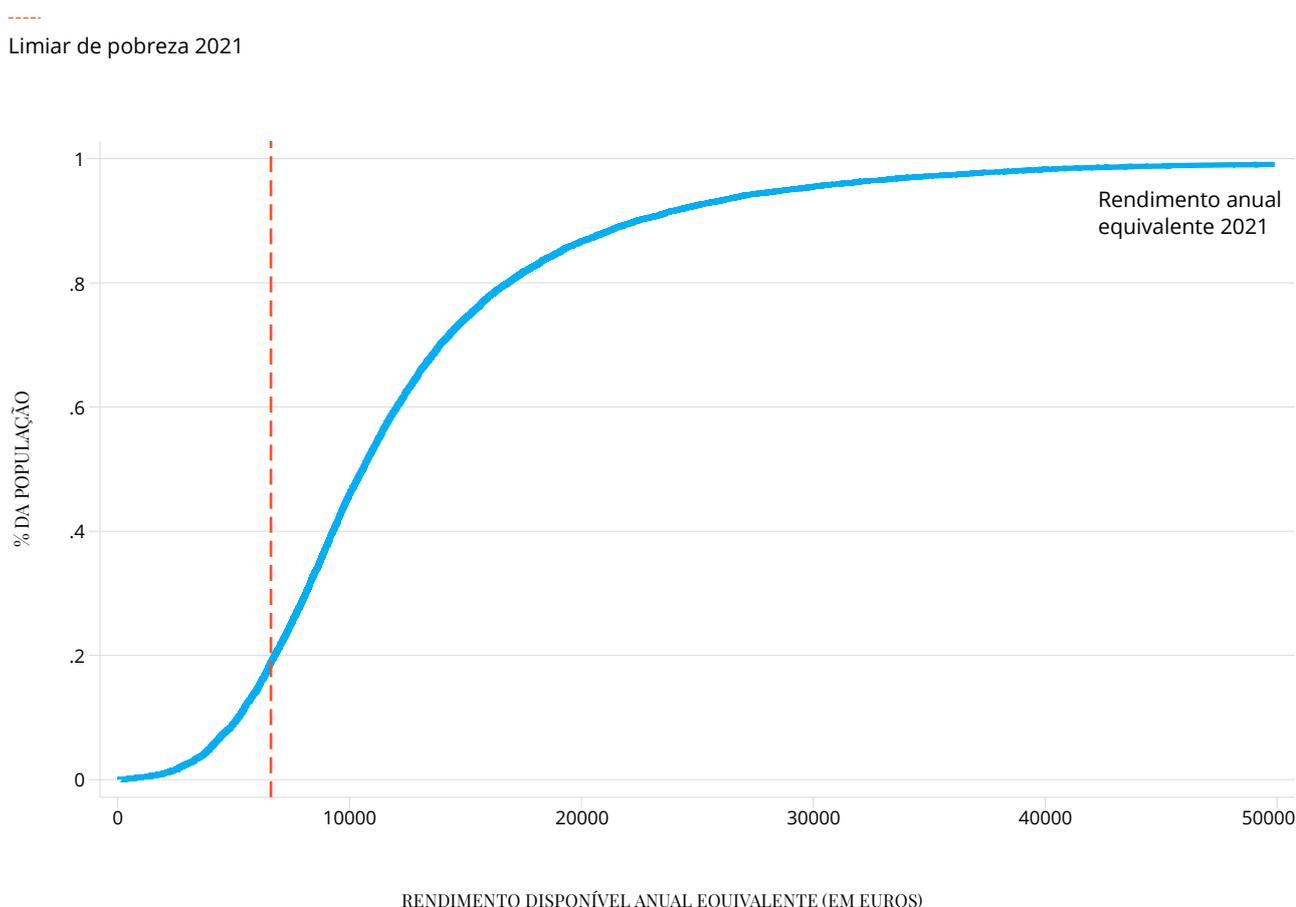
Os cálculos efetuados nas primeiras colunas da Figura 4 usam como referência o valor do limiar de pobreza dos anos que lhes correspondem, isto é, do ICOR de 2008, 2021 e 2022. Por isso, parte das alterações observadas ao longo do tempo devem-se também às mudanças no limiar de pobreza.

É interessante isolar este efeito, ligado à melhoria

das condições de vida dos agregados familiares em Portugal. Para o fazermos, recalculamos as taxas de risco de pobreza, pobreza extrema e vulnerabilidade económica com os dados do ICOR 2021 e 2022, mas usando o limiar de pobreza que corresponde ao ICOR 2018 (5607 €). Os resultados estão nas últimas colunas da Figura 4.

Esta alteração provoca uma redução em todas as taxas, como seria de esperar, dado que o limiar de pobreza cresce todos os anos, em linha com o aumento dos rendimentos.

Figura 5 - Distribuição cumulativa do rendimento e o limiar de pobreza (em %)



1. Fonte: ICOR, 2022.
2. O limiar da pobreza a preços correntes era 6608 €, em 2021.
3. A distribuição do rendimento é truncada aos 50.000 € por uma questão de legibilidade

QUAL É A DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DISPONÍVEL EM 2022?

A Figura 5 mostra a distribuição cumulativa do rendimento disponível anual equivalente e do limiar de pobreza em 2021. O limiar de pobreza documentado na Tabela 1 traduz-se, na Figura 5, pela linha vertical nos 6.608 €. Assim, 46% das pessoas tinha um rendimento disponível de menos de 10.000 € em 2021.

QUE OUTRAS DIMENSÕES DE FRAGILIDADE ECONÓMICA PODEMOS CONSIDERAR?

A Tabela 5 mostra um conjunto de indicadores de fragilidade económica das famílias. Apesar de a situação estar melhor em 2022 do que em 2008, regista-se uma piora da situação relativamente ao ano anterior, nas dificuldades para chegar ao fim do mês e na insatisfação económica. A insatisfação económica aumenta em 5 pontos percentuais para ambas as populações. O sobre-endividamento também piora, embora apenas para os agregados que não são pobres, em quase 4 pontos percentuais.

Este agravamento é um reflexo da inflação. De facto, esta não altera de forma direta a taxa de risco de

pobreza, dado que o limiar de pobreza é uma percentagem do rendimento mediano. Se, no limite, nenhum rendimento se alterar, a taxa de risco de pobreza permanece inalterada, apesar de todas as pessoas perderem capacidade de ter acesso a bens essenciais, mormente as mais pobres.

Os indicadores na Tabela 5 mostram de forma mais direta o impacto da inflação, uma vez que traduzem as dificuldades dos agregados, avaliadas subjetivamente, de fazerem face a uma série de despesas.

Em 2022,
1 em cada 3
famílias pobres
está em situação de
sobre-endividamento.

Tabela 5 - Outros indicadores de fragilidade económica (em %)

	POPULAÇÃO POBRE			POPULAÇÃO NÃO POBRE		
	2008	2021	2022	2008	2021	2022
Insatisfação económica	96,7	58,8	63,4	52,8	14,1	18,7
Dificuldades para chegar ao fim do mês	70,4	44,7	47,3	40,9	16,0	18,8
Sobre-endividamento	52,7	32,9	31,5	30,4	15,7	19,5

1. Fonte: ICOR, 2008, 2021 e 2022.

2. Todos os indicadores da tabela foram calculados ao nível do agregado, após transferências sociais.

3. Interpretação: Em 2022, 29,5% dos não pobres tinham dificuldades para chegar ao fim do mês com o rendimento. Para os pobres, este valor sobe para 31,5%.

3.1

Intensidade e severidade da pobreza

Dispor de 6000 €/ano é substancialmente diferente de dispor de 2000 €; no entanto, a taxa de risco de pobreza não distingue entre estes indivíduos. As medidas de intensidade de pobreza avaliam quão pobres são os indivíduos ou agregados, ou seja, permitem ter em conta a distância entre o seu rendimento e o limiar de pobreza.

A Tabela 6 mostra dois indicadores que consideram as diferenças na intensidade e severidade da pobreza, ambas com base no conceito de hiato de pobreza de cada família pobre, ou seja, na distância entre o rendimento da família e o limiar de pobreza.

QUANTO SERIA NECESSÁRIO PARA RETIRAR TODOS OS POBRES DA CONDIÇÃO DE POBREZA?

A intensidade de pobreza na Tabela 6 diz-nos qual é o hiato médio, que diminuiu de 5,9%, em 2021, para 4,5%, em 2022. Este indicador também é conhecido por rácio do hiato da pobreza e tem uma interpretação interessante: se multiplicarmos o seu valor pelo limiar de pobreza e pela população do país, obtemos o montante necessário para retirar todos os pobres da situação de pobreza.

Para o ano mais recente, fazendo o cálculo $4,5\% \times 6608 \times 10\,000\,000$, obtemos um valor de cerca de 2 974 milhões de euros (ou menos de 2% do PIB de 2021) – com o qual seria possível elevar o rendimento de todos os pobres até ao limiar de pobreza. É importante ressaltar que este número permite apenas ter uma ideia da falta de rendimento acumulada de todos os pobres em Portugal. Como é natural e como as Tabelas 2, 3 e 4 mostram, há muitos fatores que estão na origem de uma situação de pobreza. Organizar as políticas públicas por forma a mitigar os mecanismos que causam a pobreza custaria muito mais do que este valor.

Em 2022, seriam necessários cerca de **3 mil milhões de euros para retirar todas as famílias da pobreza.**

Tabela 6 - Intensidade e severidade da pobreza (em %)

	2008	2021	2022
Intensidade de Pobreza	5,0	5,9	4,5
Severidade de Pobreza	2,1	2,9	2,0

1. Fonte: ICOR, 2008, 2021 e 2022

2. Interpretação: No ano mais recente, a intensidade de pobreza, medida pela diferença relativa entre o limiar de pobreza e o rendimento mediano das pessoas em risco de pobreza, era de 4,5% e a severidade de pobreza, que mede a desigualdade dos recursos entre a população pobre, era de 2,0%.

QUÃO SEVERA É A SITUAÇÃO DOS MAIS POBRES ENTRE OS POBRES?

O indicador de intensidade de pobreza tem uma limitação importante, que é dar o mesmo peso a todas as famílias pobres. Por esta razão, é útil ter medidas de pobreza que deem maior peso aos mais pobres de entre os pobres. Uma das medidas mais utilizadas é o índice de Foster-Greer-Thorbecke⁵

Este índice utiliza no seu cálculo o hiato de pobreza de cada pobre, mas transforma-o por forma a dar mais peso às pessoas com menores rendimentos.

A diminuição de 0,9 pontos percentuais na taxa de severidade da pobreza face a 2021 revela que a situação dos mais pobres de entre os pobres melhorou, como mostra a Tabela 6.

Intensidade e Severidade da Pobreza

Consideremos uma população com seis pessoas, das quais duas são pobres. O limiar de pobreza é de 10 € e os dois pobres têm um rendimento de 8 e 5 €. Os seus hiatos de pobreza são, respetivamente, de 2 € e 5 €, e os seus hiatos relativos de 20% e 50%. Para calcular o rácio do hiato de pobreza, cada pobre entra com o mesmo peso, ou seja, fazemos o cálculo $(0,2 + 0,5)/6$. Vamos agora imaginar que o rendimento do pobre menos pobre passa para 9 €, e o do outro para 4 €. Os hiatos relativos são agora de 10% e 60% mas a soma dos dois não se alterou, pelo que o hiato relativo de pobreza também não se altera. No entanto, a pessoa com menor

rendimento da população considerada ficou ainda mais pobre. Este indicador de pobreza, apesar de considerar a intensidade da mesma, não consegue captar a severidade.

Esta limitação é ultrapassada quando calculamos o índice FGT, em que utilizamos, para cada pobre, o quadrado do hiato relativo. Nas duas situações hipotéticas descritas acima, a soma dos hiatos relativos ao quadrado é de $0,2^2 + 0,5^2 = 0,09 + 0,25 = 0,34$ e $0,1^2 + 0,6^2 = 0,01 + 0,36 = 0,37$. Por esta razão, chamamos ao índice FGT índice de severidade da pobreza.

⁵ Mais precisamente, vamos concentrar-nos no índice FGT(2), ao qual nos referiremos no texto apenas como FGT, por simplicidade.



4. Para além do rendimento

Para além do rendimento

4.1.

Privação material e social

O indicador de risco de pobreza ou exclusão social referido na Figura 2, é calculado pelo Eurostat combinando a pobreza monetária, a partir do rendimento das famílias, com a privação material e social e com a intensidade laboral.

Na Secção 3 analisámos em detalhe a pobreza monetária. No entanto, um retrato da pobreza não pode resumir-se apenas ao rendimento. É fundamental caracterizar o acesso das famílias a determinados bens ou condições de vida, essenciais para garantir dignidade e bem-estar individual. Nesta secção, caracterizamos algumas das dimensões não monetárias da pobreza. Começamos por uma análise da privação material e social, tal como definida pelo

Eurostat e passamos depois a outras privações, incluindo a intensidade laboral.

COMO É QUE O EUROSTAT MEDE A PRIVAÇÃO?

O Eurostat recolhe informação acerca do acesso das famílias e dos indivíduos a vários itens de natureza material e social. A medida de privação calculada pela autoridade estatística europeia não utiliza todas as dimensões recolhidas no inquérito.⁶

O indicador oficial do Eurostat de privação material e social, de acordo com a estratégia Europa 2030, considera as seguintes dimensões:

AO NÍVEL DO AGREGADO

- 1 Capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa;
- 2 Capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo;
- 3 Capacidade do agregado para manter a casa adequadamente aquecida;
- 4 Atraso no pagamento de hipotecas ou pagamento de rendas, contas de serviços de utilidade pública, compras a prestações ou outros empréstimos;
- 5 Disponibilidade de automóvel;
- 6 Capacidade para ter uma refeição que inclua carne, peixe (ou equivalente vegetariano) de dois em dois dias;
- 7 Capacidade de substituir móveis usados;

AO NÍVEL DO INDIVÍDUO:

- 8 Capacidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova;
- 9 Capacidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado;
- 10 Disponibilidade para encontrar-se com amigos/família pelo menos uma vez por mês;
- 11 Disponibilidade para participar regularmente numa atividade de lazer;
- 12 Capacidade para gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo pró prio;
- 13 Capacidade de ter ligação à internet para uso pessoal em casa.



Quando é que uma pessoa está em privação material e social?

Quando não tem acesso a cinco, ou mais, dos treze elementos desta lista. Quando não tem acesso a sete ou mais, considera-se que está em privação material e social severa.

6. Até 2020, o Eurostat calculava os chamados índices de privação material e de privação material severa. A partir de 2021, adotaram o índice de privação material e social, concomitantemente com a estratégia Europa 2030. É este último que apresentamos no Portugal, Balanço Social.

QUAL É A PERCENTAGEM DE RESIDENTES QUE SE ENCONTRA EM PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL?

A Tabela 7 mostra a evolução das taxas de privação e privação severa. Entre 2021 e 2022, ambas diminuíram. A taxa de privação material e social foi de 12%, 1,5 pontos percentuais abaixo da de 2021. A redução da taxa de privação material e social severa foi menos expressiva (0,7 pontos percentuais). Isto significa que existiam cerca de 1,2 milhões de residentes sem acesso a, pelo menos, cinco das dimensões identificadas pelo Eurostat.

QUÃO INTENSA É A PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL EM PORTUGAL?

Para percebermos a intensidade de privação material, podemos analisar o número médio de privações enfrentado pelas pessoas. A Tabela 7 mostra que, em 2022, o número médio de privações era de 6,6 (de um total das 13 dimensões consideradas), pelo que não houve alterações significativas face a 2021.

Tabela 7 - Privação material e social em Portugal (em %)

	2021	2022
Taxa de privação material e social	13,5	12,0
Taxa de privação material e social severa	6,0	5,3
Intensidade da privação material e social	6,5	6,6

1.Fonte: ICOR, 2021 e 2022.

2.Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3.Interpretação: Em 2022, 12% das pessoas carecia de pelo menos cinco dimensões de privação material e social (e 5,3% carecia de pelo menos sete).

Em 2023, a privação material é 5 vezes mais comum entre a população pobre do que entre a não pobre.



Tabela 8 - Risco de pobreza e privação material e social em 2021 e 2022 (em %)

	POPULAÇÃO POBRE		POPULAÇÃO NÃO POBRE	
	2021	2022	2021	2022
Com privação	33,6	36,8	9,1	7,1
Com privação severa	17,1	17,9	3,5	2,8
Sem privação	66,4	63,2	90,9	92,9

1.Fonte: ICOR, 2021 e 2022.

2.Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3.Interpretação: Em 2022, 12% das pessoas carecia de pelo menos cinco dimensões de privação material e social (e 5,3% carecia de pelo menos sete).

COMO VARIA A PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL CONSOANTE A CONDIÇÃO DE POBREZA?

A taxa de privação material e social incluída na Tabela 7 é calculada para o total da população residente em Portugal. No entanto, é expectável que o conjunto das pessoas em risco de pobreza apresente uma taxa de privação material e social superior à da população total.⁷ Esta decomposição é apresentada na Tabela 8. Das pessoas em risco de pobreza, cerca de 36,8%

encontram-se, em 2022, em situação de privação material, o que compara com 7,1% da população que não está em risco de pobreza.

Entre 2021 e 2022 a discrepância entre os pobres e os não pobres aumentou: a diferença entre estes dois grupos é de quase 30 pontos percentuais na privação material e de 15 pontos percentuais na privação material severa.

EM QUE DIMENSÕES SE OBSERVAM MAIORES TAXAS DE PRIVAÇÃO?

A Tabela 9 mostra-nos a proporção da população que não tem acesso a cada uma das treze dimensões de privação definidas pelo Eurostat e, também, a proporção de pessoas que não tem acesso a computador, para a população pobre e não pobre em Portugal. Esta decomposição evidencia vários factos interessantes.

Em primeiro lugar, as dimensões com graus mais elevados de privação são as capacidades para (i) pagar férias, (ii) fazer face a despesas inesperadas e (iii) substituir móveis usados. Em todos estes casos, mais de 60% da população pobre está em situação de privação. Estas são também as dimensões em que a população não pobre mais reporta privação.

**Em 2022, quase
4 em cada 10
pessoas em risco de
pobreza não consegue
manter a casa
adequadamente aquecida.**

7. Importa sublinhar que, embora seja expectável que as pessoas pobres estejam mais frequentemente em situação de privação, não há coincidência perfeita entre o grupo de pessoas em risco de pobreza (que se define com um critério monetário) e o de pessoas em privação material (que se define com um critério de falta de acesso a determinados itens ao nível do agregado ou do indivíduo).

Em segundo lugar, as pessoas que são pobres de acordo com o rendimento têm taxas de privação cerca de 2 a 4 vezes mais altas do que as da população não pobre. Os itens onde a diferença é maior são a disponibilidade de automóvel, o atraso no pagamento de despesas (hipotecas, rendas, despesas mensais ou empréstimos), e a capacidade de substituir roupa usada.

Em terceiro lugar, regista-se uma evolução globalmente negativa no acesso aos bens materiais/serviços considerados entre 2021 e 2022, principalmente entre as pessoas em risco de pobreza, mas também na população não pobre. Em ambos os grupos aumentou a proporção de pessoas que afirmam não ter capacidade financeira para ter uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano

pelo menos de dois em dois dias. Esta dificuldade de acesso resulta da crise do custo de vida relacionada com o aumento da inflação.

Importa, ainda referir que, em alguns dos catorze itens referidos na lista do Eurostat, a privação diminuiu ligeiramente face a 2021. Por exemplo, a percentagem de pessoas com atraso no pagamento de hipotecas, rendas, ou contas de serviços de utilidade pública diminuiu 0.2 pontos percentuais para a população pobre, e 0.4 pontos percentuais para a população não pobre, entre 2021 e 2022. Isto vem em contraste com o aumento de 4.9 pontos percentuais para a população pobre e 1.1 pontos percentuais para a população não pobre, entre 2020 e 2021.

Tabela 9 - Itens de privação material e social (em %)

	POPULAÇÃO POBRE		POPULAÇÃO NÃO POBRE	
	2021	2022	2021	2022
AO NÍVEL DO AGREGADO				
Sem capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa	65,3	73,3	30,2	30,1
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada sem recorrer a empréstimo	59,4	62,6	24,7	23,4
Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	27,8	35,7	13,8	14,0
Com atraso no pagamento de hipotecas ou pagamento de rendas, contas de serviços de utilidade pública, compras a prestações ou outros empréstimos	16,5	16,3	4,5	4,1
Sem disponibilidade de automóvel	13,7	12,8	3,0	2,6
Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos, de dois em dois dias	5,9	7,2	1,6	2,2
Sem capacidade de substituir móveis usados	64,4	66,3	31,9	30,5
OUTROS ITENS DE PRIVAÇÃO				
Sem disponibilidade de computador por dificuldades económicas	12,6	13,2	3,8	3,3

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA »

	POPULAÇÃO POBRE		POPULAÇÃO NÃO POBRE	
	2021	2022	2021	2022
AO NÍVEL DO INDIVÍDUO				
Sem capacidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova	21,5	22,1	5,3	4,4
Sem capacidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado	2,8	2,9	0,6	0,1
Sem disponibilidade para encontrar-se com amigos/ familiares pelo menos uma vez por mês	16,5	17,9	4,7	3,8
Sem disponibilidade para participar regularmente numa atividade de lazer	26,8	24,8	9,2	7,6
Sem capacidade para gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo próprio	27,5	25,8	8,8	6,6
Sem capacidade de ter ligação à internet para uso pessoal em casa	7,3	7,5	2,0	1,7

1. Fonte: ICOR, 2008, 2019, 2020 e 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020; as dimensões de privação material e social referem-se à situação do ano de 2021.

4. Interpretação: Em 2021, 65,3% das pessoas pobres não têm capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa; quando nos referimos à população total, este valor diminui para 36,6%.

4.2.

Outras privações essenciais

Caracterizamos, agora, a situação das pessoas perante quatro dimensões essenciais: o trabalho, a educação, a saúde e a habitação.

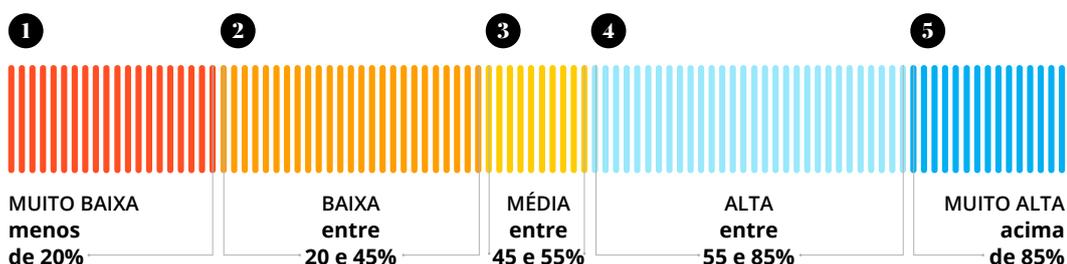
4.2.1.

Situação laboral

A relação com o mercado de trabalho é um importante determinante das situações de pobreza ou privação material, como mostram as taxas de pobreza de 41,3% entre os desempregados e de 10,8% entre os trabalhadores, que apresentámos na Tabela 3. No entanto, mesmo entre os trabalhadores, existem diferenças significativas no grau de ligação com o mercado de trabalho. Uma das formas de a avaliar é recorrendo à intensidade laboral dos agregados.

COMO PODEMOS MEDIR A INTENSIDADE DE LIGAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO?

A medida de intensidade laboral, definida pelo Eurostat, parte do número de meses em que os indivíduos com idades entre os 18 e os 64 anos de cada agregado trabalham num determinado ano, em relação ao número total de meses que potencialmente poderiam ter trabalhado (12 meses), a multiplicar pelo número de pessoas.⁸ A intensidade laboral de cada agregado familiar é classificada em cinco categorias:



Como calcular a intensidade laboral de uma família?

Por exemplo, se numa família de dois adultos com idades entre os 18 e os 64 anos, com 5 e 11 meses de trabalho, a intensidade laboral é igual a $(5 + 11)/(12 \times 2) = 66,7\%$.

8. Para o cálculo da intensidade laboral, excluem-se estudantes dos 18 aos 24 anos; reformados e/ou pensionistas de velhice ou invalidez; e pessoas inativas com 60-64 anos e que vivem em agregados cuja principal fonte de rendimento são pensões

Ou seja: num agregado com muito baixa intensidade laboral, as pessoas adultas do agregado trabalharam, em média, menos de 2,4 meses no ano de referência do inquérito.

Uma intensidade laboral muito alta, de acordo com a denominação oficial do Eurostat, traduz a ideia de que um indivíduo tem um horário de trabalho a tempo completo. Por isso, na análise que se segue devemos ter em conta que agregados familiares com intensidades laborais abaixo de “muito alta” são agregados onde as pessoas têm relações esporádicas ou a tempo parcial com o mercado do trabalho, embora tal possa resultar de uma escolha e não configure, necessariamente, uma privação.

QUE PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO TEM INTENSIDADE LABORAL BAIXA OU MUITO BAIXA?

A Tabela 10 mostra a percentagem de pessoas que vivem em agregados familiares com diferentes intensidades laborais, para a população pobre e a população não pobre.

De um modo geral, a proporção de pessoas que trabalham menos de metade do ano tem vindo a

diminuir, quer para a população pobre, quer para a população não pobre. Em 2022, 32,3% das pessoas em risco de pobreza vivem em agregados com baixa ou muito baixa intensidade laboral. Entre os agregados não pobres, este valor desce para 5,3%. Enquanto no primeiro grupo houve uma redução de 10 pontos percentuais face a 2021, no segundo a redução foi de 1,6 pontos percentuais.

Importa salientar que, em 2022, 44,5% dos pobres trabalham na totalidade ou maioria do ano a tempo inteiro e estão, ainda assim, em situação de pobreza monetária.

Em 2022,
44,5%
das pessoas em risco de
pobreza trabalham mais
de 6 meses ao longo do ano.

Tabela 10 - Intensidade laboral em Portugal (em %)

	POPULAÇÃO POBRE		POPULAÇÃO NÃO POBRE	
	2021	2022	2021	2022
Muito baixa	19,1	21,4	2,2	2,6
Baixa	23,2	10,9	4,7	2,7
MUITO BAIXA + BAIXA	42,3	32,3	6,9	5,3
Alta	18,5	20,0	25,3	18,4
Muito alta	18,7	24,5	56,5	67,0
ALTA + MUITO ALTA	37,2	44,5	81,8	85,4

1. Fonte: ICOR, 2021 e 2022

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo e a categorização foi feita ao nível do agregado.

3. Em 2022, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2021.

4. Em 2021, há uma quebra de séria relativamente ao cálculo da intensidade laboral, dado que o Eurostat mudou a definição desta variável de acordo com o plano Europa 2030.

5. Interpretação: No ano mais recente, 2,6% das pessoas não pobres residiam em agregados que se encontravam numa situação de intensidade laboral muito baixa. Em relação às pessoas em risco de pobreza, este valor eleva-se a 21,4%.

4.2.2.

Educação

Um importante determinante da ligação das pessoas ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, dos rendimentos que auferem, é o nível de educação. A Tabela 2 mostra-nos que as pessoas com níveis de educação inferiores são mais suscetíveis à pobreza. Em 2022, os indivíduos que completaram no máximo o ensino básico tinham uma taxa de risco de pobreza de 21,9%, enquanto os que completaram o ensino superior tinham uma taxa de risco de pobreza de 5,5%.

QUE PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO TEM EDUCAÇÃO SUPERIOR?

Comparando com os países da UE, Portugal destaca-se pela população adulta pouco qualificada, embora se observe uma melhoria significativa desde 2008 (Tabela 11). Não obstante, a população pobre continua a ter níveis de escolaridade mais baixos –

em 2022, apenas 11% dos pobres tinha concluído o ensino superior, o que representa uma significativa melhoria face a 2008, mas uma ligeira descida face a 2021. Entre a população não pobre, 34% dos adultos terminou o ensino superior.

Em 2022, cerca de 1 em cada 10 pessoas em risco de pobreza têm ensino superior.

Tabela 11 – Nível de escolaridade dos adultos em Portugal (em %)

	POPULAÇÃO POBRE			POPULAÇÃO NÃO POBRE		
	2008	2021	2022	2008	2021	2022
Até ensino básico	93,7	66,0	65,4	70,1	38,2	37,4
Ensino secundário e pós-secundário	5,0	22,4	23,8	15,0	28,5	28,7
Ensino superior	1,3	11,6	10,9	14,9	33,3	34,0

1. Fonte: ICOR, 2008, 2021 e 2022.

2. Os indivíduos considerados tinham entre 25 e 64 anos no ano da entrevista.

3. Os níveis de educação estão de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED): Até ensino básico (ISCED 0-2), Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4) e Ensino superior (ISCED 5-8).

4. Em 2022, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2021.

5. Interpretação: Em 2022, 34% dos adultos não pobres em Portugal tinham completado o ensino superior, mas apenas 10,9% dos adultos pobres tinham concluído este grau académico.

QUAL É O IMPACTO DO NÍVEL DE EDUCAÇÃO NA DESIGUALDADE SALARIAL ENTRE GÊNEROS?

A Tabela 12 mostra que, em média, em 2022, por cada 1 € que um homem ganha, uma mulher recebe apenas 82 centavos. Entre as pessoas com escolaridade até ao ensino básico, a diferença é bastante superior: uma mulher recebe 62 centavos por cada 1 € ganho por um homem.

Tabela 12 - Desigualdades salariais entre géneros, por nível de escolaridade

Por cada 1 € recebido por um homem, uma mulher recebe:		
	2021	2022
Até ensino básico	54 centavos	62 centavos
Ensino secundário	66 centavos	66 centavos
Ensino superior	79 centavos	83 centavos
TOTAL	79 centavos	82 centavos

1. Fonte: ICOR, 2022.

2. Os rendimentos considerados são: Rendimentos brutos monetários e não monetários do trabalho por conta de outrem (bruto) e rendimentos monetários do trabalho por conta própria.

3. Os dados dizem respeito a rendimentos obtidos em 2020 e 2021.

4. Interpretação: As mulheres com ensino superior ganhavam, em média, 82 centavos por cada 1€ recebido por um homem com a mesma escolaridade.

4.2.3.

Saúde

A saúde é uma dimensão fundamental do bem-estar e das condições de vida. Por um lado, a condição de pobreza afeta o acesso a cuidados de saúde. Por outro lado, o estado de saúde influencia a capacidade de estudar e trabalhar, e, portanto, afeta a probabilidade de um indivíduo se encontrar em condição de pobreza ou privação no futuro, ou desta condição se agravar.

O ICOR contém algumas questões que nos permitem caracterizar o estado e o acesso à saúde das pessoas com 16 anos ou mais. O estado de saúde pode

ser analisado em três dimensões: a autoavaliação, a existência de doença crónica e a limitação em atividades habituais devido a doenças. O acesso à saúde, por sua vez, pode ser avaliado pela impossibilidade de acesso a consulta médica ou de medicina dentária. Como as restrições de acesso podem ter diferentes motivações, optámos por restringir a análise àquelas em que foi indicada uma razão que pode estar associada, de alguma forma, a uma restrição de recursos: sem possibilidades financeiras, lista de espera, falta de tempo devido ao trabalho, ou distância ao local da consulta.

COMO SE CARACTERIZA O ESTADO DE SAÚDE DOS RESIDENTES EM PORTUGAL?

O estado de saúde da população pobre continua, em 2022, a ser pior do que o da população não pobre. A Tabela 13 mostra que em 2022 a percentagem de pessoas pobres que avalia o seu estado de saúde como mau ou muito mau era 21,3%. Para a população não pobre, este valor desce para 11,6%. Mais de 4 em cada 10 pessoas pobres afirma ter as suas atividades habituais limitadas por razões de saúde; e metade das pessoas pobres reportam problemas de saúde prolongados.

COMO SE CARACTERIZA O ACESSO À SAÚDE DOS RESIDENTES EM PORTUGAL?

A Tabela 13 também reporta a percentagem de pessoas que indicam que "houve pelo menos uma ocasião" em que não conseguiram aceder a cuidados de saúde de que necessitavam. Tanto para a população pobre como para a não pobre, a dificuldade de acesso aumentou entre 2021 e 2022.

O facto de a medicina dentária não ser disponibilizada pelo Serviço Nacional de Saúde piora o acesso dos pobres a estes cuidados de saúde. Em 2022, quase 40% dos pobres indica que houve pelo menos uma ocasião em que precisava de uma consulta ou tratamento de medicina dentária, mas não teve acesso (o que compara com 13,7% na população não pobre).

Em 2022, cerca de 5 em cada 10 pessoas em risco de pobreza reportam problemas de saúde crónicos ou prolongados.

Tabela 13 – Privação de saúde em Portugal (em %)

	POPULAÇÃO POBRE		POPULAÇÃO NÃO POBRE	
	2021	2022	2021	2022
ESTADO DA SAÚDE				
Autoavaliação	21,5	21,3	11,5	11,6
Limitação em atividades habituais	44,6	42,3	32,7	32,4
Doença crónica ou problema de saúde prolongado	51,9	50,6	42,1	43,5
ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE				
Consulta ou tratamento médico (não dentária)	5,4	12,5	2,1	3,9
Consulta ou tratamento de medicina dentária	19,3	39,3	7,7	13,7

1. Fonte: ICOR, 2021 e 2022

2. Na autoavaliação do estado de saúde foram incluídas as respostas "Muito má" e "Má".

3. Nas limitações em atividades habituais devido a doença/problema de saúde, foram incluídas as respostas "Sim, limitadas" e "Sim, fortemente limitadas".

4. A privação de consulta ou tratamento (médico ou dentista) considera que "houve pelo menos uma ocasião" em que estas necessidades de saúde não se concretizaram.

5. Em 2022, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2021.

6. Interpretação: Em 2022, 11,6% da população não pobre considerava que o seu estado de saúde era muito mau ou mau. Para a população pobre, este valor é de 21,3%.

4.2.4.

Habitação

O acesso a habitação adequada é também uma componente fundamental das condições de vida da população. Mostrámos na Tabela 9 que, em 2022, 35,7% dos pobres e 14% da população não pobre em Portugal não tem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida.

O ICOR inclui outras questões que permitem caracterizar as condições habitacionais das famílias: telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apodrecidos; luz insuficiente; ausência de banho ou duche; e finalmente, existência de crime, violência ou vandalismo na área de residência. Além disto, também recolhe informação sobre a sobrelotação e os encargos com habitação.

QUAIS SÃO AS PRIVAÇÕES HABITACIONAIS DA POPULAÇÃO RESIDENTE?

A população pobre sofre de maior privação habitacional em todas as dimensões. Na Tabela 14 apresentamos a proporção de pessoas que reporta estar em cada uma das condições de privação habitacional acima referidas. Em 2022, a permeabilidade à água de telhado, paredes, janelas e chão e a incapacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida são as privações mais comumente reportadas, por 37,5% e 35,8% da população pobre (20,7% e 14% da população não pobre).

Tabela 14 - Privação habitacional em Portugal (em %)

	POPULAÇÃO POBRE			POPULAÇÃO NÃO POBRE		
	2008	2021	2022	2008	2021	2022
Telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apo drecidos	27,2	39,6	37,5	17,7	25,2	20,7
Incapacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida	43,2	27,9	35,8	30,0	13,8	14,0
Taxa de sobrelotação do alojamento	-	18,8	20,5	-	8,7	7,2
Custos do alojamento considerado um encargo muito pesado	49,7	36,9	38,8	32,8	20,6	21,0
Instalações de banho ou duche no interior	-	1,2	1,5	-	0,4	0,4

1. Fonte: ICOR, 2008, 2021 e 2022.

2. Em 2022, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2021; as dimensões de privação habitacional referem-se à situação do ano de 2022.

3. Interpretação: Considerando a população não pobre, 14% das famílias portuguesas não tinham a capacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida em 2022; quando consideramos a população pobre, esta percentagem aumenta para 35,8%

Entre 2021 e 2022 observou-se também um aumento da proporção de pessoas que reportam que os custos com alojamento representam um encargo muito pesado para o seu orçamento. Em 2022, entre os pobres esta proporção era de 38,8%, e entre a população não pobre de 21%.

A prevalência de pessoas com encargos muito pesados com habitação na população pobre é o dobro da da população não pobre. Ainda assim, um em cada cinco pessoas não pobres vive com esta sobrecarga. Tal resulta das escolhas habitacionais feitas pelas pessoas, que são concomitantes com o seu nível de rendimento, pelo que um aumento das taxas de juro ou uma subida mais pronunciada das rendas pode levar também as pessoas não pobres a terem dificuldades.

A taxa de sobrelotação do alojamento mede a percentagem da população que vive em habitações cujo número de divisões habitáveis é insuficiente, tendo em consideração o número e perfil demográfico dos membros da família. Em 2022, 20,5% dos agregados familiares pobres viviam em alojamentos sobrelotados (um aumento face a 2021), valor que desce para 7,2% no caso das famílias não pobres.

QUÃO RELEVANTES SÃO OS ENCARGOS COM HABITAÇÃO?

A Tabela 15 reporta a percentagem de pessoas cujos encargos com habitação excedem 40% do

rendimento do agregado. Os agregados nos quais os encargos com habitação têm este peso encontram-se numa situação de rigidez na gestão do seu orçamento, dada a folga reduzida, pelo que qualquer despesa inesperada pode causar situações de grande vulnerabilidade.⁹ Em 2022, 6,6% das famílias não pobres tinham encargos excessivos com habitação. Entre a população em risco de pobreza, este valor é mais de cinco vezes superior: 33,9%.

Em 2022, para quase 4 em cada 10 pessoas em risco de pobreza os custos com a habitação representam um encargo muito pesado no orçamento familiar.

Tabela 15 - Encargos excessivos com a habitação (em %)

	POPULAÇÃO POBRE			POPULAÇÃO NÃO POBRE		
	2008	2021	2022	2008	2021	2022
Encargos habitacionais excessivos	21,2	34,4	33,9	5,5	4,6	6,6

1. Fonte: ICOR, 2008, 2021 e 2022.

2. Cálculos feitos ao nível do agregado.

3. Considera-se que um agregado tem encargos excessivos com a habitação quando o custo total anual com o alojamento é superior a 40 do rendimento disponível do agregado.

4. Em 2022, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2021.

5. Interpretação: Em 2022, 6,6% dos agregados não pobres em Portugal têm encargos excessivos com a habitação; este valor eleva-se a 33,9% para os agregados em risco de pobreza.

9. Taxas de esforço com a habitação superior a 35% tornam os agregados elegíveis, por exemplo, para renegociar os empréstimos à habitação.



4.3.

Qual foi o impacto da inflação nas condições de vida em Portugal?

O limiar de pobreza na UE é relativo, isto é, depende do rendimento mediano em cada país. Por essa razão, não reflete diretamente o impacto da inflação no acesso a bens e serviços essenciais. Se, no limite, nenhum rendimento se alterar, a taxa de risco de pobreza permanece inalterada, apesar de todas as pessoas perderem poder de compra, sobretudo as mais pobres.

Isto contrasta com o caso de um limiar de pobreza absoluto, como o dos EUA, que reflete diretamente o aumento do custo de vida, uma vez que é indexada ao custo da alimentação. Assim, o acréscimo do custo da alimentação leva a um aumento do limiar de pobreza, o que faz com que mais agregados sejam considerados pobres, se os seus rendimentos não acompanharem a inflação alimentar.

Para avaliar o impacto da inflação nas condições de vida das pessoas é necessário analisar indicadores de privação ou medidas subjetivas de bem estar económico. A análise das Secções 3 e 4 destaca alguns destes indicadores. Resumimos abaixo esta evidência, que também demonstra o impacto desigual da inflação, com efeitos muito mais marcados na população pobre do que não pobre.

- A **Tabela 5** mostra um aumento na insatisfação económica e nas dificuldades para chegar ao fim do mês da população pobre e da população não pobre, bem como um aumento da prevalência de sobre-endividamento entre os não pobres. A insatisfação económica é especialmente frequente na população pobre, afetando quase dois terços dos indivíduos.
- A **Tabela 8** mostra que a percentagem de pessoas pobres com privação ou privação severa aumentou

entre 2021 e 2022, em contraste com a diminuição da privação entre os não pobres.

- A **Tabela 9** complementa a Tabela 8, porque permite identificar os tipos de privação que se tornaram mais frequentes na população pobre. Assim, verificamos que aumenta a percentagem da população pobre sem capacidade para aquecer a casa, para assegurar uma despesa inesperada, para pagar uma semana de férias, para comer proteínas em dias alternados, para substituir móveis usados, para comprar roupa, para encontros sociais uma vez por mês ou para adquirir computador. Assinale-se que não aumentou a percentagem de pessoas com atraso no pagamento da hipoteca ou de contas mensais como água ou eletricidade. Tal sugere que as medidas de mitigação implementadas pelo governo foram suficientes e que as pessoas cortaram noutras despesas, patentes no aumento das restantes dimensões de privação. Do lado da população não pobre, há uma diminuição generalizada da privação, à exceção da capacidade para refeições proteicas em dias alternados, que aumenta em 0,6 pontos percentuais.
- A **Tabela 13** mostra um aumento de 7,1 e 20 pontos percentuais na percentagem de pessoas pobres que não recorreram a uma consulta não dentária e dentária, respetivamente. No caso da população não pobre, estes aumentos cingem-se a 1,8 e 6 pontos percentuais, respetivamente.
- A **Tabela 14** mostra que existe um aumento da percentagem de pessoas pobres a viver em alojamentos sobrelotados e que consideram os custos de habitação um encargo excessivo. Tais agravamentos não afetam as pessoas não pobres.



5. Desigualdade do rendimento

Desigualdade do rendimento

Embora a pobreza e a desigualdade estejam ligadas, são conceitos diferentes. A pobreza é uma condição individual que traduz uma insuficiência de recursos – definido o critério, cada indivíduo ou agregado é classificado como pobre ou não. Já a desigualdade é uma característica da distribuição dos rendimentos, e não dos indivíduos.

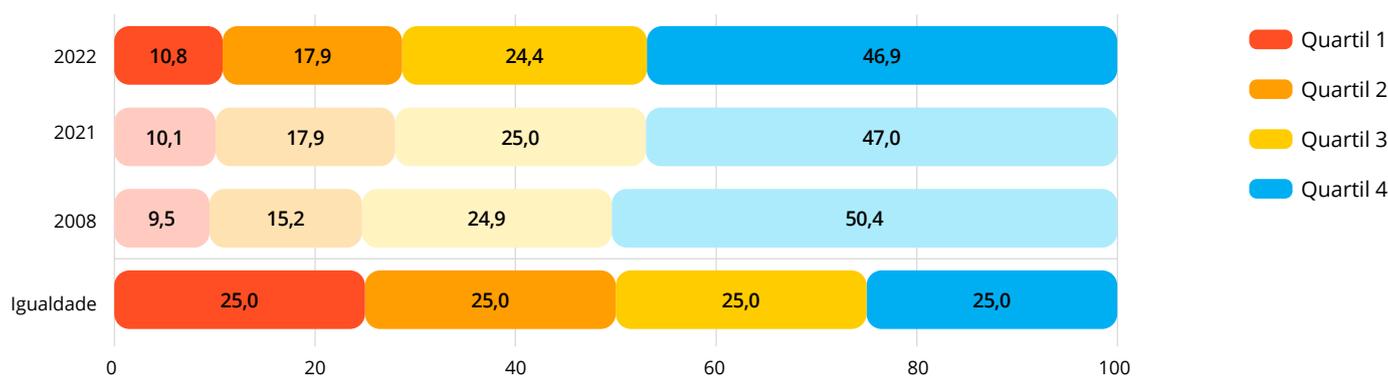
QUE PERCENTAGEM DO RENDIMENTO DO PAÍS É DETIDO PELOS 25% MAIS POBRES?

A Figura 6 mostra a percentagem de rendimento detida por quartil da população. Para construir esta figura, ordenamos as famílias da mais pobre à mais rica, em termos de rendimento, e formamos quatro grupos, cada um com um quarto do número de

famílias total. Depois, calculamos a proporção do rendimento total que cada um dos grupos detém. A Figura 6 revela que os 25% mais pobres (Q1) detêm, segundo o inquérito de 2022, 10,8% do rendimento total do país, enquanto os 25% mais ricos (Q4) detêm 46,9%, valores próximos dos de 2021. Quando comparados com 2008, estes valores mostram uma redução da desigualdade: a proporção de rendimento detido pelos 25% mais ricos (Q4) diminuiu, e a proporção de rendimento detido pelos 25% mais pobres (Q1) aumentou.

Em média, em 2022, as pessoas no 1.º quartil de rendimento ganhavam 589,6 € por mês, o 2.º quartil 839,6 € por mês, o 3.º quartil 1024,7 € por mês e o 4.º quartil 1681,1 € por mês.

Figura 6 - Quartis do rendimento disponível (em %)



1. Fonte: ICOR, 2022.

2. Estes cálculos foram feitos usando o Distributive Analysis Stata Package.



Desigualdade vs. Pobreza

Se a família mais rica do país se tornar ainda mais rica (e todas as outras se mantiverem com o mesmo nível de rendimento), isto não altera a pobreza no país, mas torna-o mais desigual. Do mesmo modo, se a família mais pobre do país ficar mais pobre, mantendo as restantes o nível

de rendimento, a taxa de risco de pobreza fica inalterada, mas, de novo, o país fica mais desigual.

Como os limiares de pobreza se baseiam na mediana do rendimento, as alterações de rendimentos nos extremos não alteram a mediana.

O QUE NOS DIZEM AS OUTRAS MEDIDAS DE DESIGUALDADE?

Existem indicadores de desigualdade que procuram traduzir a natureza mais ou menos desigual da distribuição de rendimentos num número. Alguns utilizam todas as famílias, outros concentram-se sobre determinadas zonas da distribuição dos rendimentos.

Na primeira categoria, inclui-se o coeficiente de Gini, um índice que mede a distância da distribuição de rendimentos de todas as famílias a um cenário hipotético em que todas as famílias têm exatamente o mesmo rendimento. O coeficiente de Gini varia

entre 0 e 1, com valores mais próximos de 1 a indicar maior desigualdade na repartição de rendimentos. Na segunda categoria, a medida mais conhecida é o rácio entre o rendimento detido por 20% famílias mais ricas e o rendimento das 20% mais pobres. A Tabela 16 mostra-nos estes dois tipos de indicadores.

Todos os indicadores sugerem uma redução progressiva da desigualdade nos anos analisados. Ainda assim, os 10% mais ricos detinham, em 2022, quase 8 vezes mais rendimento disponível do que os 10% mais pobres. Ou seja: cada pessoa, de entre os 10% mais ricos, era 8 vezes mais rica do que uma pessoa do decil inferior.

Tabela 16 - Indicadores de desigualdade na distribuição de rendimentos (em %)

	2008	2021	2022
Coeficiente de Gini	35,8	33,0	32,0
S80/S20	6,1	5,4	4,8
S90/S10	10,0	9,1	7,7

1. Fonte: ICOR, 2008, 2021 e 2022.

2. Os indicadores de desigualdade na distribuição de rendimentos de 2022 são calculados de acordo com os rendimentos de 2021.

3. Interpretação: No ano mais recente, o coeficiente de Gini era de 32,0. Ainda neste ano, o rendimento total dos 20% mais ricos era 4,8 vezes superior ao dos 20% mais pobres.



Índice S80/S20

Percentagem do rendimento médio dos 20% mais ricos em relação ao dos 20% mais pobres



Coeficiente de Gini

Indicador que mede o grau de desigualdade na distribuição do rendimento num determinado país, assumindo valores entre 0 e 1. É igual a 0 quando todas as pessoas têm o mesmo rendimento e igual a 1 quando o rendimento total

A EDUCAÇÃO E A SITUAÇÃO LABORAL INFLUENCIAM A POSIÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO?

Como mostra a Tabela 2, o nível de educação e a relação com o mercado de trabalho são determinantes importantes da situação de pobreza. Estes dois fatores são também relevantes para a desigualdade de rendimento. A Tabela 17 divide as famílias em quatro grupos, das mais pobres para as mais ricas (a mesma divisão por grupos da Figura 6) e mostra a percentagem de (i) agregados com pessoas com ensino superior completo em cada um dos grupos, e (ii) a percentagem de agregados com intensidade de trabalho baixa e muito baixa.

De acordo como os dados recolhidos em 2022, dos 25% mais pobres, apenas cerca de 9% têm ensino superior

completo e cerca de 14% fazem parte de agregados com intensidade laboral muito baixa. De um modo geral, quanto maior o nível de rendimento, maior a prevalência de ensino superior completo e menor a prevalência de intensidade laboral reduzida.

Em 2022, dos 25% mais pobres, cerca de 9% têm ensino superior completo.

Tabela 17 - Situação laboral e nível de educação por quartil de rendimento (em %)

Quartis de rendimento	2021				2022			
	Q1	Q2	Q1	Q4	Q1	Q2	Q3	Q4
Ensino superior	9,3	14,8	21,7	44,6	8,7	15,4	21,7	42,9
Intensidade laboral baixa ou muito baixa	18,5	10,9	6,4	4,3	13,9	9,8	4,3	2,7

1. Fonte: ICOR, 2021 e 2022.

2. Em 2021, há uma quebra de série relativamente ao cálculo da intensidade laboral, dado que o Eurostat mudou a definição desta variável de acordo com o plano Europa 2030.

3. Interpretação: No ano mais recente, 8,7% da população pertencente ao primeiro quartil de rendimento tinha completado o ensino superior e cerca de 13,9% vivia num agregado cuja intensidade laboral era baixa ou muito baixa.



6. A importância das transferências sociais

A importância das transferências sociais

As transferências sociais são um importante instrumento de redistribuição do rendimento e, por isso, de mitigação da pobreza. As medidas de pobreza e desigualdade apresentadas nos restantes capítulos analisam o rendimento disponível dos agregados,

isto é, incluindo as transferências do Estado. Analisamos agora o impacto destas, quantificando a pobreza e a desigualdade no cenário hipotético em que as transferências seriam retiradas ao rendimento dos agregados.

Tabela 18 - Transferências sociais ao nível do indivíduo e do agregado

	MÉDIA POR BENEFICIÁRIO (€)		% DE INDIVÍDUOS A RECEBER	
	2021	2022	2021	2022
Prestações sociais monetárias				
Velhice	9957,9	9972,7	25,4	26,5
Sobrevivência por morte do cônjuge	4829,1	4946,8	6,5	6,3
Desemprego	5433,5	6237,8	3,1	2,9
Proteção na invalidez	5435,2	5359,7	2,4	2,4
Doença ou acidente	2913,1	2582,6	3,0	2,7
Relacionadas com a educação	1282,1	1256,1	1,5	1,3
Prestações sociais monetárias do agregado				
Proteção à criança/família	1325,2	1372,6	21,4	21,4
Habituação	49,8	144,7	8,5	6,5
Apoio à exclusão social	2209,8	2310,1	4,3	4,2

1. Fonte: ICOR, 2021 e 2022.

2. Estes cálculos são baseados no valor líquido de cada prestação social mencionada. A percentagem de indivíduos a receber estas prestações é calculada tendo em conta a população total.

3. A categoria relativa às prestações para proteção à criança/família refere-se aos benefícios que fornecem apoio financeiro às famílias para criar filhos ou que fornecem apoio financeiro a pessoas que auxiliam outros familiares que não crianças. Nesta categoria insere-se, por exemplo, o abono de família.

4. As prestações sociais no âmbito da habitação referem-se a ajudas por parte das autoridades públicas

com o objetivo de algumas famílias atenuarem os custos com a habitação.

5. As outras prestações para apoio à exclusão social consistem em pagamentos periódicos a pessoas com recursos insuficientes.

Estas pessoas são aquelas que são consideradas como "excluídas socialmente" ou que se encontram em risco de exclusão social.

6. Interpretação: No ano mais recente, 26,5% da população em Portugal recebeu prestações sociais monetárias por velhice.

Relativamente a estas prestações, cada beneficiário recebeu, em média, 9972,7 €/ano.

QUAIS SÃO AS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS MAIS RELEVANTES?

A Tabela 18 mostra que as pensões de velhice são as transferências sociais com maior importância, tanto em montante médio anual, como em número de beneficiários, seguidas da pensão de sobrevivência, subsídio de desemprego e pensões de invalidez. Excluindo uma ligeira subida no montante médio por beneficiário para prestações por desemprego, não se observaram alterações significativas face a 2021.

Existem ainda transferências sociais dirigidas especificamente a agregados com dependentes. Estas são as que abrangem um maior número de famílias (cerca de 2 em cada 10).

QUAL SERIA A TAXA DE RISCO DE POBREZA SEM TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS?

A Tabela 19 mostra que a taxa de risco de pobreza seria 2,6 vezes maior na ausência do Estado Social, isto é, a rendimentos de mercado a taxa de pobreza

seria de 42,5%, o que compara com 16,4% quando se incluem as transferências sociais.

O efeito das prestações sociais na redução da pobreza parece ter aumentado ligeiramente entre 2021 e 2022. Em 2022, a diferença na taxa de pobreza do rendimento disponível e de mercado era de -26,1 pontos percentuais, enquanto em 2021 esta diferença se cifrava em -25,1 pontos percentuais.

Em 2022, na ausência de transferências sociais além das pensões haveria mais 520 mil pessoas em risco de pobreza.

Tabela 19 – Pobreza e desigualdade social, antes e depois de transferências sociais (em %)

	RENDIMENTO DE MERCADO		RENDIMENTO PÓS-PENSÃO		RENDIMENTO DISPONÍVEL	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Pobreza						
Taxa de risco de pobreza	43,5	42,5	23,0	21,0	18,4	16,4
Taxa de intensidade da pobreza	35,3	27,9	9,5	8,1	5,9	4,5
Taxa de severidade da pobreza	45,4	24,6	6,1	5,0	2,9	2,0
Desigualdade social						
Coefficiente de Gini	38,0	37,8	34,7	33,8	33,0	32,0
S80/S20	8,3	7,4	6,1	5,5	5,7	4,5

1. Fonte: ICOR, 2021 e 2022.

2. Cálculos com base nos módulos de STATA poverty de Philippe Van Kerm (2009); ineqdeco de Stephen P. Jenkins (2008) e no DASP: Distributive Analysis Stata Package de Abdelkrim Araar e Jean Yves Duclos (2013).

3. Os indicadores de 2022 são calculados de acordo com os rendimentos de 2021.

4. Interpretação: Na ausência de Estado Social, o nível de pobreza na população total agravar-se-ia severamente.

No ano mais recente, a taxa de pobreza seria de 42,5% e as taxas de intensidade e severidade de pobreza seriam 6,2 e 12,3 vezes superiores, respetivamente. O coeficiente de Gini seria 37,8 e estima-se que o rendimento dos 20% mais ricos fosse 7,4 vezes superior ao dos 20% mais pobres.

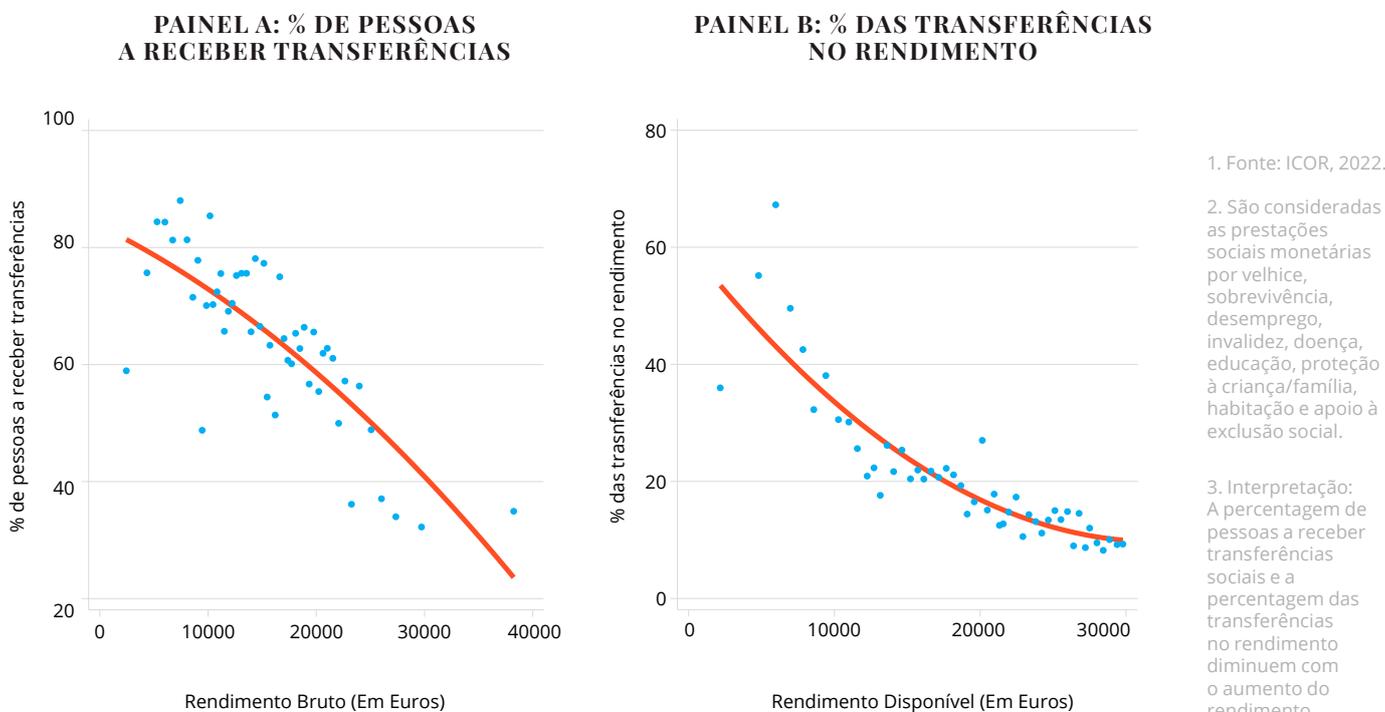
QUAL É O IMPACTO DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS NA INTENSIDADE E SEVERIDADE DA POBREZA E NA DESIGUALDADE?

Tanto a intensidade e a severidade da pobreza, como a desigualdade, aumentariam substancialmente na ausência de transferências sociais. Interpretando o valor da intensidade de pobreza, observamos que, sem transferências sociais, o custo para elevar o rendimento de todos os pobres para a linha de pobreza seria superior a 18,6 mil milhões de euros (o que compara com 3 mil milhões após transferências).¹⁰ É importante sublinhar que o efeito redistributivo se deve sobretudo às pensões, embora as restantes transferências sejam também importantes: a taxa de severidade da pobreza seria 2,5 vezes superior se as transferências se resumissem às pensões.

QUAL É A RELAÇÃO ENTRE AS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS RECEBIDAS E O RENDIMENTO?

A Figura 7 mostra a percentagem de pessoas que usufruem de transferências sociais, de acordo com o seu rendimento. Como seria expectável, esta percentagem diminui à medida que o rendimento aumenta. Importa sublinhar que as percentagens mais elevadas se observam para rendimentos anuais brutos abaixo dos 10.000 €. A Figura 7 também mostra que o peso das transferências no total do rendimento disponível diminui à medida que o rendimento aumenta. Para os agregados mais pobres, as transferências sociais representam mais de 40% do rendimento disponível.

Figura 7 - Transferências sociais e o rendimento



10. Este valor resulta da multiplicação da taxa de intensidade da pobreza pelo limiar de pobreza e pela população do país, como explicado na Secção 3.1 .



7. Diferenças regionais

Diferenças regionais

Apresentamos agora uma caracterização regional das condições de vida e do rendimento da população residente em Portugal. O ICOR permite caracterizar a situação ao nível das sete regiões NUTS II, ou seja, as duas regiões autónomas e cinco regiões de Portugal continental. As análises realizadas à escala municipal utilizam outras fontes de dados.

QUAIS SÃO AS REGIÕES COM MAIS POBREZA?

A análise da Figura 8 revela que a prevalência da pobreza é maior nas Regiões Autónomas, que também têm mais privação material e social e mais desigualdade do que Portugal continental. A taxa de pobreza está quase 10 pontos percentuais acima da média nacional na Madeira, a região com maior taxa de pobreza em Portugal, e 9 pontos percentuais acima da média nacional nos Açores. Além disto, os Açores e a Madeira foram as únicas regiões em que a taxa de pobreza aumentou no último ano, de 21,9% para 25,1% e de 24,3% para 25,9%, respetivamente. No continente, a região com maior taxa de pobreza foi o Algarve (22,1%).

EM QUE REGIÕES É MAIOR A PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL?

A taxa de privação material e social severa desceu em todas as regiões de Portugal entre 2021 e 2022, como ilustra a Figura 8, com a exceção dos Açores. O Alentejo é a região com a menor taxa de privação material e social severa (3,2%), enquanto os Açores (9,8%) e Madeira (7,8%) são as regiões em que esta taxa é mais alta.

Em 2022, nos Açores
1 em cada 10
pessoas estava em situação
de privação material
e social severa.

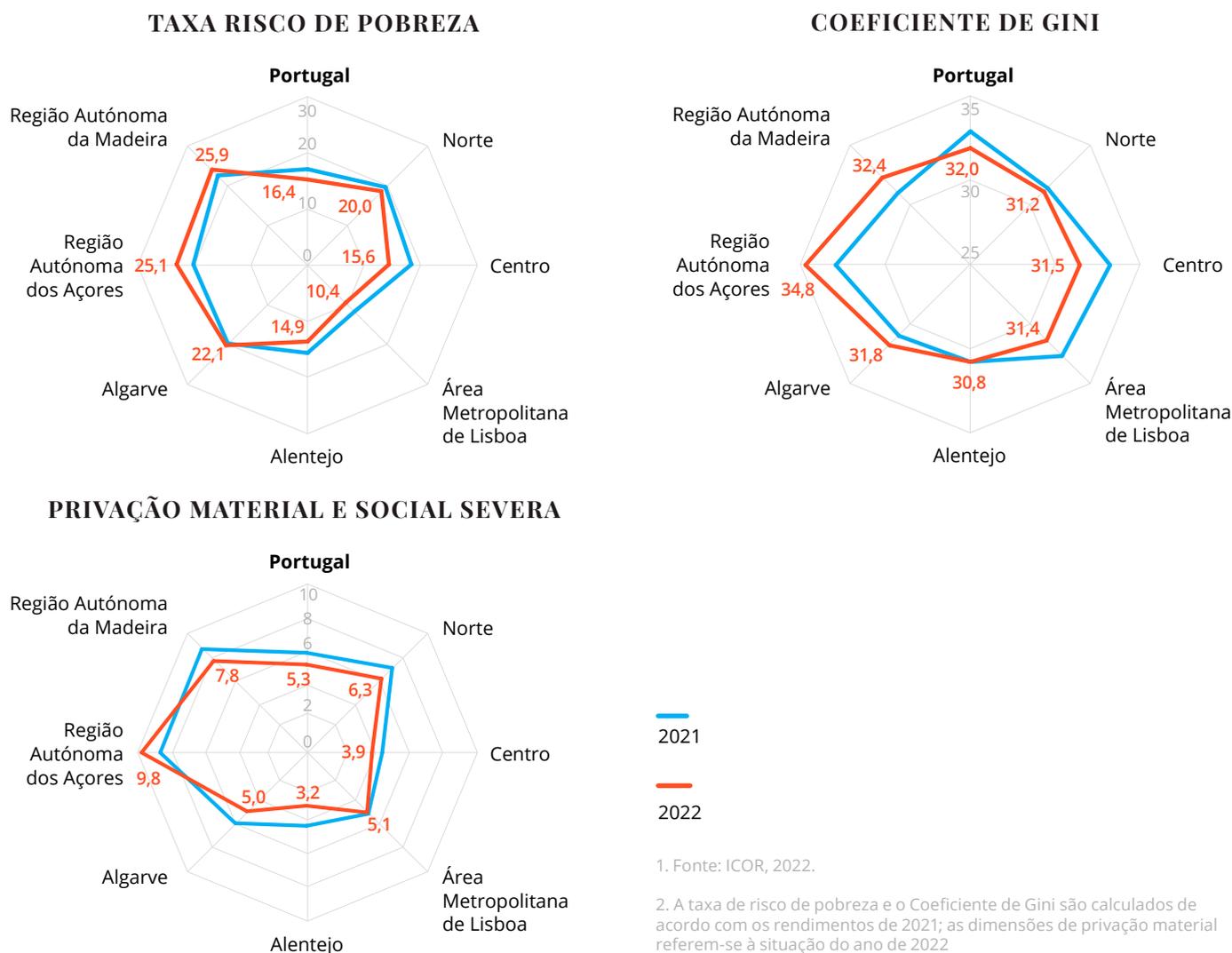
EM QUE REGIÕES É MAIOR A DESIGUALDADE NA REPARTIÇÃO DE RENDIMENTOS?

A Figura 8 também mostra o coeficiente de Gini para as sete regiões portuguesas¹¹ A região com maior desigualdade foi os Açores, que foi também aquela em que a desigualdade mais aumentou face ao ano anterior, seguida da Madeira e do Centro. No Norte, Centro, e na Área Metropolitana de Lisboa a desigualdade diminuiu.

QUE MUNICÍPIOS TÊM MAIOR DESIGUALDADE NA REPARTIÇÃO DE RENDIMENTOS?

Para caracterizar a desigualdade de rendimento ao nível municipal, o INE recorre ao rendimento bruto coletável, isto é, aquele que é declarado por cada agregado à Autoridade Tributária na declaração anual de IRS. Este rendimento difere do disponível, que usamos nas estatísticas calculadas a partir do ICOR, por duas razões principais. Em primeiro lugar, não

Figura 8 - Taxa de risco de pobreza, Portugal e Regiões (em %)



11. Recordamos que um coeficiente de Gini mais elevado representa maior desigualdade. Mais detalhes sobre a interpretação deste coeficiente são discutidos no Capítulo 5.

inclui o efeito dos impostos e transferências sociais. Em segundo lugar há categorias do rendimento de mercado, designadamente rendimentos de capital, que as regras tributárias não exigem que sejam incluídos na declaração de IRS mas que, em princípio, estão incluídos no rendimento declarado pelos agregados no ICOR.

De um ponto de vista teórico, esperamos que o primeiro efeito contribua para uma maior desigualdade no rendimento tributável relativamente ao disponível, ao passo que o segundo terá o efeito inverso.

Por outro lado, há várias razões (que têm a ver com a estrutura económica e produtiva de cada município)

que fazem com que estas diferenças alterem a ordenação relativa dos municípios, em termos de desigualdade, quando esta é calculada com base no rendimento bruto coletável e no rendimento disponível.

A Tabela 20 mostra os três municípios mais desiguais e os três menos desiguais do país. Lisboa (48,3) e o Porto (47,4) são os municípios com maior desigualdade, medida com o coeficiente de Gini. Os municípios com menor desigualdade são Alandroal, Pampilhosa da Serra e Portel, com coeficientes de Gini abaixo de 33,1.

Na Figura 9 mostramos a distribuição desta medida de desigualdade nos municípios de Portugal.

Tabela 20 - Coeficiente de Gini em 2021

MAIS DESIGUAIS				MAIS IGUAIS			
	Município	Região	Coeficiente de Gini		Município	Região	Coeficiente de Gini
1º	Lisboa	AML	48,3	1º	Alandroal	Alentejo	32,5
2º	Porto	Norte	47,6	2º	Pampilhosa da Serra	Centro	32,6
3º	Cascais	AML	46,1	3º	Portel	Alentejo	33,1

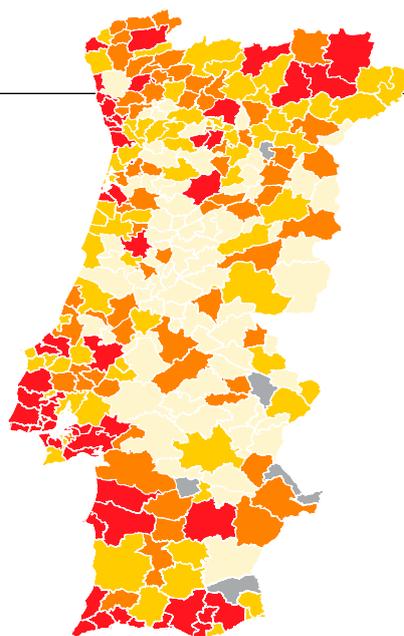
1. Fonte: INE, 2023

2. Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal.

3. Interpretação: Numa escala entre o mínimo de 0 e o máximo de 100, Lisboa é o município de Portugal onde a distribuição de rendimentos entre as pessoas é mais desigual (48,3).

Figura 9 - Coeficiente de Gini, em 2021, por município

- (39.4,48.3]
- (37.7,39.4]
- (36.2,37.7]
- [32.5,36.2]
- Não disponível



1. Fonte: INE, 2023.

2. Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal.



8. As condições de vida dos mais novos e dos mais velhos

As condições de vida dos mais novos e dos mais velhos

Como mostra a Tabela 4 da Secção 3, a presença de crianças num agregado familiar está associada a um risco de pobreza acrescido: a taxa de risco de pobreza é mais elevada em famílias com filhos (18,4%, o que compara com 14,4% para famílias sem filhos). Há duas ordens de razões para as famílias com crianças estarem mais sujeitas à pobreza. A primeira é que, quando nasce uma criança, o mesmo rendimento familiar passa a financiar as necessidades de mais uma pessoa. Portanto, é possível que uma família que não seja pobre antes de nascer uma criança passe a sê-lo após o nascimento, ou adoção, da filha ou filho. A segunda tem a ver com aspetos comportamentais, já que a participação no mercado de trabalho pode ser condicionada pela presença de dependentes nas famílias.

Por outro lado, as políticas públicas centradas nas crianças contribuem para quebrar ciclos de pobreza. Assim, discutir a pobreza e exclusão social nas crianças é especialmente relevante. No ICOR 2022, a amostra é constituída por 4.049 crianças com idade inferior a 18 anos, o que corresponde a um universo de 1.636.099 crianças.¹²

Nesta secção, também nos debruçamos sobre as condições de vida dos mais velhos. No ICOR 2022, a amostra é constituída por 8.624 pessoas com idade superior a 65 anos, o que corresponde a um universo de 2.449.743 residentes em Portugal, considerando a idade que tinham no final do ano da entrevista.

8.1.

Pobreza e desigualdade

QUAL É A TAXA DE POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS MAIS VELHOS?

Como vimos na secção 3, Tabela 2, a taxa de risco de pobreza para as crianças é de 18,5%, 2,1 pontos percentuais acima da média nacional. Esta taxa tem vindo a diminuir nos últimos anos; contudo, no ano mais recente, ainda há mais de 302 mil menores pobres em Portugal. A taxa de risco de pobreza para as pessoas com 65 ou mais anos foi de 17%, 0,6 pontos

percentuais acima da média nacional. Logo, há mais de 416 mil pobres com 65 ou mais anos em Portugal.

QUAL É O IMPACTO DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS NA POBREZA DAS CRIANÇAS E NOS MAIS VELHOS?

A taxa de risco de pobreza das crianças aumentaria de 18,5% para 25,4%, apenas retirando as pensões, e para 30,2% a rendimentos de mercado (Tabela 21).

12. Considerando a idade que as crianças tinham no final do ano da entrevista

Em ambos os casos, a taxa de pobreza das crianças antes de transferências, aumentou entre 2021 e 2022, ao contrário do que aconteceu com a taxa de pobreza baseada no rendimento após transferências. A diferença na medida de desigualdade (S80/S20), também disponível na Tabela 21, demonstra que, tal como para a população em geral, o Estado Social desempenha um papel fundamental na amenização da situação de pobreza das crianças.

Mais de 90% dos rendimentos das pessoas com mais de 65 anos têm origem em pensões e apenas 27,5% recebe rendimentos de mercado. Por essa razão, a Tabela 21 permite comparar um conjunto de medidas de pobreza e desigualdade antes e depois de transferências sociais (excluindo pensões) para os maiores de 65 anos. Na ausência destas, a taxa de pobreza dos mais velhos seria de 19,4% (Tabela 21) e a desigualdade seria também mais pronunciada.

Comparando os valores da taxa de risco de pobreza em 2022 para o rendimento disponível e o rendimento após pensões, concluímos que as transferências sociais excluindo pensões têm um impacto maior na redução da pobreza nas crianças (-6,9 pontos percentuais) e nos adultos (-5,7 pontos percentuais) do que nos mais velhos (-2,4 pontos percentuais).

Em 2022,
em ausência de
transferências sociais,
1 em cada 3
crianças seriam pobres.

Tabela 21 - Pobreza e desigualdade social nos grupos etários, antes e depois de transferências sociais (em %)

	RENDIMENTO DE MERCADO		RENDIMENTO APÓS PENSÕES		RENDIMENTO DISPONÍVEL	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
CRIANÇAS						
Taxa de risco de pobreza	28,1	30,2	24,9	25,4	20,4	18,5
S80/S20	11,5	11,0	8,6	7,9	6,2	5,2
ADULTOS						
Taxa de risco de pobreza	31,3	29,4	22,1	21,1	16,9	15,4
S80/S21	19,3	10,6	7,6	6,7	5,5	5,0
MAIS VELHOS						
Taxa de risco de pobreza	-	-	22,6	19,4	20,3	17,0
S80/S21	-	-	5,8	5,8	5,5	5,4

1. Fonte: ICOR, 2021 e 2022.

2. Nesta tabela, as crianças incluídas têm idade inferior a 18 anos, os adultos têm entre 19 e 64 anos e as pessoas mais velhas têm mais de 65 anos, idade registada no mês da entrevista.

3. Cálculos com base nos módulos de STATA povdeco da autoria de Stephen P. Jenkins (agosto 2006), ineqdeco de Stephen P. Jenkins (maio 2008) e no DASP: Distributive Analysis Stata Package de Abdelkrim Araar e Jean Yves Duclos (junho 2013).

4. Os indicadores de pobreza e de desigualdade social de 2022 são calculados de acordo com os rendimentos de 2021.

5. Interpretação: Na ausência de estado social, os níveis de pobreza e de desigualdade social nas crianças agravar-se-iam severamente. No ano mais recente, a taxa de pobreza seria de 30,2% e estima-se que o rendimento dos 20% mais ricos fosse 11 vezes superior ao dos 20% mais pobres.

8.2.

Privação material e social

QUAL É A PERCENTAGEM DE CRIANÇAS E DE MAIS VELHOS EM PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL?

Como explicado no Capítulo 5 considera-se que uma pessoa está em privação material e social se não tem acesso a cinco ou mais dos elementos da lista de privações definida pelo Eurostat, que apresentamos na Secção 4.1. Quando não tem acesso a sete ou mais, considera-se que está em privação material e social severa. A Tabela 22 mostra que em 2022, 12% das crianças e 15% dos mais velhos sofriam de privação material e social. Estes valores, assim como a privação material e social severa, são superiores entre as crianças e os mais velhos, quando comparados com os adultos.

EM QUE DIMENSÕES SE OBSERVAM MAIORES TAXAS DE PRIVAÇÃO PARA AS CRIANÇAS E OS MAIS VELHOS?

A Tabela 23 mostra-nos a proporção da população, por grupos etários, que não tem acesso a cada uma das dimensões da lista do Eurostat. Tal como para a população em geral, os maiores graus de privação em agregados com crianças e entre os mais velhos observam-se nas capacidades de: (i) pagar uma semana de férias fora de casa (47,5% entre os mais velhos e 31% nos agregados com crianças); (ii) fazer face a despesas inesperadas (32% nos agregados com crianças e 31% entre os mais velhos); (iii) substituir móveis usados (cerca de 38% para ambos os grupos).

Tabela 22 - Privação material e social por grupos etários (em %)

	CRIANÇAS		ADULTOS		MAIS VELHOS	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Taxa de privação material e social	11,0	11,9	12,8	10,7	17,5	15,2
Taxa de privação material e social severa	4,8	4,9	5,6	4,6	7,9	7,1
Intensidade da privação material e social	6,6	6,6	6,5	6,6	6,6	6,6

1. Fonte: ICOR 2021 e 2022.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. Nesta tabela, as crianças incluídas têm idade inferior a 18 anos, os adultos têm entre 19 e 64 anos e as pessoas mais velhas têm mais de 65 anos, idade registada no mês da entrevista.

4. Interpretação: Em 2022, 12% das crianças e 15% dos mais velhos sofriam de privação material e social.

Entre os diferentes grupos, os agregados com crianças são os que têm mais dificuldade em assegurar o pagamento de despesas inesperadas. Este é também o grupo de agregados em que é mais comum haver atraso no pagamento de hipotecas ou rendas (9,6%).

Por seu turno, a incapacidade de manter a casa adequadamente aquecida é maior entre os mais velhos. Embora se tenha observado uma ligeira redução face a 2021, 23,6% das pessoas com 65 ou mais anos reportam privação nesta dimensão em 2022.

Tabela 23 - Itens de privação material e social nos grupos etários (em %)

	CRIANÇAS		ADULTOS		MAIS VELHOS	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
AO NÍVEL DO AGREGADO						
Sem capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa	27,8	31,1	34,7	35,0	48,4	47,5
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada sem recorrer a empréstimo	29,8	31,8	30,4	28,9	34,1	31,1
Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	10,5	12,1	15,1	16,6	24,6	23,6
Com atraso no pagamento de hipotecas ou pagamento de rendas, contas de serviços de utilidade pública, compras a prestações ou outros empréstimos	9,3	9,6	7,5	6,7	2,3	2,4
Sem disponibilidade de automóvel	3,7	3,8	4,3	4	7,6	5,5
Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos, de dois em dois dias	1,4	2,4	2,0	2,7	4,4	4,2
Sem capacidade de substituir móveis usados	34,5	37,0	38,0	35,4	40,0	38,2
OUTROS ITENS DE PRIVAÇÃO						
Sem disponibilidade de computador por dificuldades económicas	2,7	3,6	4,7	4,4	9,7	7,2
AO NÍVEL DO INDÍVIDUO						
Sem capacidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova e risco de pobreza	7,1	6,3	7,6	6,7	10,9	9,8
Sem capacidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado	0,7	0,4	0,9	0,8	1,6	1,8
Sem disponibilidade para encontrar-se com amigos/familiares pelo menos uma vez por mês	4,8	4,9	6,1	5,0	10,4	10,0
Sem disponibilidade para participar regularmente numa atividade de lazer	12,0	10,7	12,2	10,2	12,9	10,9
Sem capacidade para gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo próprio	12,6	10,6	11,2	8,5	14,3	12,4
Sem capacidade de ter ligação à internet para uso pessoal em casa	0,7	1,2	2,2	1,8	7,2	5,7

1. Fonte: ICOR 2021 e 2022.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado e do indivíduo.

3. Nesta tabela, as crianças incluídas têm idade inferior a 18 anos, os adultos têm entre 19 e 64 anos e as pessoas mais velhas têm mais de 65 anos, idade registada no mês da entrevista.

4. Interpretação: Em 2022, 47,5% das pessoas com mais de 65 anos não têm capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa; quando nos referimos aos adultos, este valor diminui para 35%.

A incapacidade financeira para fazer uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano é também mais elevada entre os mais velhos (4,2%), do que entre os adultos menores de 65 e as crianças. Ainda assim, enquanto nestes grupos a privação alimentar se agravou entre 2021 e 2022, nos mais velhos o valor manteve-se relativamente estável.

Os mais velhos apresentam, ainda, maior privação

nos itens individuais considerados pelo Eurostat. Embora em todas as dimensões se tenha observado uma redução na prevalência de privação entre 2021 e 2022, a diferença entre os mais velhos e os adultos é ainda elevada na indisponibilidade para se encontrarem com amigos/familiares uma vez por mês (5 pontos percentuais), ou para gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo próprio (3,9 pontos percentuais).

8.3.

Outras privações essenciais

QUE OUTROS TIPOS DE PRIVAÇÕES ENFRENTAM AS CRIANÇAS EM PORTUGAL?

A Tabela 24 mostra a taxa de privação das crianças, dos adultos e dos mais velhos em quatro dimensões essenciais – educação, saúde, habitação e alimentação – que são recolhidas pelo ICOR mas não incluídas nas dimensões usadas pelo Eurostat para calcular a privação material (estes indicadores foram apresentados na Tabela 23).

Em 2022, cerca de 75% das crianças com idades até aos 3 anos não frequentaram, pelo menos, 30 horas semanais de pré-escolar. No acesso à saúde, 1,2% das crianças não realizaram consultas ou tratamentos médicos (não dentários) por restrição de recursos (sem disponibilidades financeiras, lista de espera, falta de tempo devido ao trabalho, distância ao local da consulta). Este valor sobe para 5,3% nas consultas ou tratamentos de medicina dentária. Em ambos os casos houve um aumento na taxa de privação entre 2021 e 2022. Ainda assim, a taxa de privação no acesso à Saúde das crianças é substancialmente inferior à dos adultos e dos mais velhos.

No que toca à privação habitacional, em 2022, 16% viviam em alojamentos sobrelotados; 22% em alojamentos com telhado, paredes ou janelas permeáveis a água; e 25,7% vive em agregados em que o custo com alojamento representa um encargo muito pesado. Nas duas primeiras dimensões a privação diminuiu ligeiramente face a 2021.

Ao contrário, a privação alimentar aumentou para as crianças em 2022. Neste ano, 6% das crianças viviam em famílias sem capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis e 2,1% em agregados em que os elementos da família sentiram fome e não comeram por falta de dinheiro.

QUE OUTRAS PRIVAÇÕES TÊM OS MAIS VELHOS EM PORTUGAL?

A Tabela 24 detalha também as situações de privação dos mais velhos. Em 2022, em cada dez pessoas com 65 ou mais anos: sete sofriam de uma doença crónica ou problema de saúde prolongado, seis viviam com limitações nas suas atividades habituais e três autoavaliavam a sua saúde com sendo má ou muito má. Como é expectável, a privação em saúde

é genericamente maior entre os mais velhos do que entre os adultos menores de 65. Em termos de acesso, 22,8% dos mais velhos reportam dificuldade no acesso a consultas de medicina dentária, um aumento de 12 pontos percentuais face a 2021.

No que toca à habitação, apesar dos mais velhos serem o grupo com maior dificuldade em manter a casa adequadamente aquecida, nas outras dimensões de privação habitacional apresentam menores taxas de privação que os adultos menores de 65 ou agregados

com crianças. Ainda assim, quase um quarto dos idosos vive em casas com o telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água, e 1% vive em alojamentos sem instalações de banho/duche no interior.

Por último, em termos de privação alimentar, 6% dos idosos não tinham capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis. Entre os adultos e os mais velhos, cerca de 2% sentiram fome e não comeram porque não tinham dinheiro.

Tabela 24 - Pobreza multidimensional nos grupos etários (em %)

	CRIANÇAS		ADULTOS		MAIS VELHOS	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
EDUCAÇÃO						
Mínimo de 30 horas por semana de ensino pré-escolar	66,2	75,3	-	-	-	-
SAÚDE						
Consulta ou tratamento médico (não dentária)	0,2	1,2	2,5	5,2	3,4	5,4
Consulta ou tratamento de medicina dentária	5,1	5,3	9,8	16,5	10,5	22,8
Autoavaliação	-	-	6,8	7,0	32,3	30,9
Limitação em atividades habituais	-	-	26,4	24,7	61,8	61,3
Doença crónica ou problema de saúde prolongado	-	-	34,9	35,6	72,5	71,3
HABITAÇÃO						
Telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apodrecidos	27,1	22,2	27,9	23,8	29,2	23,6
Taxa de sobrelotação do alojamento	17,5	16,0	10,9	10,0	4,2	3,0
Custos do alojamento considerado um encargo muito pesado	24,4	25,7	23,3	24,1	23,5	22,2
Instalações de banho ou duche no interior	0,2	0,2	0,4	0,5	1,1	1,0
ALIMENTAÇÃO						
Incapacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis	3,6	5,9	6,2	5,8	8,0	6,0
Sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro	2,0	2,1	2,0	2,2	2,2	1,8

1. Fonte: ICOR, 2021 e 2022.

2. Nesta tabela, as crianças incluídas têm idade inferior a 18 anos, os adultos têm entre 19 e 64 anos e as pessoas mais velhas têm mais de 65 anos, idade registada no mês da entrevista.

3. Em 2022, um indivíduo é pobre de acordo com os rendimentos de 2021; as dimensões de privação referem-se à situação do ano de 2022.

4. Interpretação: No ano mais recente, 75,3% das crianças em idade pré-escolar não frequentam, pelo menos, 30 horas semanais no ensino pré-escolar.



9. Saúde mental e bem-estar

Saúde mental e bem-estar

O ICOR 2022 tem um módulo especial sobre a Saúde mental e bem-estar. Neste capítulo, analisamos estes dados em quatro dimensões: hábitos saudáveis, dificuldades no dia-a-dia, satisfação com a vida e isolamento social. Em todos os casos distinguimos entre a população em risco de pobreza e a população não pobre.

COMO É QUE A CONDIÇÃO DE POBREZA INFLUENCIA A PRÁTICA DE HÁBITOS MENOS SAUDÁVEIS?

A Tabela 25 mostra a frequência de atividades associadas a um estilo de vida saudável. A maioria das pessoas em risco de pobreza (quase 60%) indica fazer pouco exercício físico, uma proporção quase 11 pontos percentuais mais baixa para a população não pobre. Os pobres reportam também mais comumente consumir pouca fruta, ou legumes/saladas (6% e 7%, respetivamente). Por outro lado, o consumo elevado de tabaco é mais expressivo entre a população não pobre (16,4%, o que compara com 15% entre os pobres), tal como o consumo de bebidas alcoólicas (38,7%, 32,4% para os pobres).

Tabela 25 - Hábitos menos saudáveis (em %)

	POPULAÇÃO POBRE	POPULAÇÃO NÃO POBRE
POUCO		
Exercício físico	59,5	48,6
Consumo de fruta	5,9	3,5
Consumo de legumes ou saladas	7,2	4,4
ELEVADO		
Consumo de tabaco	16,4	15,0
Consumo de bebidas alcoólicas	38,7	32,4

1. Fonte: ICOR, 2022.

2. Cálculos feitos ao nível do indivíduo.

3. Para as variáveis: "Pouco exercício físico numa semana normal", "Pouco consumo de fruta, excluindo sumos, numa semana normal" e "Pouco consumo de legumes ou saladas, excluindo sopas, batatas e sumos, numa semana normal", foram consideradas as respostas "nunca" e "pelo menos uma vez por semana".

4. Para as variáveis: "Elevado consumo de tabaco (incluindo tabaco aquecido, cigarros eletrónicos e dispositivos semelhantes)" e "Elevado de consumo de bebidas alcoólicas (últimos 12 meses)", foram consideradas as respostas "diariamente" e "algumas vezes por semana".

5. Em 2022, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2021.

6. Interpretação: Em 2022, 48,6% das pessoas não pobres em Portugal fazem pouco exercício físico; este valor eleva-se a 59,5% para as pessoas pobres.

QUAL É O IMPACTO DA POBREZA NAS DIFICULDADES QUE AS PESSOAS ENFRENTAM NO SEU DIA-A-DIA?

A Tabela 26 mostra a proporção de pessoas pobres e não pobres que reportam uma série de dificuldades quotidianas, a saber: ver, ouvir, caminhar, de memória, de concentração, assegurar os seus cuidados pessoais e comunicar. Em todos os casos as proporções são superiores entre as pessoas em risco de pobreza: 29% reporta dificuldades de visão (+10 pontos percentuais que a população não pobre), 24% reporta dificuldades de memória ou concentração (+6,7 pontos percentuais que a população não pobre), e quase 15% reporta dificuldades em ouvir ou caminhar.

Importa sublinhar que 9% da população em risco de pobreza reporta dificuldades em assegurar os seus cuidados pessoais, como tomar banho ou vestir-se, e 3% reportam dificuldades em comunicar (compreender ou fazer-se compreender). Nesta última dimensão a proporção é o dobro entre os pobres e a população não pobre.

Em 2022, quase **1 em cada 3** pessoas em risco de pobreza afirma confrontar-se com dificuldades de visão no dia-a-dia.

Tabela 26 - Dificuldades no dia-a-dia (em %)

	POPULAÇÃO POBRE	POPULAÇÃO NÃO POBRE
DIFICULDADE EM		
Ver, mesmo usando óculos ou lentes	29,0	18,9
Ouvir, mesmo usando aparelho	14,7	12,0
Caminhar ou subir escadas	14,9	8,2
Memória ou concentração	24,0	17,3
Cuidados pessoais	9,0	5,8
Comunicar	3,0	1,5

1. Fonte: ICOR, 2022.

2. Cálculos feitos ao nível do indivíduo.

3. Variáveis utilizadas - dificuldade em: ver, mesmo usando óculos ou lentes; ouvir, mesmo usando aparelho; caminhar ou subir escadas sem ajuda;

de memória ou concentração; cuidados pessoais (como tomar banho ou em vestir-se); e comunicar (compreender ou fazer-se compreender aos outros)

4. Nesta tabela, foram consideradas as respostas "alguma dificuldade", "muita dificuldade" e "não consegue de todo".

5. Em 2022, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2021.

6. Interpretação: Em 2022, 19% das pessoas não pobres em Portugal têm dificuldades a ver, mesmo usando óculos ou lentes;

este valor eleva-se a 29% para as pessoas pobres.

EM QUE MEDIDA É QUE A CONDIÇÃO DE POBREZA AFETA A SATISFAÇÃO COM A VIDA?

A Tabela 27 mostra alguns indicadores de satisfação com a vida. Quase 16% das pessoas em risco de pobreza afirmam que raramente ou quase nunca se sentiram felizes (mais do dobro do que a população não pobre) e 37% está pouco satisfeita com a sua situação financeira (uma proporção

também mais de duas vezes maiores do que a população não pobre).

A diferença entre a população pobre e não pobre é inferior na insatisfação com o tempo que dedicam ao lazer (16% para os pobres e 13,9% para os não pobres), mas é bastante mais pronunciada no que toca à satisfação com as relações pessoais: 5,4% dos pobres reporta um nível baixo de satisfação (um valor mais de 3 vezes superior ao dos não pobres).

Tabela 27 - Satisfação com a vida (em %)

	POPULAÇÃO POBRE	POPULAÇÃO NÃO POBRE
Raramente ou nunca se sentiu feliz	15,8	7,7
Pouca satisfação com a situação financeira	37,0	16,9
Pouca satisfação com a ocupação do tempo (tempo dedicado ao lazer)	16,1	13,9
Pouca satisfação com as relações pessoais	5,4	1,7

1. Fonte: ICOR, 2022.

2. Cálculos feitos ao nível do indivíduo.

3. Para a variável: "Sentiu-se feliz raramente ou nunca", foram consideradas as respostas "nunca" e "pouco tempo".

4. Para as variáveis: "Pouca satisfação com a situação financeira", "Pouca satisfação com a ocupação do tempo (tempo dedicado ao lazer)" e "Pouca satisfação com as relações pessoais", foram consideradas as respostas de 0 a 4 numa escala de 0 a 10, em que 0 representava completa insatisfação e 10 completa satisfação.

5. Em 2022, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2021.

6. Interpretação: Em 2022, 7,7% das pessoas não pobres em Portugal nunca ou raramente se sentiram felizes; este valor eleva-se a 15,8% para as pessoas pobres.

Das pessoas em risco de pobreza, quase 16% afirmam que raramente ou quase nunca se sentiram felizes.

EM QUE MEDIDA É QUE A CONDIÇÃO DE POBREZA AFETA O ISOLAMENTO SOCIAL?

A interação e apoio social e emocional são duas dimensões fundamentais para o bem-estar mental. Na Tabela 28 reportamos algumas estatísticas sobre isolamento social.

Tal como nos indicadores anteriores, de forma geral,

a população em risco de pobreza está mais suscetível a situações de isolamento social. Entre os pobres, 12,9% reporta ter-se sentido só, e 8,3% ter-se sentido excluído. Em ambos os casos estas proporções são mais de duas vezes maiores entre os pobres e os não pobres.

A população em risco de pobreza indica também mais frequentemente não ter participado em atividades lúdicas (quase 6%), e ter poucos encontros com familiares (11%) e com amigos (15%).

Tabela 28 - Isolamento social (em %)

	POPULAÇÃO POBRE	POPULAÇÃO NÃO POBRE
Sentiu-se só e isolado	12,9	6,2
Sentiu-se excluído	8,3	3,3
Não participação em atividades lúdicas	5,8	1,9
Poucos encontros com familiares	11,4	8,7
Poucos encontros com amigos	14,8	10,3

1. Fonte: ICOR, 2022.

2. Cálculos feitos ao nível do indivíduo.

3. Para a variável: "Sentiu-se só e isolado", foram consideradas as respostas "sempre" e "a maior parte do tempo".

4. Para a variável: "Sentiu-se excluído", foram consideradas as respostas "de acordo" e "totalmente de acordo".

5. Para a variável: "Não participação em atividades lúdicas" foi considerada a resposta "Não, por razões financeiras".

Isto implica nenhuma ida ao cinema, a espetáculos ao vivo, a locais de interesse cultural e a acontecimentos desportivos ao vivo.

6. Para as variáveis: "Poucos encontros com familiares" e "Poucos encontros com amigos", foram consideradas as respostas "Pelo menos uma vez por ano" e "Nunca".

7. Em 2022, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2021.

8. Interpretação: Em 2022, 6,2% das pessoas não pobres em Portugal sentiram-se só e isoladas; este valor eleva-se a 12,9% para as pessoas pobres.



10.
2023 em revista

2023 em revista

A análise feita até agora centra-se nos dados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística em 2022. Neste capítulo, oferecemos uma leitura de 2023, em três dimensões – emprego, satisfação com a democracia e

proteção social – combinando várias fontes de dados, designadamente, do Inquérito ao Emprego do INE, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, do Eurobarómetro e da Segurança Social.

10.1

Emprego

COMO EVOLUIU A TAXA DE DESEMPREGO NOS ÚLTIMOS ANOS?

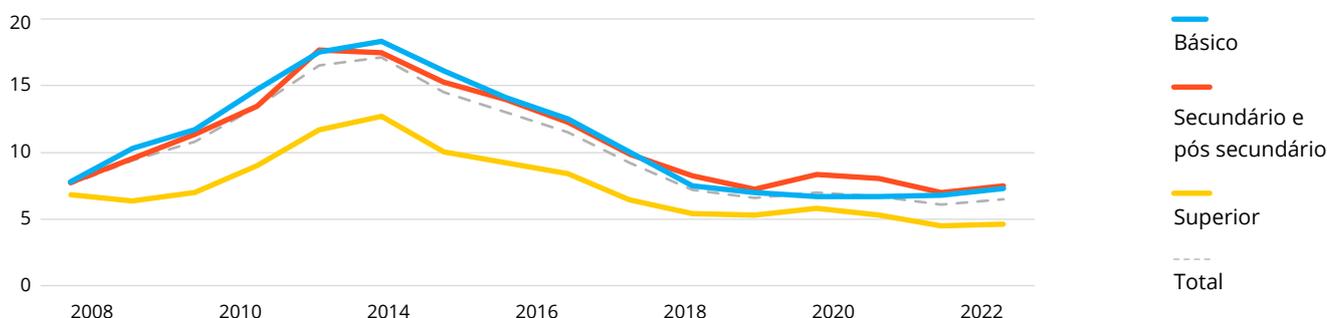
A Figura 10 mostra a taxa de desemprego total e por nível de escolaridade completo. Entre 2008 e 2013, durante os anos da crise financeira, o desemprego subiu todos os anos, atingindo um pico de 16,2% em 2013. Desde aí, observou-se um decréscimo

progressivo, com a taxa de desemprego a atingir um valor de 6,5% em 2019.

O desemprego é genericamente superior entre a população com nível de instrução básico e secundário. Por outro lado, as pessoas com formação superior têm tipicamente uma taxa de desemprego mais baixa.

Figura 10 - Taxa de desemprego (em %)

Total e por nível de escolaridade completo



1. Fonte: Pordata, 2023.

2. Interpretação: Em 2023, 7,3% da população ativa com o ensino básico e 4,6% com o ensino superior estava desempregada. A taxa de desemprego era de 7,6% em 2008 e 6,5% em 2023

Depois de uma ligeira descida da taxa de desemprego em 2022, em recuperação depois da crise pandémica, em 2023 a taxa de desemprego subiu ligeiramente para 6,5%. Esta subida resulta sobretudo de um aumento do desemprego entre as pessoas com escolaridade até ao ensino secundário e pós secundário.

EM QUE REGIÕES HOUVE MAIOR AUMENTO NO NÚMERO DE INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO

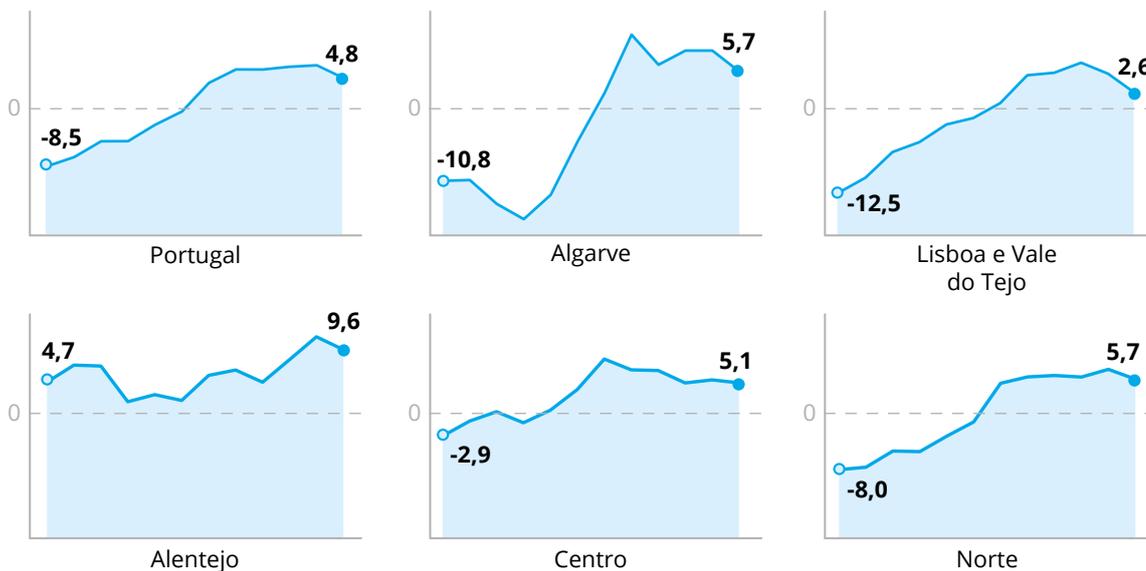
Os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) permitem descrever evolução mensal do número de inscritos nos centros de emprego nas diferentes regiões de Portugal continental.¹³ A Figura 11 mostra a variação percentual entre o número mensal de pessoas registadas nos centros de emprego em 2023 e 2022, para Portugal e

para a cinco regiões NUTS 2 do território continental.¹⁴ De forma geral, durante o primeiro semestre de 2023, o número de inscritos esteve abaixo do período homólogo de 2022; no segundo semestre, a tendência inverteu-se.

Na maioria das regiões verificou-se a mesma tendência. No Algarve, no entanto as variações parecem ter atingido picos mais pronunciados. Em abril de 2023 o número de inscritos estava mais de 15% abaixo do mês correspondente em 2022. Por outro lado, em Agosto de 2022 o número de inscritos estava mais de 10% acima do de Agosto de 2023. Esta tendência de aumento face ao ano anterior manteve-se em Setembro e Outubro de 2023. No Alentejo, por outro lado, o número de inscritos nos centros de emprego em 2023 foi sempre superior aos dos meses correspondentes em 2022, variando entre 2% e 11%.

Figura 11 - Variação homóloga de indivíduos registados no centro de emprego por regiões

○ JANEIRO DE 2023 ● DEZEMBRO DE 2023



1. Fonte: IEFP, 2023
 2. Variação dos inscritos no centro de emprego nos meses de 2023 em comparação com os meses homólogos de 2022. A linha a tracejado marca o que aconteceria se nos meses analisados o número de horas semanais trabalhadas em média tivesse sido igual ao que foi no respetivo mês homólogo de 2022.
 3. Interpretação: Em dezembro de 2023, o número de inscritos nos centros de emprego em Portugal era cerca de 5% superior ao registado no mesmo mês de 2022.

13. O número de inscritos nos centros de emprego não é necessariamente igual ao número de desempregados, uma vez que nem todos os desempregados se inscrevem num centro de emprego. Ainda assim, dado que a inscrição é uma das condições para a obtenção de subsídio de desemprego, é comum usar os dados do IEFP como uma aproximação razoável ao número de desempregados.

14. O número de inscritos nos centros de emprego não está disponível para as Regiões Autónomas.

EM QUE MUNICÍPIOS EXISTE MAIOR DIFICULDADE NO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO?

A Figura 12 e a Tabela 29 mostram uma aproximação da taxa de desemprego ao nível municipal, calculada como a proporção da população residente em idade ativa (entre os 15 e 64 anos) inscrita nos centros de emprego.

A Tabela 29 mostra que Mourão foi o município com maior taxa de inscritos nos centros de emprego em

percentagem da população residente em idade ativa, 12,8%. No extremo oposto, Ponte de Lima, Ferreira do Zêzere e Sever do Vouga são os municípios com menor número de inscritos em percentagem da população residente, com 2,2%.

O mapa da Figura 12 mostra a distribuição deste indicador para os municípios do território continental. É visível que os municípios com taxas mais altas se localizam na região Norte, e no interior das regiões Centro e Alentejo.

Figura 12 - Inscritos no Centro de Emprego, em 2023, por município (em %)

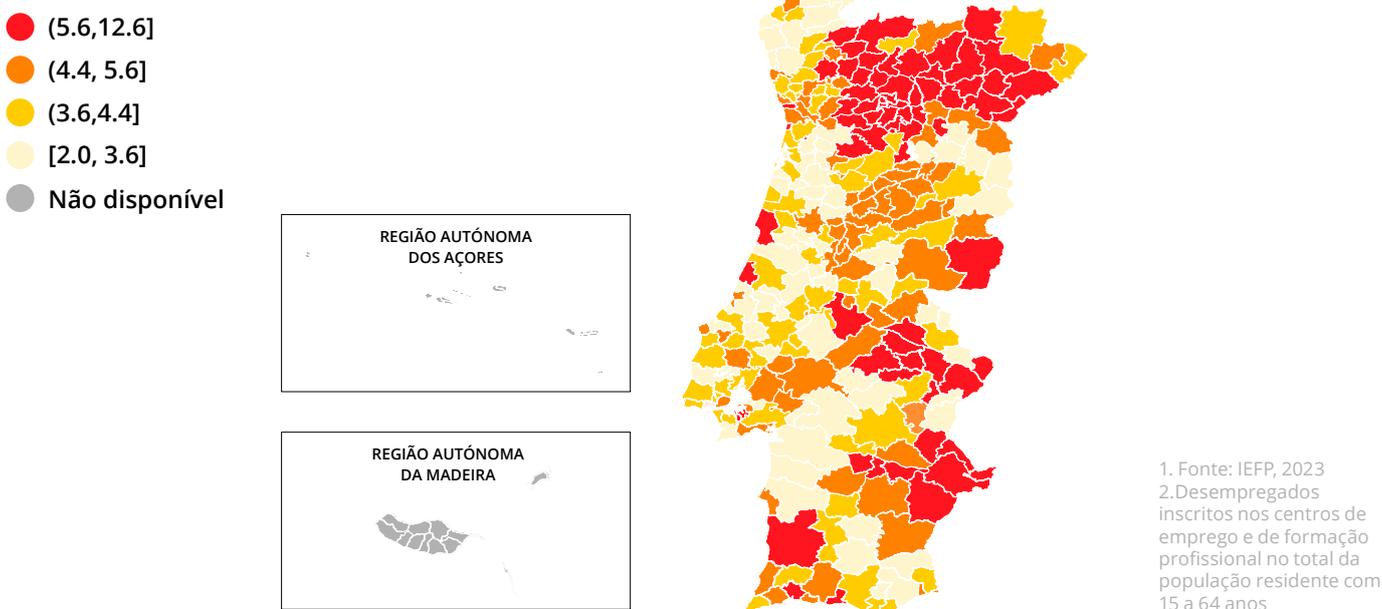


Tabela 29 - Inscritos no Centro de Emprego em 2023 (em %)

MAIS DESIGUAIS				MAIS IGUAIS			
	Município	Região	Inscritos		Município	Região	Inscritos
1º	Mourão	AML	12,6	1º	Grândola	Alentejo	2,0
2º	Murça	Norte	12,1	2º	Sever do Vouga	Centro	2,2
3º	Moimenta da Beira	Centro	11,7	3º	Pinhel	Centro	2,2

1. Fonte: Pordata, 2023

2. Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos.

3. Interpretação: No município de Mourão 12,6% da população residente entre os 15 e os 64 anos está inscrita no centro de emprego

COMO EVOLUIU O NÚMERO DE INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO NOS DIFERENTES GRUPOS SOCIO-DEMOGRÁFICOS?

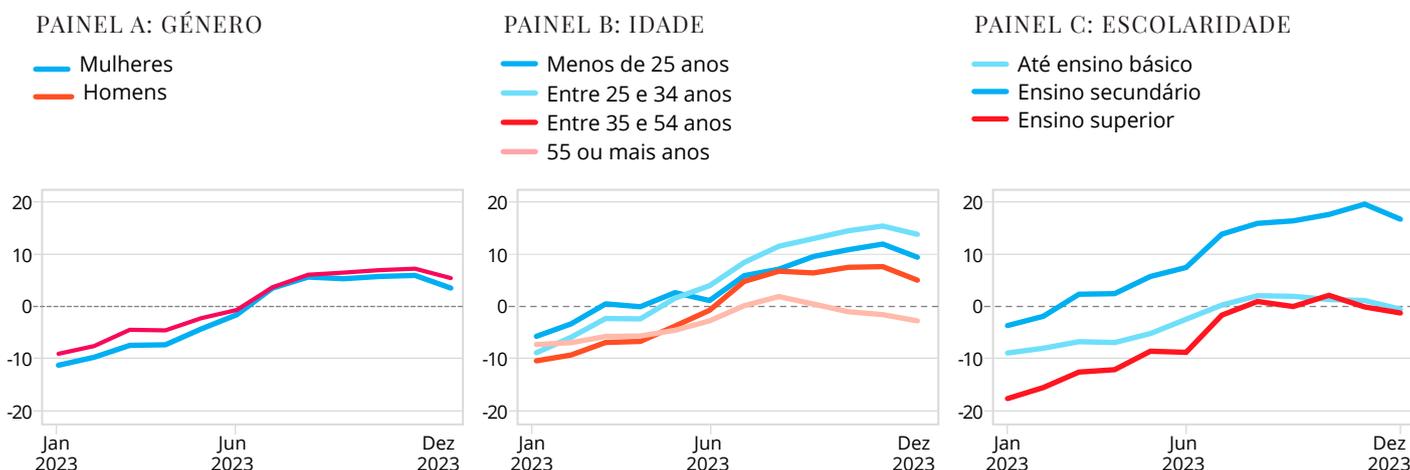
A evolução do número de inscritos no centro de emprego não foi igual para os diferentes grupos socio-demográficos. Na Figura 13 replicamos a análise da Figura 11 por género, idade e escolaridade das pessoas inscrita nos centros de emprego.

Não existem diferenças significativas na tendência de evolução do número de mulheres e homens inscritos nos centros de emprego. A comparação face a 2022 parece menos favorável aos homens. Durante o primeiro semestre, os homens tiveram uma redução no número de inscritos face a 2022 menos expressiva do que as mulheres, e no segundo semestre foi entre os homens que se observou um maior crescimento dos inscritos: 7% em Novembro de 2023, face ao mesmo mês de 2022.

Em termos de grupos etários, o aumento no número de inscritos no segundo semestre ficou a dever-se sobretudo a um aumento de inscrições dos mais novos, sobretudo entre os 25 e 34 anos. Em Novembro de 2023 havia cerca de 15% mais inscritos neste grupo etário do que no mesmo mês de 2022. Este aumento está em linha com a maior prevalência do desemprego entre os jovens. Entre as pessoas com 55 e mais anos, excetuando no período do verão, o número de inscritos nos centros de emprego esteve sempre abaixo dos valores de 2022.

Finalmente, uma análise ao nível da escolaridade revela que a redução no número de inscritos no primeiro semestre se deveu sobretudo a uma redução no número de inscritos com ensino superior completo. Entre Janeiro de 2022 e 2023, o número de inscritos com ensino superior reduziu-se 17,6%. Em sentido inverso, em quase todos os períodos o número de inscritos com ensino secundário completo aumentou.

Figura 13 -Variação homóloga do número de inscritos nos centros de emprego por grupos socio-demográficos (em %)



1. Fonte: IEF, 2023

2. Variação dos inscritos no centro de emprego nos meses de 2023 em comparação com os meses homólogos de 2022. A linha a tracejado marca o que aconteceria se nos meses analisados o número de horas semanais trabalhadas em média tivesse sido igual ao que foi no respetivo mês homólogo de 2022.

3. Interpretação: Em dezembro de 2023, o número de mulheres inscritas nos centros de emprego em Portugal era cerca de 4% superior ao registado no mesmo mês de 2022.

DE QUE FORMA VARIA O NÚMERO DE HORAS TRABALHADAS PARA OS DIFERENTES GRUPOS SOCIO-DEMOGRÁFICOS?

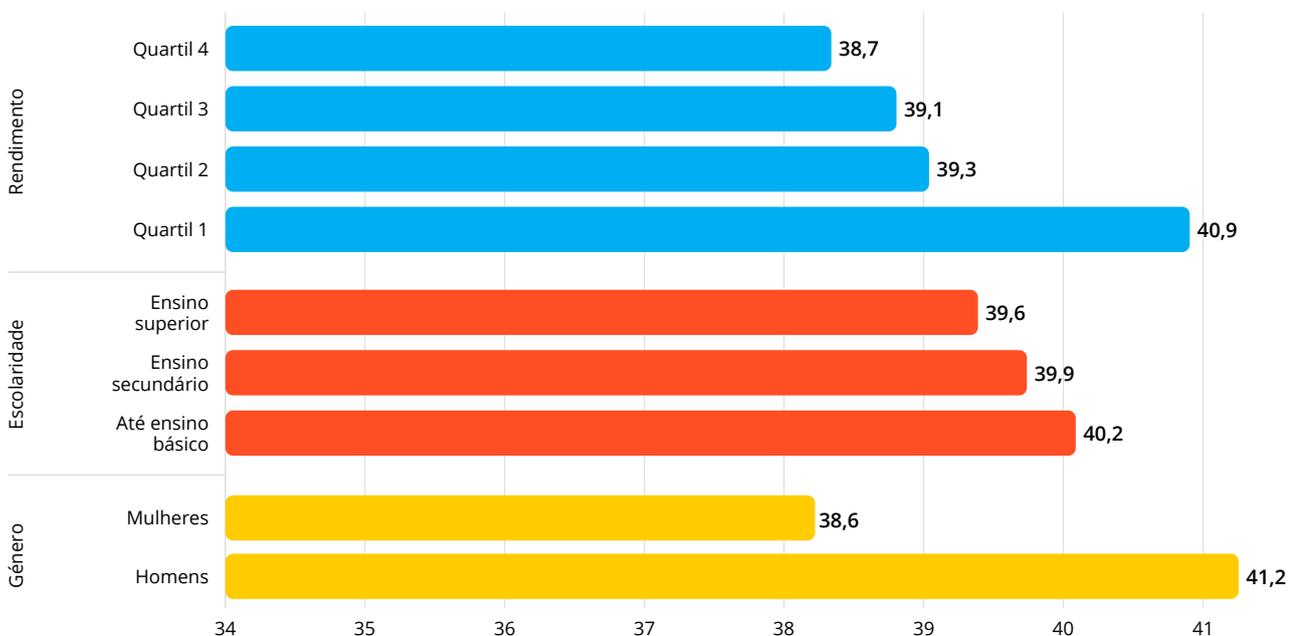
Usando dados do Inquérito ao Emprego (do terceiro trimestre de 2023) é possível analisar o número de horas trabalhadas numa semana habitual, para os trabalhadores a tempo inteiro, por grupos socio-demográficos. A Figura 14 mostra as diferenças de acordo com o nível de rendimento (salário/hora), escolaridade e género.

Embora as diferenças entre os diferentes grupos não sejam, na maioria dos casos, muito elevadas, alguns factos são aparentes pela análise da figura. Por um lado, os trabalhadores com os 25% salários/hora mais baixos trabalham, em média, mais horas por semana do que todos os outros (40,9 horas/semana). Os trabalhadores no quartil mais alto de salário/hora

trabalham, em média, menos 2,2 horas por semana do que os do primeiro quartil. Por outro lado, os trabalhadores com até o ensino básico trabalham, em média, mais do que os restantes (40,2 horas/semana) e os homens trabalham em média mais 2,6 horas/semana do que as mulheres.

Os homens com até ensino básico ou com rendimentos mais baixos trabalham mais que 40 horas/semana.

Figura 14 - Média de horas trabalhadas por semana



1. Fonte: IE, 2023

2. Horas habituais trabalhadas numa semana normal.

3. Interpretação: No terceiro trimestre de 2023, as mulheres trabalhavam em média 38,6 horas por semana.

QUAL É A PREVALÊNCIA DE TELETRABALHO ENTRE OS DIFERENTES GRUPOS SOCIO-DEMOGRÁFICOS?

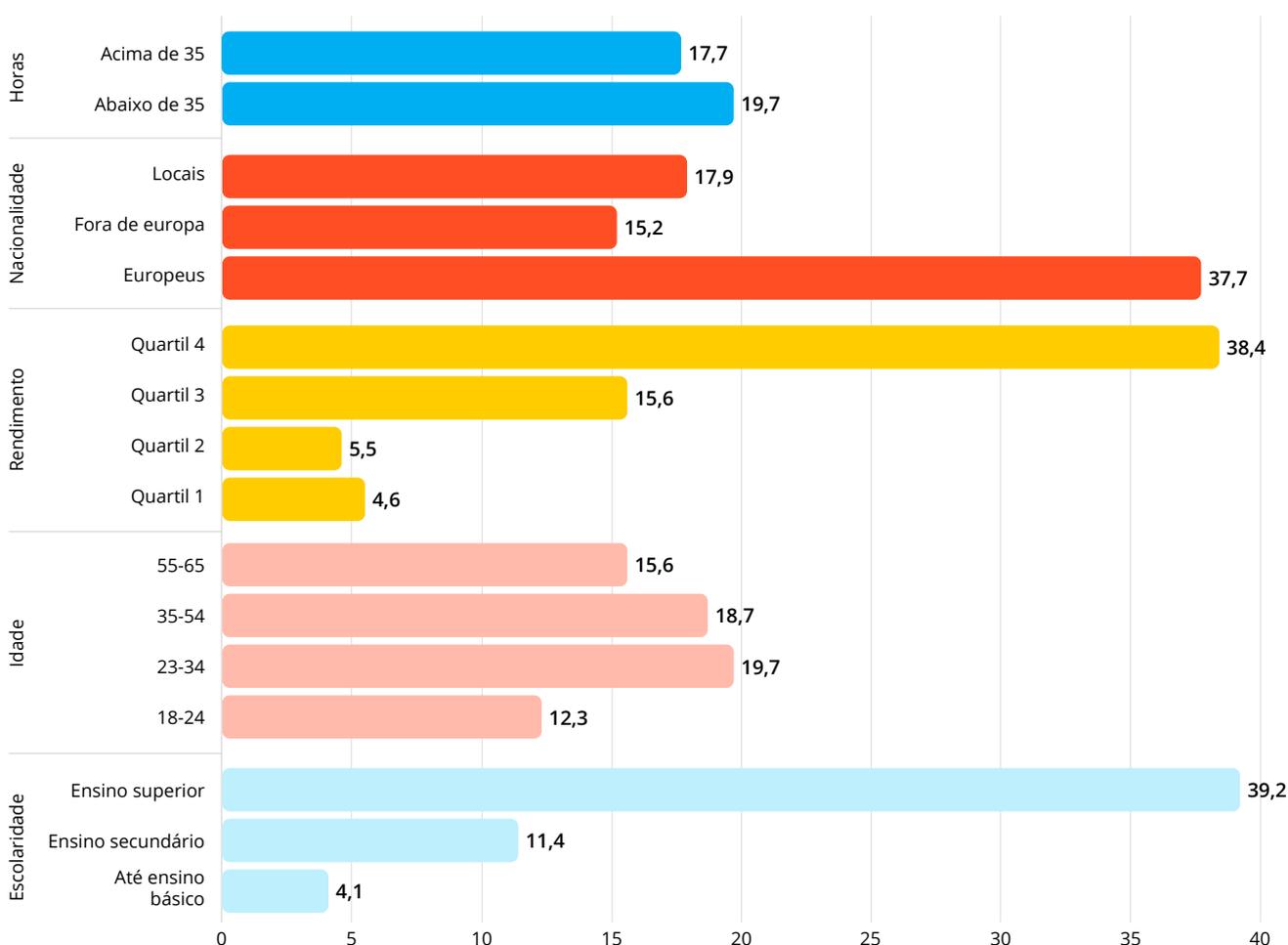
A Figura 15 mostra a proporção de trabalhadores que trabalhou maioritariamente a partir de casa no terceiro trimestre de 2023, por número de horas trabalhadas, nacionalidade, rendimento, idade e escolaridade.

O trabalho remoto é mais prevalente entre as pessoas que trabalham mais de 35 horas/semana

(19,7%), entre os residentes sem nacionalidade Portuguesa e de origem noutros países da Europa (37,7%), nas pessoas com maior salário/hora (38,4%), com ensino superior (39,2%) e entre os jovens com idades entre 25 e 34 anos (19,7%).

Em sentido contrário, os residentes estrangeiros de fora da Europa (15,2%), os trabalhadores com até o ensino básico (4,1%) e com salários/hora mais baixos (4,6%) menos frequentemente afirmam ter trabalhado maioritariamente a partir de casa.

Figura 15 - Teletrabalho (em %)



1. Fonte: IE, 2023

2. Por teletrabalho considera-se a população empregada que trabalhou a partir de casa no período de referência com recurso a Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

3. Interpretação: No terceiro trimestre de 2023, 12,3% dos jovens entre os 18 e 24 anos trabalhavam maioritariamente em casa.

QUAL É A PREVALÊNCIA DE TRABALHO TEMPORÁRIO ENTRE OS DIFERENTES GRUPOS SOCIO-DEMOGRÁFICOS?

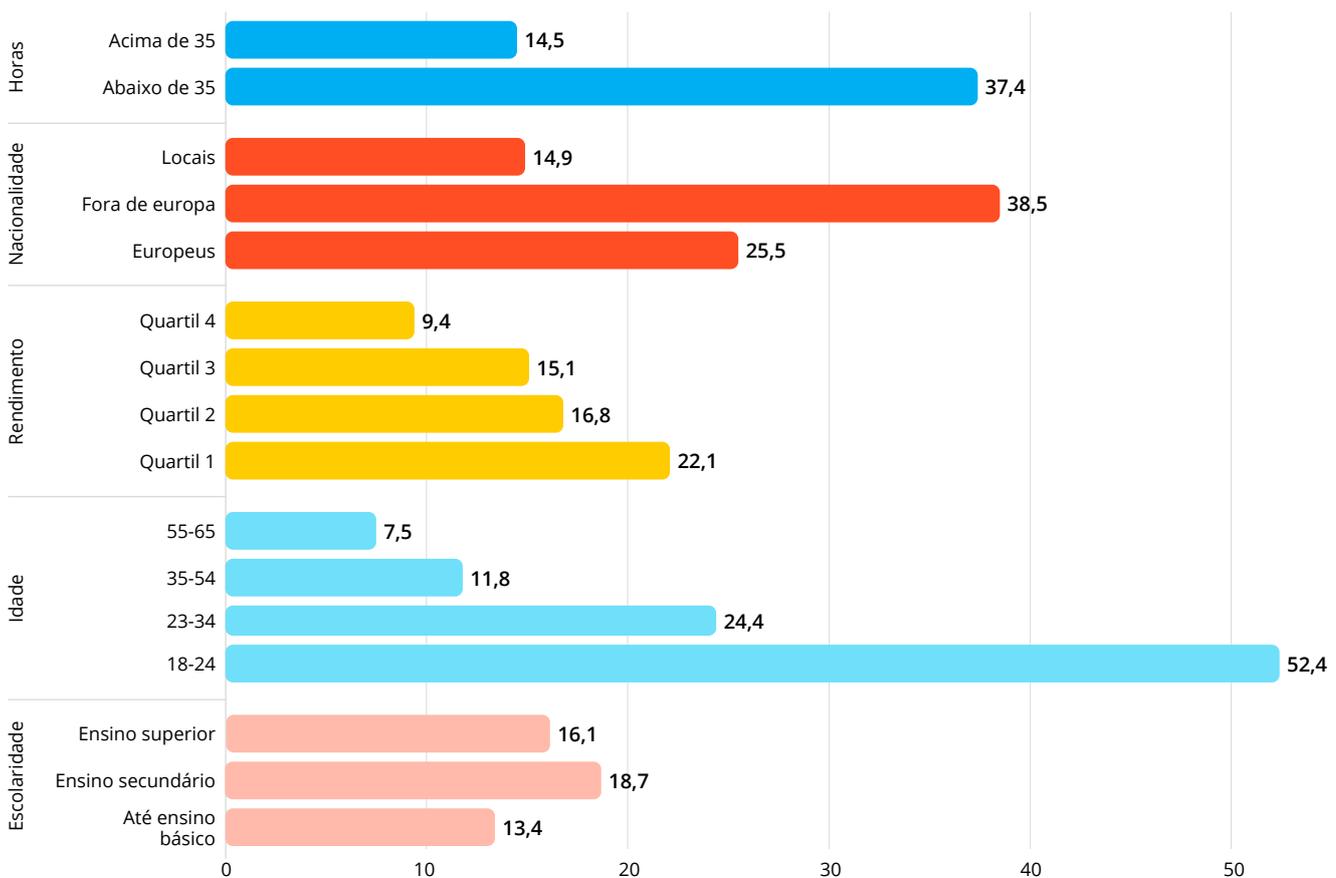
A Figura 16 mostra a proporção de contratos temporários de acordo com o número de horas trabalhadas, a nacionalidade, o rendimento, a idade e a escolaridade. O trabalho temporário tem um efeito na segurança da relação com o mercado de trabalho.

Os contratos temporários concentram-se sobretudo nos trabalhadores que trabalham menos de 35 horas/semana (37,4%), nos estrangeiros residentes com origem não Europeia (38,5%), nos trabalhadores com salários/hora mais baixos (22,1%) e nos trabalhadores

com ensino secundário (18,7%). A distribuição por idade enfatiza a grande concentração de contratos temporários entre os mais jovens: entre os 18 e 24 anos, 52% dos trabalhadores têm contratos temporários, entre os 25 e 34 anos esta proporção é de 24,4%.

52,4%
dos trabalhadores
entre os 18 e 24 anos têm
contratos temporários.

Figura 16 - Contratos temporários (em %)



1. Fonte: IE, 2023

2. Interpretação: No terceiro trimestre de 2023, 52,3% dos jovens entre os 18 e 24 anos tinham contratos temporários.

10.2.

Proteção social

Nesta secção usamos os dados da Segurança Social para caracterizar as transferências sociais cujo impacto na redução da pobreza mostrámos na Secção 6. Analisamos o abono de família, o rendimento social de inserção e a prestação social para a inclusão.

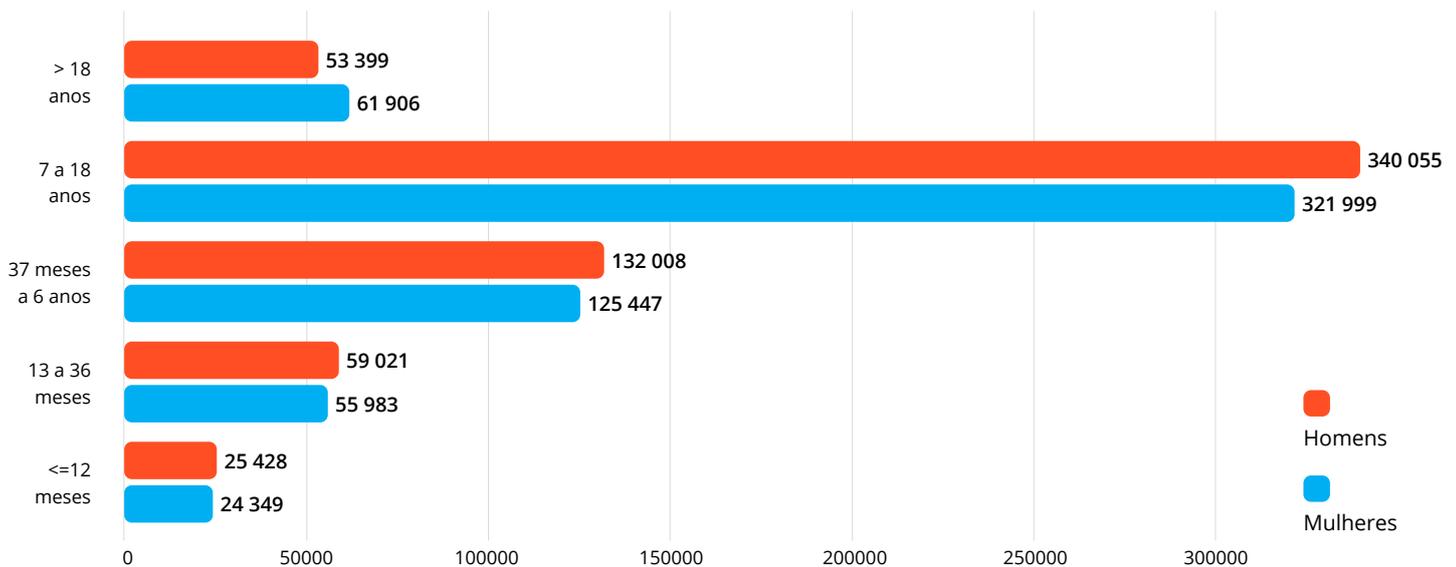
QUEM RECEBE ABONO DE FAMÍLIA?

O abono de família é uma prestação mensal atribuída a um agregado familiar com o objetivo de diminuir os encargos com o sustento e educação dos jovens. É atribuído aos jovens até aos 16 anos, com possibilidade de extensão até aos 24 anos, se os jovens ainda estudarem ou tiverem alguns tipos de limitações de saúde. A prestação social está sujeita

à verificação de uma condição de recursos, isto é, a atribuição e o valor dependem da composição e do rendimento do agregado familiar.

Em 2023 havia cerca de 1,2 milhões de beneficiários de abono de família (menos 26,5 mil do que em 2022) e o valor médio mensal do apoio era de 90,88 €. A Figura 17 mostra o número de beneficiários, de acordo com a idade e o género. A grande maioria dos beneficiários do abono de família tem menos de 18 anos e é do sexo masculino. Existem cerca de 216 mil rapazes a receber apoio até aos seis anos (em média 36 mil por ano de idade) e cerca de 340 mil entre os 7 e 18 anos (em média 31 mil por ano de idade). A diferença de género reflete a distribuição da população por género da população residente.¹⁵

Figura 17 - Número de beneficiários do abono de família por género e por idade



1. Fonte: MTSS, 2023

2. Interpretação: Em 2023, havia 24.349 crianças do sexo feminino com menos de 12 meses de idade que beneficiavam do abono de família.

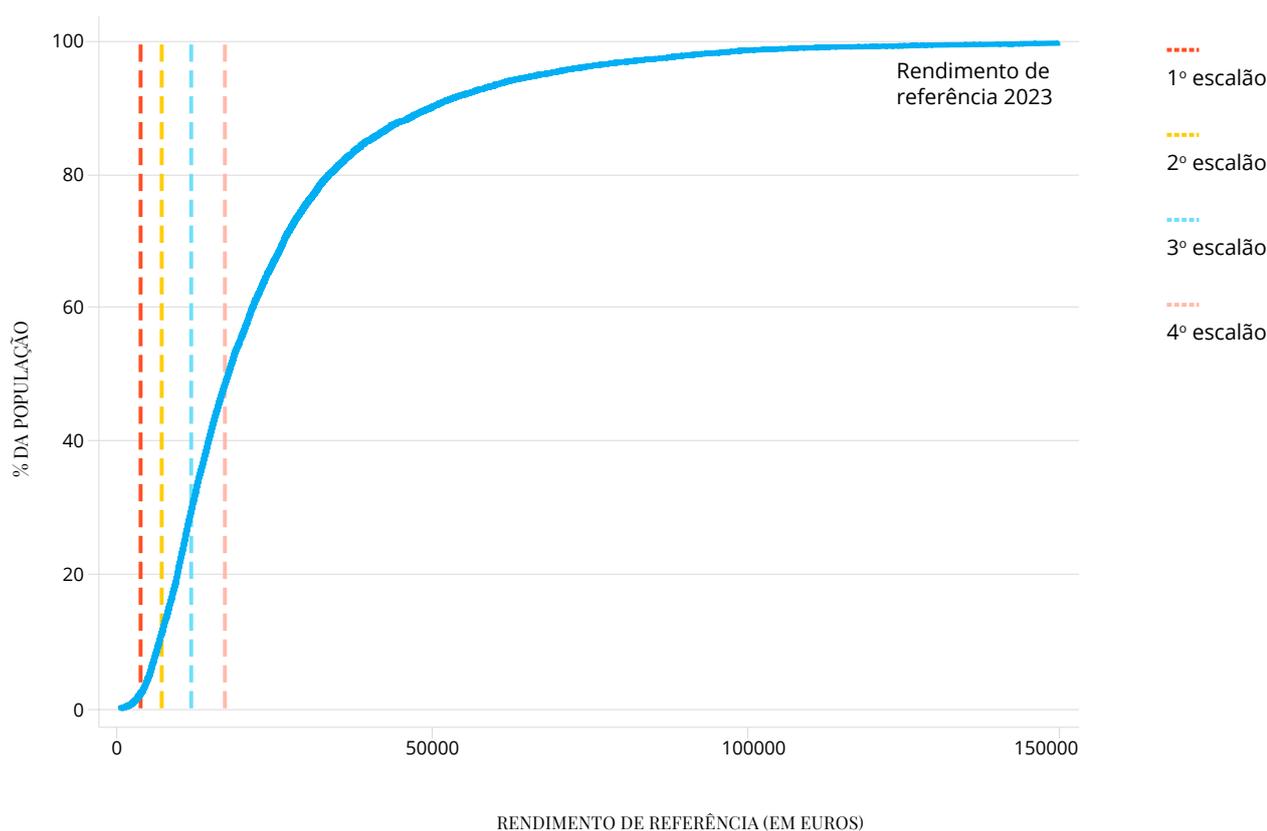
15. De acordo com as estimativas da população residente do INE, em 2022, entre os jovens até aos 19 anos 954 mil eram do sexo masculino, e cerca de 906 mil do sexo feminino.

COMO SE DISTRIBUEM OS BENEFICIÁRIOS PELOS ESCALÕES DO ABONO DE FAMÍLIA?

O valor de abono de família por criança é organizado em quatro escalões, determinados de acordo com o nível de rendimento do agregado familiar, dividido pelo número de crianças e jovens no agregado com direito ao abono de família. O rendimento de referência para efeitos de atribuição de apoio depende do Indexante aos Apoios Sociais (IAS) e divide-se em cinco escalões. Como podemos ver na

Figura 18, em 2023, o 1.º escalão incluía rendimentos anuais de referência até 3 363 €, o 2.º escalão rendimentos até 6 726 €, o 3.º até 11 434 €, o 4.º até 16 815 € e o 5.º acima deste valor. Assim, 2,2% da população pertence ao 1º escalão. As famílias do 4.º escalão recebem apoio apenas para crianças até 72 meses de idade, as famílias do 5.º escalão não recebem abono de família. O valor base do abono de família por criança ou jovem depende do escalão de rendimentos da família e da idade da criança; pode ser majorado de acordo com o número de crianças no agregado e para agregados monoparentais.¹⁶

Figura 18 - Distribuição do rendimento e os limiares dos apoios sociais



1. Fonte: MTSSS, 2023

2. Interpretação: Em 2023, o 1.º escalão incluía rendimentos anuais de referência até 3 363 €.

16. Para ilustração, as crianças com entre 36 e 72 meses de idade recebem, em 2024, 72 €/mês em agregados do 1.º e 2.º escalão, 56,86 €/mês em agregados do 3.º escalão e 42,91 € em agregados do 4.º escalão.

A Figura 19 mostra a distribuição do número de beneficiários por escalão. A maioria dos beneficiários concentra-se no 3.º escalão (34,8%). O número de beneficiários no 4.º escalão é bastante reduzido (7,1%), o que provavelmente se deve ao facto de neste escalão apenas serem elegíveis crianças com até 72 meses (6 anos).

QUEM RECEBE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO?

O rendimento social de inserção (RSI) destina-se a pessoas em situação de pobreza extrema, que necessitem de apoio para melhorar a sua integração social e profissional. Um dos critérios de atribuição do subsídio é o rendimento mensal do agregado. Em 2024, para uma pessoa que viva sozinha, a soma dos seus rendimentos mensais teria que ser inferior a 237,25 €, equivalente a 2847 € anuais como vemos na Figura 18. O valor da prestação mensal é igual à diferença entre o valor do RSI apurado para o agregado e os seus

rendimentos. Por exemplo, para um indivíduo que viva sozinho, com um rendimento mensal de 150 € por mês, o valor do apoio é de 87,25 €/mês.

Em 2023, havia 241 mil beneficiários a receber RSI, o que corresponde a 122 mil famílias apoiadas. O valor médio do apoio por beneficiário era de 133,2 €, e por família de 283,49 €.

Em 2023,
26%
dos beneficiários
do RSI tinham
menos de 18 anos.

Figura 19 - Número de beneficiários do abono de família por escalão



1. Fonte: MTSSS, 2023

2. Interpretação: Em 2023, 26,4% dos beneficiários do abono de família estavam no primeiro escalão dos rendimentos.

A Figura 20 mostra a distribuição do número de beneficiários por idade e género.

A maioria dos beneficiários (cerca de 63 mil, ou 26% do total), têm menos de 18 anos. O grupo etário entre os 18 e 34 anos (com uma amplitude de idade comparável, de 16 anos), concentra apenas cerca de 36 mil beneficiários. Entre os jovens com menos de 18 anos e os adultos entre os 55 e 64 anos, há mais pessoas do sexo masculino a receber RSI. Para os restantes grupos etários, são as pessoas do sexo feminino que mais frequentemente recebem este apoio.¹⁷

QUE TIPO DE AGREGADOS RECEBEM RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO?

A dimensão do agregado familiar influencia o valor do RSI, mas também os critérios de elegibilidade para o receber. A Figura 21 mostra a repartição do número de beneficiários de acordo com a dimensão dos seus agregados familiares. Os adultos que vivem sozinhos representam a maior proporção dos agregados que recebem RSI (26,6%), seguidos dos agregados com duas pessoas (17,2%). Os agregados com 6 ou mais pessoas representam 12,3% das famílias que recebem RSI.

Figura 20 - Número de beneficiários do rendimento social de inserção por género e por idade

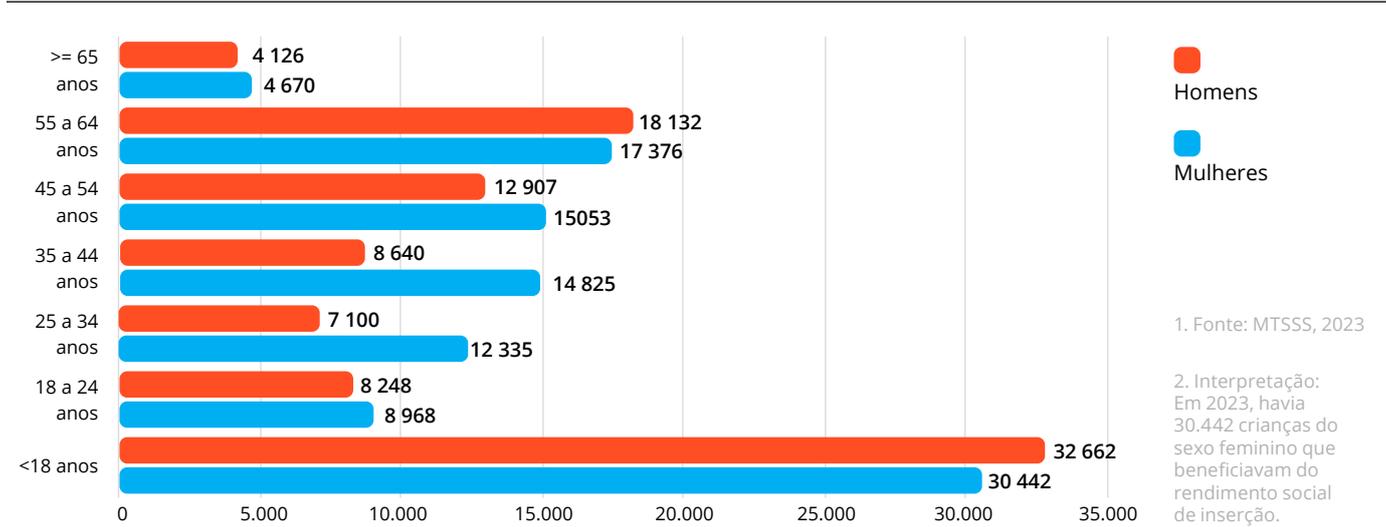
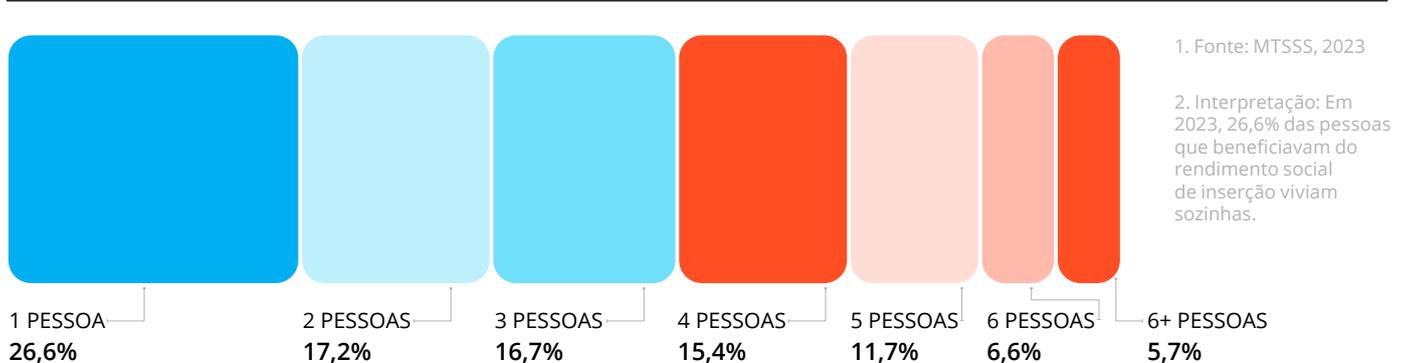


Figura 21 - Número de beneficiários do rendimento social de inserção por dimensão do agregado familiar



17. Na Figura 31 mostramos a evolução desde indicador a mais longo prazo.

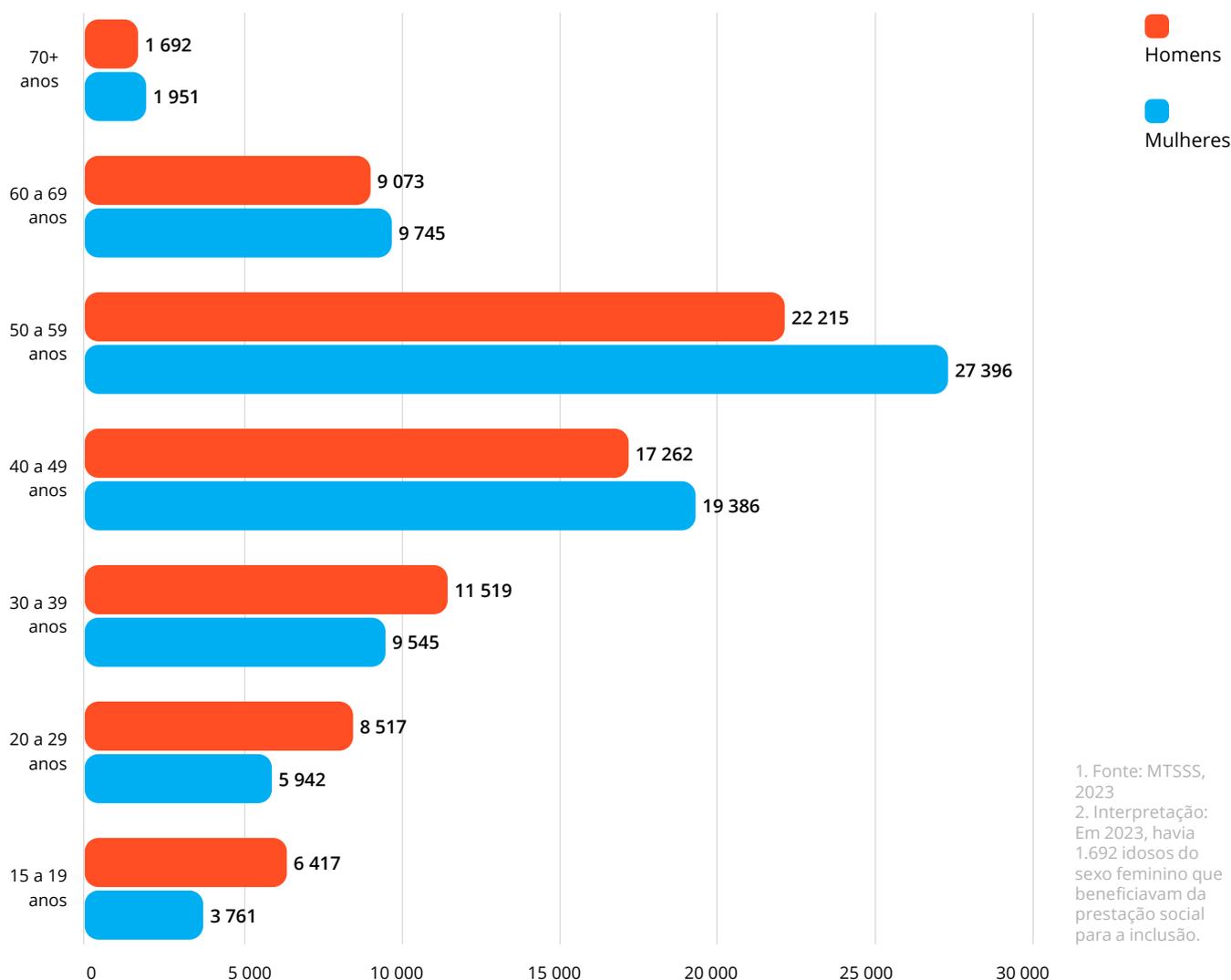
QUEM RECEBE A PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO?

A prestação social para a inclusão (PSI) destina-se a cidadãos nacionais e estrangeiros com um grau de incapacidade certificada igual ou superior a 60%. Esta prestação é constituída por uma componente base, um complemento (para combater a pobreza das pessoas com deficiência) e uma majoração (com base nos encargos específicos da situação de deficiência). Em 2024, o valor máximo mensal por beneficiário da componente

base é de 316,33 € e o valor máximo do complemento é de 550,67 € (para adultos sem rendimentos).

Em 2023 havia cerca de 154 mil beneficiários, com um apoio médio mensal de 341,47 €. A Figura 22 mostra o número de beneficiários da PSI por idade e género. Neste caso, a maioria dos beneficiários tem entre 50 e 59 anos (49 mil, ou 32% do total). Nos grupos etários até aos 39 anos, há mais pessoas do sexo masculino a receber PSI, enquanto nos restantes a proporção de pessoas do sexo feminino é superior.

Figura 22 - Número de beneficiários da prestação social para a inclusão por género e por idade



10.3

Pobreza e desigualdade em 2023: um panorama

A 20 de fevereiro de 2024, o INE disponibilizou as primeiras estatísticas do ICOR recolhido em 2023, que inquiri as famílias acerca da sua situação financeira e profissional em 2022. Neste capítulo destacamos alguns indicadores publicados pelo INE nesta ocasião. A caracterização das condições de vida que fazemos nos Capítulos 3–9 só é possível com recurso aos microdados anonimizados, que serão analisados com todo o detalhe na próxima edição do Portugal, Balanço Social, depois de disponibilizados à comunidade académica no outono de 2024.

QUANTAS PESSOAS SE CLASSIFICAM, EM 2023, COMO POBRES?

De acordo com os dados do ICOR 2023, a taxa de risco de pobreza após transferências sociais é de 17%, 0,6 pontos percentuais acima da do ano anterior (16,4%). Logo, o número de pessoas em risco de pobreza aumentou 60 mil, de 1,7 milhões em 2022 para 1,8 milhões em 2023.

EM QUE GRUPOS SOCIO-DEMOGRÁFICOS AUMENTOU MAIS A TAXA DE POBREZA EM 2023?

A taxa de pobreza aumentou principalmente entre as mulheres, com um aumento de 0,9 pontos percentuais entre 2022 (16,8%) e 2023 (17,7%). O aumento na prevalência da pobreza reflete-se em todos os grupos etários, principalmente entre as crianças, cuja taxa de pobreza aumentou 2,2 pontos percentuais face a 2022.

COMO EVOLUIU A TAXA DE POBREZA PARA OS DIFERENTES TIPOS DE AGREGADOS FAMILIARES?

A taxa de pobreza das famílias com crianças foi, em 2023, de 18,9%, o que representa um aumento de 0,9 pontos percentuais face a 2022. Para as famílias sem crianças, a taxa de risco de pobreza subiu 0,4 pontos percentuais, para 15,2% em 2023. As famílias monoparentais continuam a ser as mais pobres, com uma taxa de risco de pobreza de 31,2% em 2023.

Em 2023, o número de pessoas em risco de pobreza é de **1,8 milhões** de pessoas, **cerca de mais 100 mil** que no ano anterior.

COMO EVOLUIU A TAXA DE POBREZA DE ACORDO COM A CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO?

A taxa de pobreza dos empregados foi de 10% em 2023 (-0,3 pontos percentuais face a 2022). Para os desempregados houve uma subida de 3 pontos percentuais, para 46,4%.

QUAL SERIA A TAXA DE POBREZA SEM TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS?

A taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais atingiu, em 2023, 41,8%, valor ligeiramente abaixo ao de 2022 (-0,7 pontos percentuais). Em 2022, as transferências sociais reduziram a taxa de risco de pobreza em 26,9 pontos percentuais (de 42,5% para 16,4%). Em 2023, o impacto foi de 24,8 pontos percentuais.

COMO EVOLUIU A DESIGUALDADE NA REPARTIÇÃO DE RENDIMENTOS?

A desigualdade do rendimento aumentou em 2023. O coeficiente de Gini subiu de 32, em 2022, para 33,7, em 2023. O mesmo se verificou para o indicador S80/S20, que aumentou 10% para 5,6, e para o indicador S90/S10, que aumentou 12% em 2023, face a 2022.

A DIMINUIÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE VERIFICOU-SE EM TODAS AS REGIÕES DE PORTUGAL?

A taxa de risco de pobreza diminuiu em todas as regiões, exceto em Lisboa e na região autónoma dos Açores. O Algarve continua a ser a região continental com a maior taxa de pobreza: 19,7%, 2,4 pontos percentuais abaixo do valor de 2022. Lisboa conheceu o maior aumento da taxa de pobreza, com uma subida de 4,3 pontos percentuais face a 2022.

A desigualdade, medida através do coeficiente de Gini, aumentou em todas as regiões, exceto no Alentejo. A região em que a desigualdade mais aumentou foi Lisboa, onde o coeficiente de Gini subiu de 31,4, em 2022, para 34,9, em 2023. Isto significa que em 2023, a Região Autónoma dos Açores continua a ser a região mais desigual do país.

Em 2023, quase
1 em cada 2
desempregados **estão**
em risco de pobreza.



11. Perceções, Expectativas e Confiança nas Instituições

Perceções, Expectativas e Confiança nas Instituições

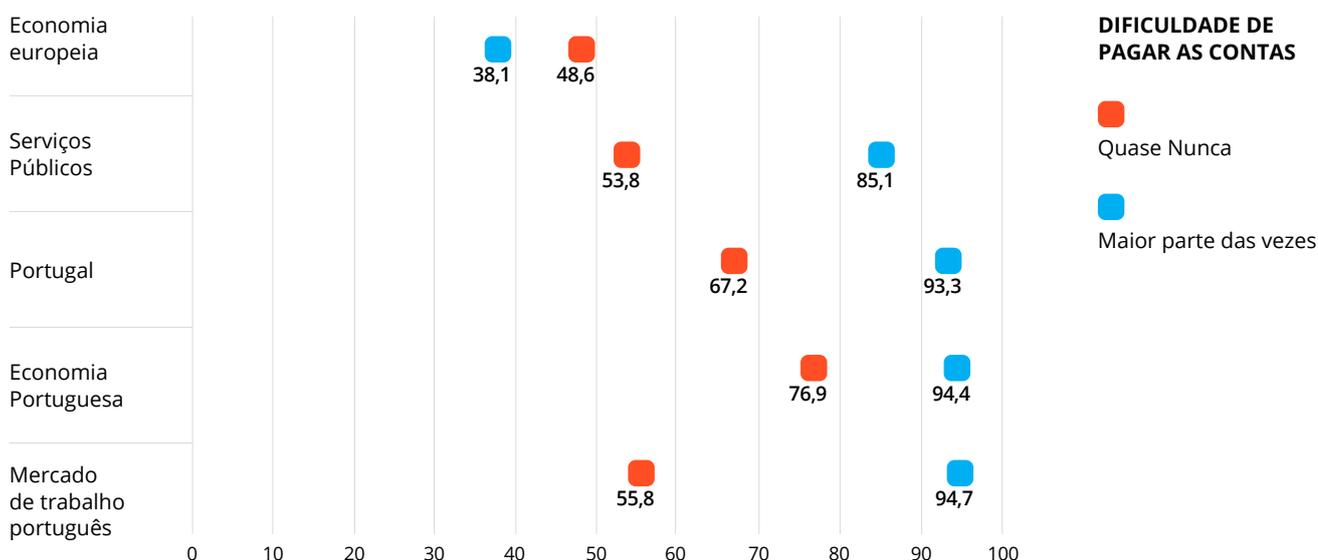
Nesta secção usamos os dados do Eurobarómetro da Primavera de 2023 para discutir as perceções, expectativas, confiança nas instituições e satisfação com a democracia dos residentes em Portugal.

Para comparar as pessoas em função da fragilidade económica, ou ausência dela, recorremos a uma pergunta em que os respondentes avaliam a frequência com que têm dificuldade a pagar as contas e comparamos as pessoas que reportam dificuldades na "maior parte das vezes" com as que reportam "quase nunca" ter dificuldade em pagar as contas.

QUEM AVALIA A SITUAÇÃO EM 2023 COMO MÁ EM DIFERENTES DIMENSÕES?

A maioria das pessoas avalia a situação como má em todas as dimensões, exceto na economia europeia. Verifica-se, igualmente, que as pessoas com dificuldade em pagar as contas na maior parte das vezes têm uma avaliação mais negativa da situação. A exceção é, de novo, a economia europeia, que é avaliada mais negativamente por quem quase nunca tem dificuldades em pagar as contas.

Figura 23 - Percentagem de pessoas que avalia a situação atual como má em diferentes dimensões



1. Fonte: Eurobarómetro, 2023

2. A pergunta feita aos inquiridos é: "Como avalia a situação atual em cada um dos seguintes domínios?".

Nesta figura, foram consideradas as respostas "algo má" e "muito má".

3. Interpretação: Em 2023, 67% das pessoas que quase nunca tiveram dificuldade a pagar as contas acham que Portugal está numa má situação; este valor eleva-se a 93,3% para as pessoas que têm dificuldade a pagar as contas a maior parte das vezes.

O descontentamento das pessoas que têm dificuldades em pagar as contas é muito elevado e atinge mais de 90% nas dimensões Portugal, Economia Portuguesa e Mercado de trabalho Português. É também interessante assinalar que a maior diferença de percepção entre quem tem e quem não tem dificuldades é nas dimensões dos serviços públicos e do mercado de trabalho.

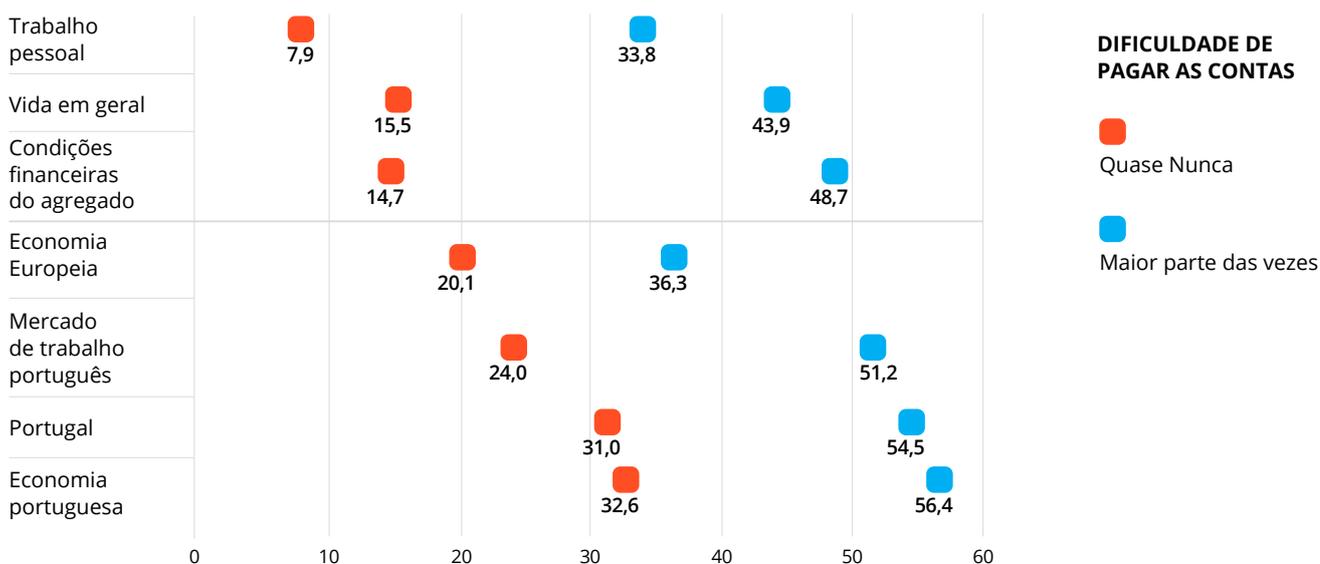
QUEM TEM PIORES EXPECTATIVAS SOBRE O PRÓXIMO ANO EM DIFERENTES DIMENSÕES?

A evidência na Figura 24 complementa a da Figura 23 e mostra que a percentagem de pessoas que espera que a situação piore nos próximos 12 meses é menos elevada do que a que avalia a situação como má. É interessante constatar que a maioria das pessoas que quase nunca têm dificuldade não são pessimistas, isto é, não consideram que a situação vá piorar, nas diferentes dimensões. Já no caso das pessoas com dificuldades para pagar as contas, há uma maioria que considera que a situação vai piorar no mercado

de trabalho, na economia portuguesa e em Portugal. Curiosamente, a percentagem de pessoas com dificuldade em pagar as contas que considera que a sua situação financeira vai piorar é inferior, cifrando-se em 48,7% – ainda assim, quase uma em cada duas pessoas. As perspetivas menos pessimistas, tanto para quem considera ter dificuldades como para quem não considera, dizem respeito à dimensão de trabalho pessoal.

Em 2023,
1 em cada 2
pessoas com dificuldades
financeiras acha que a sua
situação vai piorar.

Figura 24 - Percentagem de pessoas com piores expectativas sobre os próximos 12 meses em diferentes dimensões



1. Fonte: Eurobarómetro, 2023

2. A pergunta feita aos inquiridos é: "Quais são as suas expectativas para os próximos doze meses: os próximos doze meses serão melhores, piores ou iguais, no que diz respeito...?". Nesta figura, foi considerada a resposta "pior".

3. Interpretação: Em 2023, 31% das pessoas que quase nunca tiveram dificuldade a pagar as contas acham que a situação de Portugal vai piorar; este valor eleva-se a 54,5% para as pessoas que têm dificuldade a pagar as contas a maior parte das vezes.

QUAIS SÃO OS PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES QUE PORTUGAL ENFRENTA?

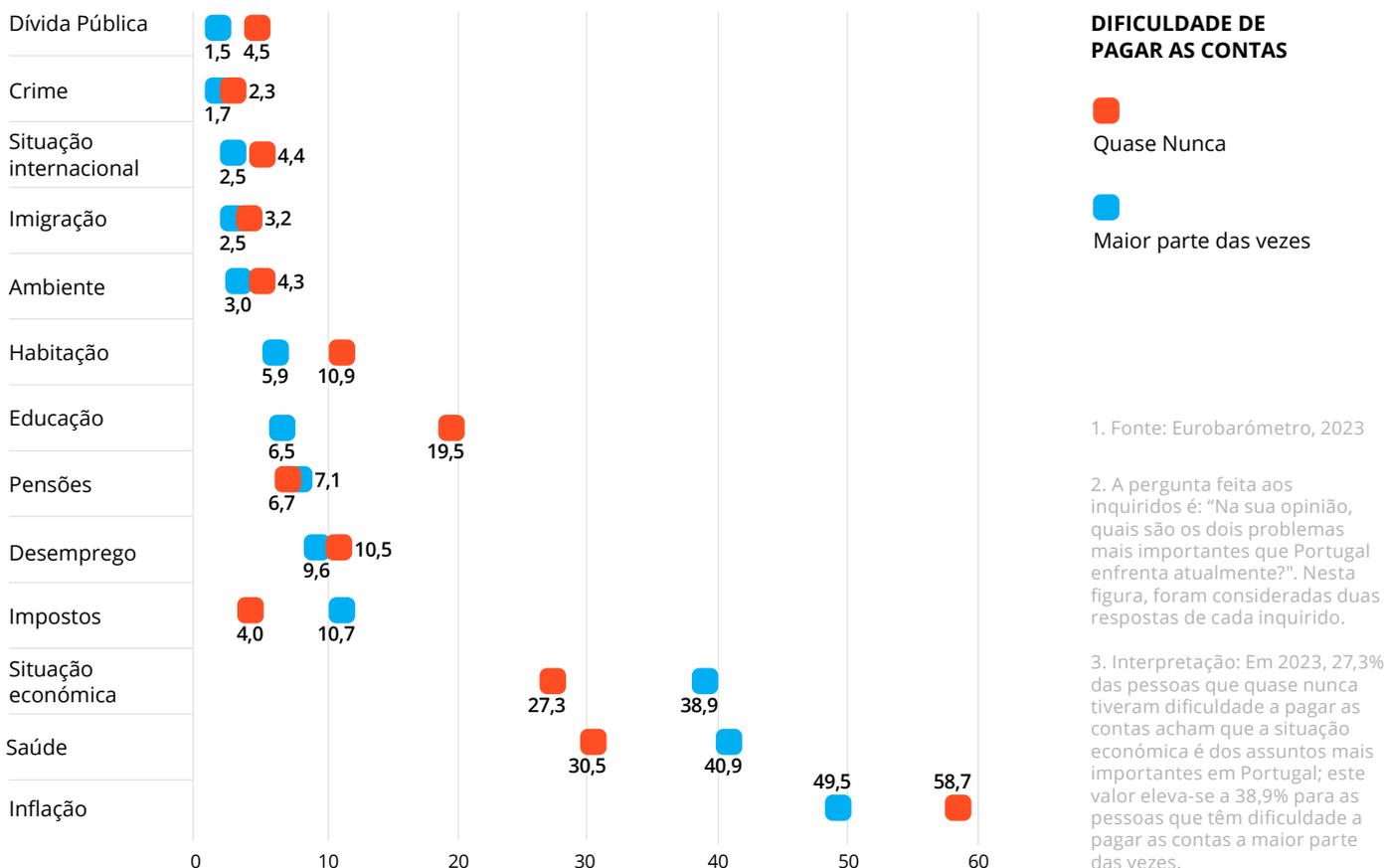
A evidência na Figura 25 reflete a situação macroeconómica no final de 2023, com a inflação a marcar as preocupações das pessoas. A saúde e a situação económica são as outras duas vertentes às quais os indivíduos atribuem uma importância elevada, com mais de 27% das pessoas que quase nunca têm dificuldades a apontá-las como prioridade e mais de 38% das que têm quase sempre dificuldades.

Os dados também revelam um leque de prioridades diferentes consoante a situação financeira das pessoas. Assim, a dívida pública, a situação internacional, a habitação, a educação e a inflação são prioridades

apontadas mais frequentemente por quem quase nunca tem dificuldades em pagar as contas do que por quem tem dificuldades na maior parte das vezes. Em sentido contrário, os impostos, a situação económica e a saúde são indicados como problemas importantes mais frequentemente por quem tem quase sempre dificuldades em pagar as contas. A maior discrepância revela-se na educação: a prevalência de pessoas que a classificam como importante é três vezes maior entre quem quase nunca tem dificuldade para pagar as contas, por comparação com quem tem dificuldade na maior parte das vezes.

Finalmente, podemos constatar que menos de um em cada vinte residentes em Portugal manifesta preocupação com o crime, a situação internacional, o ambiente, a imigração e a dívida pública.

Figura 25 - Problemas mais relevantes em Portugal (em %)



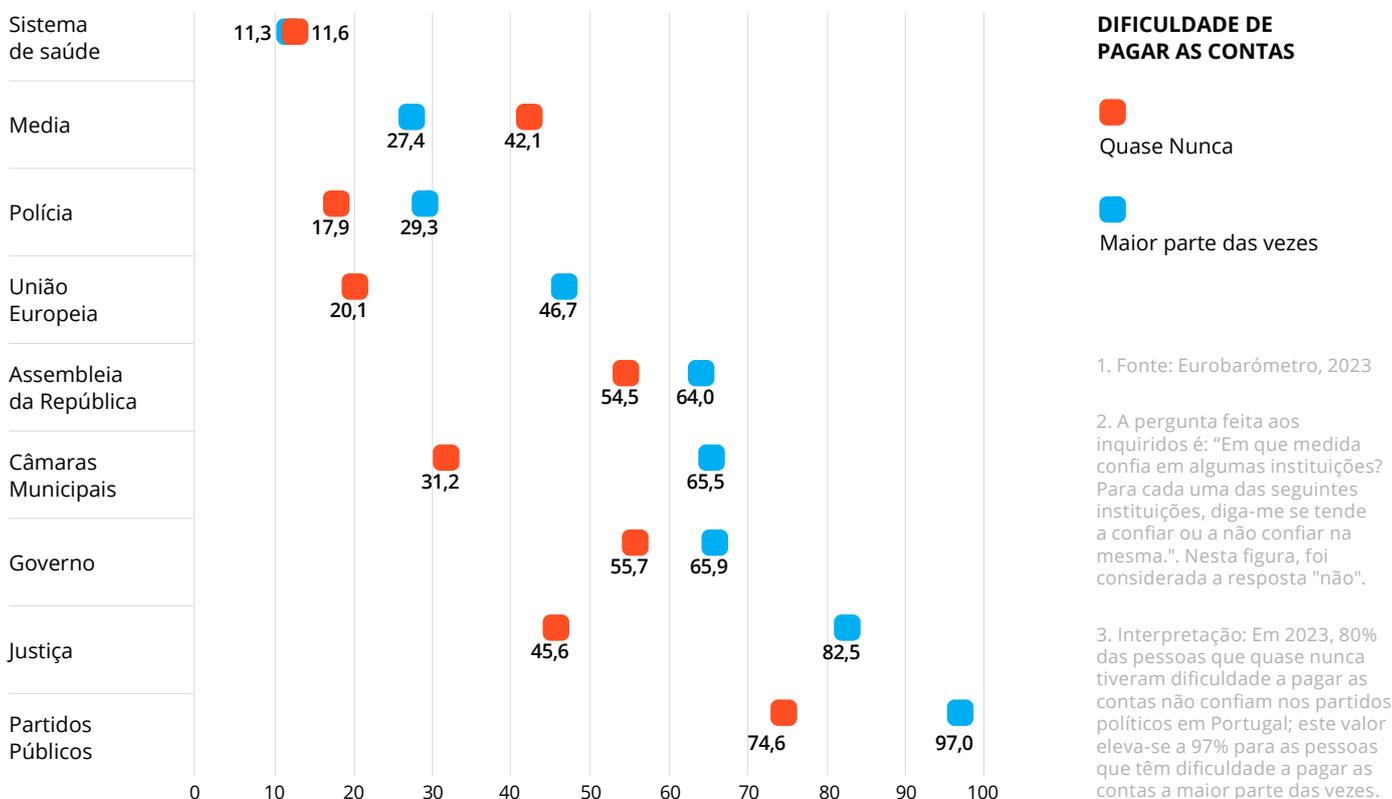
COMO É QUE A SITUAÇÃO ECONÓMICA DAS PESSOAS INFLUENCIA A CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E A SATISFAÇÃO COM A DEMOCRACIA?

As pessoas com dificuldade em pagar as contas na maior parte das vezes têm maior probabilidade de responder que não têm confiança nas instituições do que aquelas que quase nunca têm dificuldade em pagar as contas, com duas exceções apenas. Por um lado, o sistema de saúde, que é a instituição na qual mais pessoas confiam, sem diferença entre indivíduos com e sem dificuldade para pagar as contas (cerca de 88%). Por outro lado, no caso dos media, são as pessoas com menos dificuldades que menos confiam (42%). As instituições mais confiáveis são, por esta ordem, o já referido sistema de saúde, seguido da polícia

(pelo menos 70% de confiança), dos media e da União Europeia. Entre as que há menores níveis de confiança estão os partidos políticos, seguidos do sistema de justiça. O caso dos partidos políticos é paradigmático:

Em 2023,
97%
das pessoas com
dificuldades não confia
nos partidos políticos.

Figura 26 - Falta de confiança nas instituições (em %)



merecem a desconfiança de três em cada quatro indivíduos que quase nunca têm dificuldade em pagar as contas e de virtualmente todos os que têm dificuldades na maior parte das vezes.

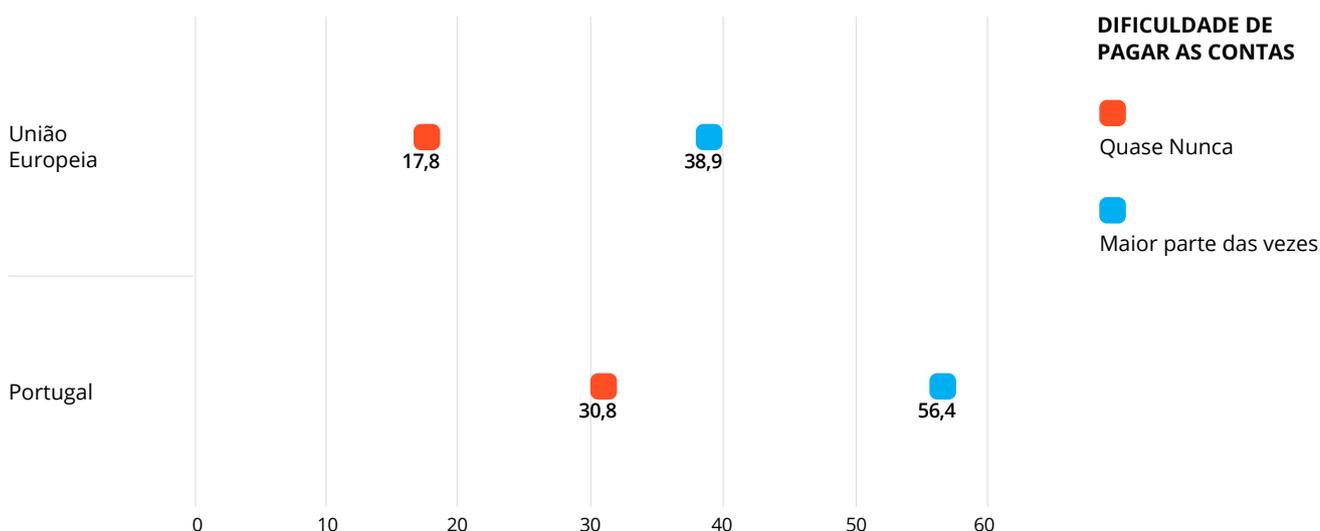
As maiores diferenças de níveis de confiança entre pessoas com e sem dificuldades dizem respeito à União Europeia e às câmaras municipais, relativamente às quais a prevalência de falta de confiança é mais do dobro nas pessoas que têm dificuldades para pagar as contas na maior parte das vezes, relativamente às que não têm quase nunca. A diferença entre grupos é semelhante na justiça: a prevalência de falta de confiança no grupo de pessoas que paga as contas com dificuldade é 1,8 vezes superior à que se verifica entre as pessoas que quase nunca têm dificuldade.

As pessoas que vivem numa situação económica mais confortável declaram-se mais satisfeitas com a democracia do que aquelas que têm quase sempre dificuldades para pagar as contas. Verifica-

se que a satisfação com a democracia é menor ao nível nacional do que europeu. Mais de um em cada dois indivíduos que têm dificuldades para pagar as contas na maior parte das vezes manifesta-se insatisfeito com a democracia em Portugal. Por outro lado, é ao nível da União que há mais discrepância entre a prevalência de insatisfação das pessoas com maior e menor dificuldade para pagar as contas.

Em 2023,
56,4%
das pessoas com
dificuldades financeiras
não está satisfeita com
a democracia.

Figura 27 - Falta de satisfação com a democracia (em %)



1. Fonte: Eurobarómetro, 2023

2. A pergunta feita aos inquiridos é: "De uma maneira geral, está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia em...?". Nesta figura, foram consideradas as respostas "não muito satisfeito" e "nada satisfeito de todo".

3. Interpretação: Em 2023, 30,8% das pessoas que quase nunca tiveram dificuldade a pagar as contas não estava satisfeitos com a democracia em Portugal; este valor eleva-se a 56,4% para as pessoas que têm dificuldade a pagar as contas a maior parte das vezes.



12. Contexto macroeconómico

Contexto macroeconómico

Neste capítulo analisamos a evolução de alguns indicadores macroeconómicos entre 2008 e 2022, focando em quatro domínios: (i) PIB e produtividade (ii) despesas do Estado; (iii) proteção social; e (iv) salário mínimo nacional. Os desenvolvimentos nestes agregados ajudam a compreender o contexto em que têm evoluído a pobreza e a desigualdade que estudamos no restante relatório.

PIB E PRODUTIVIDADE

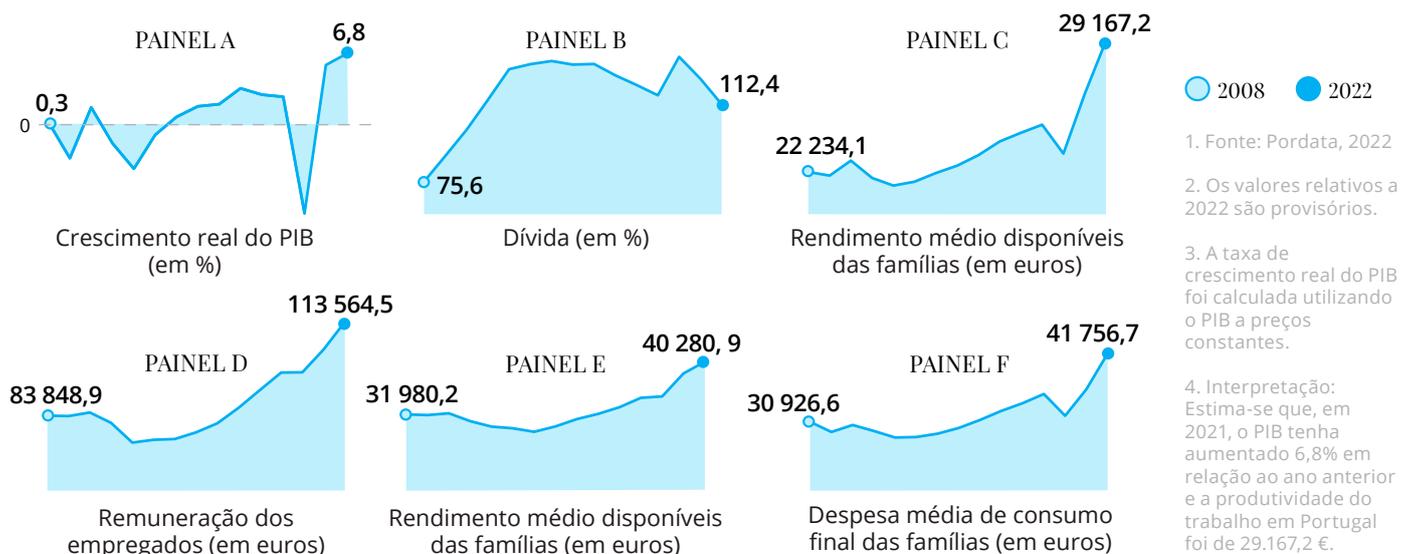
O PIB quantifica a atividade económica de um país, representando, em termos monetários, a soma de todos os bens e serviços finais que foram produzidos, durante um certo período de tempo [1]. O Painel A da Figura 28 mostra a evolução real do PIB em Portugal, isto é, descontando os efeitos da inflação. Depois de

uma fase de aceleração económica entre 2014 e 2017, o PIB registou uma quebra severa em 2020, durante a pandemia. Em 2022, a taxa de crescimento atingiu o seu máximo desde 2008, 6,8%.¹⁸

A dívida pública permite aos governos financiar despesa de hoje com impostos futuros. Depois de um período de crescimento, a dívida pública portuguesa em percentagem do PIB, apresentada no Painel B da Figura 28, estabilizou em torno de 130% do PIB entre 2012 e 2016 e começou a reduzir-se a partir daí. Em 2022, a dívida pública atingiu 112,4% do PIB.

A produtividade traduz a relação entre o que é produzido e os meios empregues nessa produção, o que condiciona o crescimento económico e o nível de bem-estar de um país no longo prazo. O Painel C da

Figura 28 - Agregados Macro



18. O PIB de um país está calculado em termos reais, ou a preços constantes, quando a produção de riqueza de cada ano é avaliada aos preços de um determinado ano. O PIB também pode ser calculado a preços correntes, isto é, quando a produção de riqueza de cada ano tem em conta os preços desse mesmo ano.

Figura 28 revela a evolução da produtividade aparente em Portugal nos últimos 14 anos. Este indicador diz-nos quanta riqueza se obteve na produção de bens e serviços por trabalhador, ou seja, mede, em média, o valor acrescentado por cada trabalhador. É visível que a produtividade tem vindo a aumentar no período em análise. No entanto, o aumento da produtividade, na última década, não se traduz necessariamente num aumento dos rendimentos do trabalho.

O Painel D da Figura 28 mostra que a remuneração dos empregados em euros caiu durante a crise das dívidas soberanas entre 2011 e 2014. A partir de 2015, à semelhança da produtividade do trabalho, houve um aumento continuado até à pandemia. Em 2020 e 2021, a remuneração dos empregados estabilizou, contudo voltou a aumentar nos anos seguintes.

O rendimento médio disponível e a despesa média de consumo final das famílias representados nos painéis E e F da Figura 28 têm evoluções semelhantes entre 2008

e 2022. Ambos os indicadores exibem um aumento estável no período analisado, excetuando no ano de 2020, por causa da crise pandémica.

DESPEAS DO ESTADO

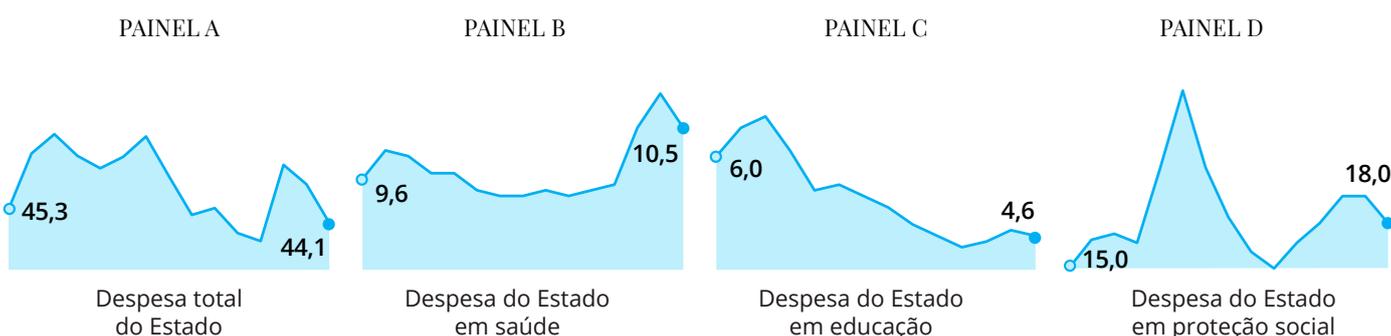
As despesas do Estado nos vários setores públicos representam as prioridades dessa sociedade. A Figura 29 mostra que a despesa total do Estado em percentagem do PIB se tem mantido relativamente constante, variando entre os 44% e os 46%, entre 2008 e 2022. Cerca de 30% da despesa do Estado é em educação e saúde. A primeira exibe uma ligeira tendência decrescente desde 2011, para 4,6% do PIB em 2022. A segunda aumentou nos anos antes e durante a pandemia, e cifra-se em 2022 em 10,5% do PIB.

Outra parte importante da despesa do Estado é a dedicada à proteção social. Depois de um pico em 2014 (27%), durante a crise das dívidas soberanas. Em 2022, a proteção social representava 18% do PIB.

Figura 29 - Despesa do Estado

(em % do PIB)

● 2008 ● 2022



1. Fonte: Pordata, 2023
 2. Os valores relativos a 2022 são provisórios.
 3. Interpretação: Estima-se que em 2022 a despesa total do Estado foi 44,1% do PIB.

PROTEÇÃO SOCIAL

A Tabela 30 mostra que o número de beneficiários de pensões de velhice tem vindo a aumentar. Em 2022, cerca de 2 milhões de pessoas recebiam pensão de velhice, 1,5 milhões recebiam uma pensão inferior ao salário mínimo. O número de beneficiários de

pensões de invalidez, sobrevivência ou reforma antecipada não variou significativamente face a 2021.

Na Figura 30 é visível o aumento nominal das pensões de reforma, viuvez e incapacidade em Portugal desde 2008, com maior destaque para as pensões de velhice, cujo valor médio anual foi de 6734,7 € em 2022.

Tabela 30 - Beneficiários da segurança social (em milhares)

	2008	2021	2022
Pensões de velhice inferiores ao salário mínimo	1827	2070	2081
inferiores ao salário mínimo	1175	1487	1532
Pensões de invalidez	302	173	170
inferiores ao salário mínimo	172	151	149
Pensões de sobrevivência	688	733	738
Pensões por reforma antecipada	144	137	130
Subsídios de funeral	19	7	7
Subsídios por morte	86	110	107

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Nesta tabela, foram consideradas pessoas com mais de 65 anos, idade registada no mês da entrevista.

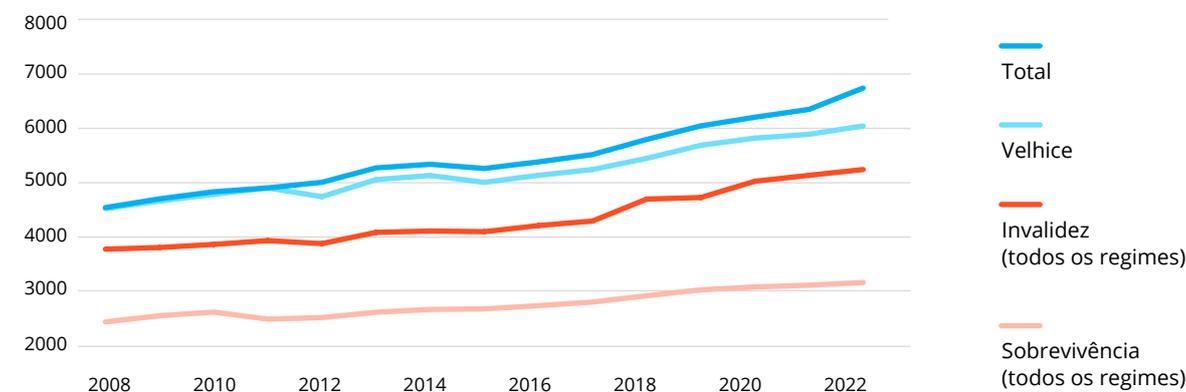
3. Cálculos com base nos módulos de STATA povdeco da autoria de Stephen P. Jenkins (agosto 2006), ineqdeco de Stephen P. Jenkins (maio 2008) e no DASP: Distributive Analysis Stata Package de Abdelkrim Araar e Jean Yves Duclos (junho 2013).

4. Os indicadores de pobreza e de desigualdade social de 2021 são calculados de acordo com os rendimentos de 2020.

5. Interpretação: Na ausência de estado social, os níveis de pobreza e de desigualdade social nos maiores de 65 anos agravar-se-iam severamente. Em 2020, a taxa de risco de pobreza seria de 22,6% na ausência de transferências sociais (exceto pensões). O coeficiente de Gini seria igual a 35,4 e estima-se que o rendimento dos 20% mais ricos fosse 6 vezes superior ao dos 20% mais pobres.

Figura 30 - Pensão média anual da Segurança Social

Total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice (em €)



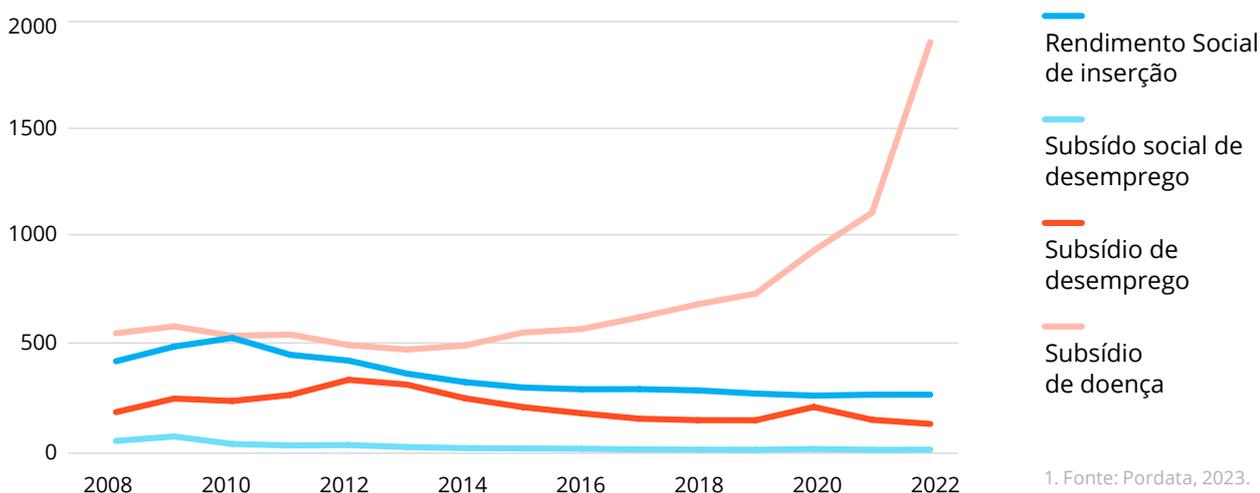
1. Fonte: Pordata, 2023.

2. Valores a preços correntes.

3. Interpretação: Em 2022, o valor médio anual das pensões da Segurança Social em Portugal era 6734 €.

Em relação a outras transferências sociais além de pensões, verifica-se na Figura 31 que o número de beneficiários do subsídio de doença tem vindo a aumentar progressivamente desde 2013, com uma subida drástica entre 2020 e 2022, durante a pandemia. Ao contrário, noutros benefícios sociais, como o Rendimento Social de Inserção, o subsídio de desemprego e o subsídio social de desemprego, a tendência é de estabilização ou redução.

Figura 31 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, subsídio social de desemprego, subsídio de desemprego e subsídio de doença (em milhares)



1. Fonte: Pordata, 2023.

2. Interpretação:
Em 2022, cerca de 262.542 portugueses eram beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Em 2022, na ausência de transferências sociais além das pensões haveria mais

520 mil
pessoas em risco de pobreza.

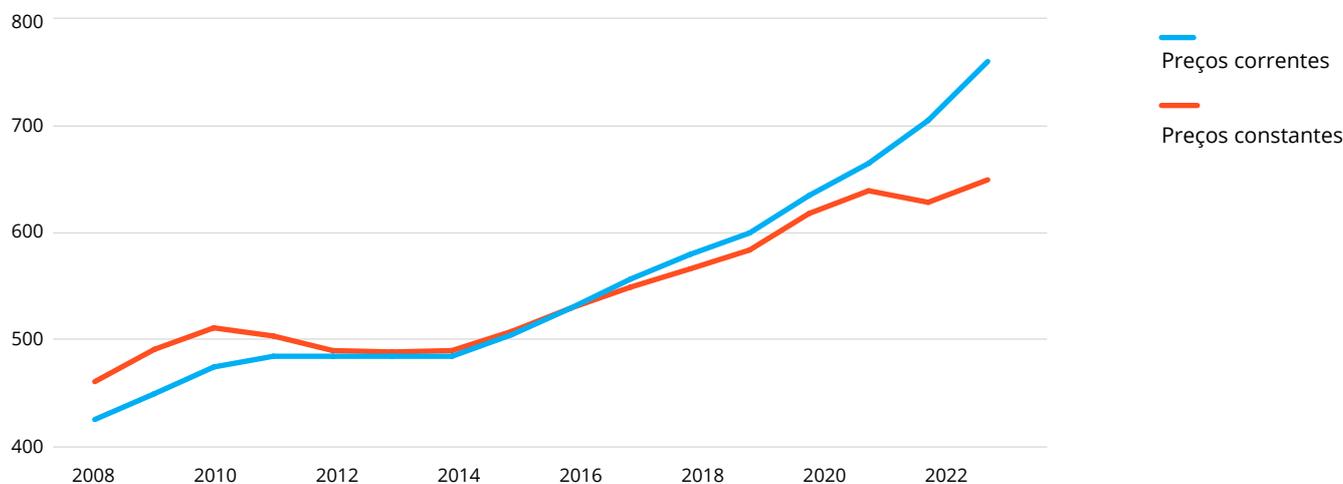
SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

Embora o aumento do salário mínimo não esteja necessariamente ligado a uma redução das situações de pobreza, é um indicador importante para avaliar as condições do mercado de trabalho e a dignidade laboral, com impactos na coesão social e na sustentabilidade e competitividade das empresas. Ao longo da última década, o salário mínimo nacional apresentou aumentos nominais em praticamente todos os anos (Figura 32), exceto no período entre 2012 e 2014, quando esteve fixado nos 485 €.

A evolução nominal não reflete necessariamente as variações no poder de compra dos trabalhadores

que recebem o salário mínimo. Para este efeito é preciso remover ao salário nominal o efeito da inflação. O salário mínimo a preços constantes, determinado a partir da variação do *Índice de Preços do Consumidor*, conheceu um acréscimo de 188 €, abaixo do crescimento nominal de 334 € entre 2008 e 2023. A evolução a preços constantes mostra também que entre 2010 e 2012, e entre 2021 e 2023 os trabalhadores que ganhavam o salário mínimo perderam poder de compra. Em 2023, o salário mínimo nacional, a preços correntes, era de 760 € mensais.

Figura 32 - Salário mínimo nacional (em €)



1. Fonte: Pordata, 2023.

2. Salário mínimo nacional (valor mensal), a preços correntes e constantes.

3. O salário mínimo está apresentado em termos brutos, isto é, antes da dedução das contribuições para a segurança social e do imposto sobre o rendimento.

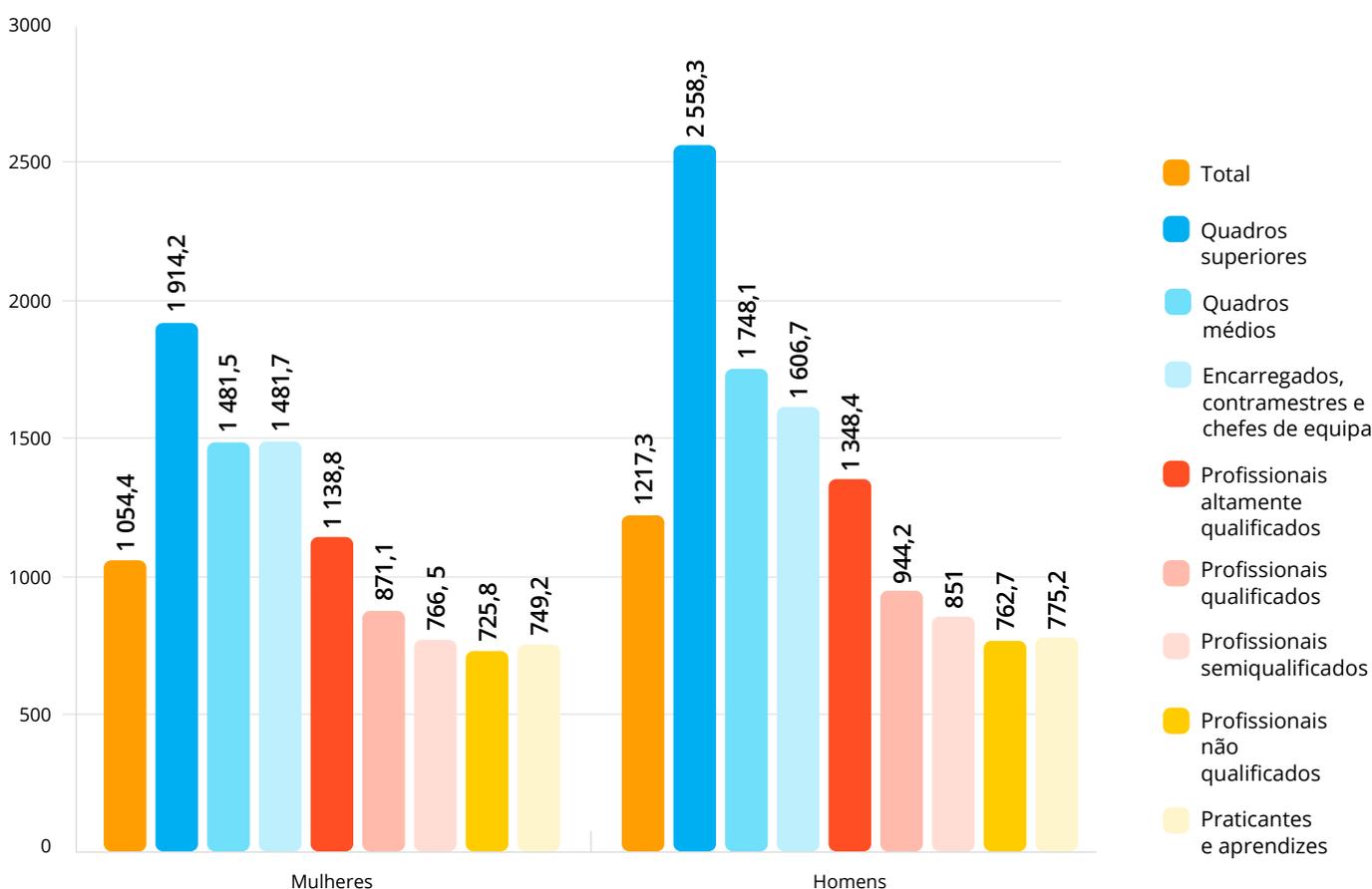
4. A evolução a preços constantes permite analisar a evolução dos preços ao longo do tempo, sem o efeito da inflação, determinado a partir da variação dos preços do Índice de Preços do Consumidor. Valor (em €) calculado a partir de um determinado ano base (neste caso 2016).

5. Interpretação: Em 2023, o salário mínimo nacional, a preços correntes, era de 760 € mensais, o que correspondia a 650 € a preços constantes de 2016.

Um outro indicador relevante na análise das condições do mercado de trabalho é a remuneração média mensal dos trabalhadores. A Figura 33 revela os valores deste indicador para 2022, e a tendência mantém-se: os trabalhadores por conta de outrem com qualificações superiores auferem uma remuneração mensal superior aos trabalhadores com menores qualificações. Ainda assim, as diferenças salariais entre géneros continua a ser substancial.

Figura 33 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem

Total e por nível de qualificação e género (em €)



1. Fonte: Pordata, 2023.
 2. Preços constantes com base em 2016.
 3. Interpretação: Em 2022, a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem era de 1217,3 € para os homens e 1054,4 € para as mulheres.



13. Questões metodológicas

Questões metodológicas

13.1

Como medir a pobreza

Para analisar a pobreza em Portugal, é importante definir o que é ser uma pessoa pobre. A pobreza é uma característica binária de um indivíduo: é pobre quem tem recursos abaixo da linha de pobreza; não é pobre quem está acima. Pobreza e desigualdade são, por isso, conceitos distintos. Desigualdade é uma característica da população e procura medir as diferenças de recursos entre todos os indivíduos de uma sociedade, independentemente de serem ou não pobres.

Há cerca de duas décadas, o Banco Mundial definia pobreza como uma privação pronunciada no bem-estar (Banco Mundial, 2001). A definição e medição do conceito de “bem-estar” levanta, naturalmente, dificuldades. Por essa razão, existem várias abordagens para medir essa privação, o que se traduz num número considerável de opções a tomar quando o queremos fazer.

POBREZA ABSOLUTA OU RELATIVA?

Podemos considerar que uma pessoa é pobre quando não tem acesso a recursos essenciais para fazer face às suas necessidades básicas. Neste caso, estamos a falar de pobreza absoluta. A alternativa é pensar na pobreza como privação por comparação ao nível de vida que prevalece numa determinada sociedade. Neste caso, estamos a falar de pobreza relativa. A medida oficial de pobreza calculada anualmente pelo Eurostat é uma medida relativa. Um indivíduo é pobre se vive num agregado familiar com menos de 60% do rendimento mediano do país.¹⁹ Para sermos mais precisos, do rendimento disponível equivalente. Disponível, porque inclui transferências. E equivalente, porque utiliza uma correção – a escala de equivalência – que tem em conta o número de crianças e adultos do agregado familiar.²⁰

19. Nos Estados Unidos da América, a medida oficial publicada anualmente é um indicador de pobreza absoluta.

20. Ver abaixo discussão sobre escalas de equivalência.

POBREZA UNIDIMENSIONAL OU MULTIDIMENSIONAL?

Se considerarmos apenas uma variável para definir se uma pessoa é pobre, como na definição do Eurostat discutida anteriormente, temos uma abordagem unidimensional da pobreza. As mais comuns são variáveis monetárias: neste caso, alguém é pobre se, para a variável escolhida, se encontra abaixo da linha de pobreza. No “Portugal, Balanço Social” vamos utilizar o rendimento.²¹ Mesmo focando-nos no rendimento, há várias decisões importantes a tomar.

- Em primeiro lugar, que **componentes do rendimento** devemos incluir?
- Depois, como estabelecer a **linha de pobreza**?
- E, finalmente, que **escala de equivalência** utilizar?

A abordagem alternativa à medição unidimensional inspira-se em Amartya Sen (1987), que defende que o bem-estar advém da capacidade dos indivíduos funcionarem em sociedade. Para ele, a pobreza surge quando as pessoas carecem de recursos essenciais e, portanto, têm rendimentos ou educação inadequadas, saúde precária, insegurança, baixa autoconfiança ou até mesmo ausência de direitos como a liberdade de expressão. É baseada não só em variáveis monetárias, mas também no conjunto de bens e benefícios de que os indivíduos usufruem e que formam parte do seu bem-estar.

Quando se trata de olhar para a pobreza nesta perspetiva multidimensional, as decisões a tomar são mais complexas. É necessário escolher as diferentes dimensões e, para cada uma, definir uma linha de pobreza.

Algumas dimensões, como a capacidade para manter a casa adequadamente aquecida, são binárias, pelo que é pobre quem não o consegue fazer.

Mas outras, como o nível de educação, têm vários níveis, pelo que é necessário decidir se um indivíduo é pobre quando, por exemplo, não sabe ler ou, alternativamente, tem o ensino básico, ou outro nível de ensino.

Finalmente, é preciso decidir em quantas dimensões tem o indivíduo de estar abaixo da linha de pobreza para ser considerado pobre.

A medida de privação material do Eurostat é uma medida de pobreza multidimensional, que utiliza nove dimensões de bem-estar e define um indivíduo como pobre se tem privação em mais de três. O indicador de privação material severa define um indivíduo como pobre se tem privação em mais de quatro dimensões. As dimensões utilizadas são a capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo, para manter a casa adequadamente aquecida, para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de dois em dois dias, para pagar uma semana de férias por ano fora de casa, possuir televisão a cores, máquina de lavar roupa, automóvel, telefone e atrasos em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes.

POBREZA PERSISTENTE?

Na maior parte das vezes, as medidas de pobreza disponíveis são estáticas, isto é, medem a pobreza num determinado momento do tempo, normalmente um ano. Mas, tendo em conta a definição de pobreza, é possível uma pessoa ser pobre num ano e deixar de o ser no ano seguinte, ou tornar-se pobre a dado momento da sua vida.²² Quando calculamos o número de pobres num determinado ano, estamos a juntar realidades muito distintas:

- **Pessoas que foram pobres desde sempre** e que assim irão permanecer.

21. Não temos dados anuais sobre o consumo das famílias em Portugal.

22. Ou até mesmo alternar entre estar ou não em situação de pobreza num período mais curto, mas estes fenómenos são mais difíceis de quantificar, dado que não temos informação acerca dos recursos das pessoas em períodos mais curtos.

- Pessoas que, no limite, **podem ter sido pobres apenas numa parte daquele ano** e que saíram da pobreza rapidamente.

Estas realidades enviesam também as comparações entre países. Um país com a mesma taxa de pobreza pode esconder realidades bastante distintas do ponto de vista dinâmico:

- A mesma **percentagem de pobres** pode num país equivaler a pessoas que estão na **pobreza apenas naquele ano**.
- E no outro a pessoas que estão na **pobreza há vários anos**.

Quando abordamos a pobreza sob o ponto de vista da sua persistência, podemos adotar vários pontos de vista.

- Podemos calcular quantas **pessoas foram pobres pelo menos durante um ano**, ao longo da sua vida.
- Alternativamente, podemos calcular quantas **pessoas foram sempre pobres, ou pobres apenas durante alguns anos consecutivos**.
- É também relevante estudar os eventos da vida que determinam as entradas e saídas da pobreza, e também a **duração dos períodos em que as pessoas ficam pobres (ou não pobres)**.

Os eventos que normalmente determinam as entradas na pobreza são da esfera pessoal (separações, morte de familiar) ou prendem-se com a participação do indivíduo no mercado de trabalho (perda ou mudança de emprego). A situação familiar, o nível de educação e a situação perante o mercado de trabalho determinam também a duração dos períodos de pobreza.

CONTAR INDIVÍDUOS OU FAMÍLIAS?

A maior parte dos indivíduos vive em agregados, no seio dos quais partilham recursos. Há vários gastos familiares que variam muito pouco com a dimensão da família. Por exemplo:

- A casa (**uma casa de dois quartos não custa o dobro de uma casa de um quarto** com as mesmas características de localização e conforto)
- A energia (**manter uma assoalhada iluminada ou aquecida custa o mesmo**, independentemente do número de pessoas que a usem)
- O transporte (**uma mesma deslocação de automóvel pode transportar mais do que uma pessoa**). Há até despesas que não variam, como o fornecimento de internet e televisão.

Esta partilha de recursos deve ser tida em conta quando se comparam diferentes famílias, que têm diferentes níveis de rendimento e diferentes composições. Calcular simplesmente o rendimento médio (ou seja, dividir o rendimento total do agregado pelo número de pessoas) não tem em conta esta partilha de recursos. A forma como se resolve este problema de comparabilidade é através da aplicação das Escalas de Equivalência. A que é utilizada pelo Eurostat, e que será adotada neste relatório, é a chamada Escala Modificada da OCDE. O primeiro adulto tem um peso de 1, os adultos seguintes têm um peso de 0,5, e cada criança tem um peso de 0,3 na composição do agregado familiar. Assim, a família Silva, com dois adultos e duas crianças e um rendimento de 2 100 € tem um rendimento equivalente de $2100 / (1 + 0.5 + 0.3 + 0.3) = 1000$ €. Ou seja, esta família equivale a um adulto que viva só e aufera um rendimento de 1000 €. ²³

23. Esta escala veio substituir a original da OCDE, que dava um peso de 0,7 a adultos suplementares e 0,5 a crianças. De acordo com esta escala, a família Silva seria equivalente a um adulto com um rendimento de 778 €. A escala de equivalência modificada encerra uma visão mais otimista acerca dos recursos que as famílias partilham entre si, dado que a mesma família, com o mesmo rendimento, surge como mais rica quando se aplica a escala modificada em vez da original

Uma vez aplicada a escala de equivalência, o rendimento equivalente obtido corresponde ao rendimento daquela família (se adotarmos uma abordagem por famílias) ou ao rendimento de cada indivíduo daquela família, incluindo crianças (se adotarmos uma abordagem por indivíduo). Cumprido este passo preliminar, há duas formas de medir a pobreza. Podemos medir o número de famílias pobres ou o número de indivíduos pobres. Como é natural, as duas abordagens são equivalentes quando as famílias são exatamente semelhantes: mesmo número de adultos, mesmo número de crianças. Neste relatório, há indicadores calculados com base

em indivíduos e outros calculados com base em agregados; em cada caso, iremos dizer claramente qual a base utilizada.

CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS

Tabela 31 apresenta as principais características do universo extrapolado a partir da amostra incluída no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em Portugal. Em 2008 e 2022, a amostra é constituída, respetivamente, por 11.786 e 30.241 indivíduos e por 4.454 e 12.616 agregados familiares.²⁴

Tabela 31 - Principais características da população

	2008	2021	2022
INDIVÍDUOS			
% de pessoas do sexo feminino	53,3	52,8	52,4
% de pessoas casadas	59,8	50,2	50,2
% de pessoas empregadas	46,6	45,1	45,6
% de pessoas com idade igual ou superior a 16 anos	83,6	85,5	86,2
AGREGADOS FAMILIARES			
% de agregados residentes em Portugal continental	-	95,2	95,3
% de agregados residentes em áreas densamente povoadas	44,8	46,8	46,3
% de agregados com um adulto sem crianças dependentes	6,4	10,0	9,9
% de agregados com dois adultos com uma criança	15,7	13,5	13,5
% de agregados com dois adultos com duas crianças	16,3	11,8	11,1
Rendimento disponível médio do agregado após transferências sociais (€)	20762,6	25395,1	25476,3
Rendimento disponível médio do agregado após transferências sociais relativas a pensões (€)*	20084,3	23945,9	24030,5
Rendimento disponível médio do agregado antes de transferências sociais (€)*	17192,9	18132,6	18695,5
Rendimento disponível médio por adulto equivalente (€)	10288,0	13112,7	13148,4
Rendimento mensal mínimo para fazer face às despesas e encargos (€)	1538,8	1145,5	1260,9

1. Fonte: ICOR, 2008, 2021 e 2022.

2. A percentagem das pessoas com idade igual ou superior a 16 anos refere-se à idade no final do ano da entrevista.

3. Interpretação: Em 2022, cerca de 52% da população portuguesa é do sexo feminino. Neste ano, 95% dos agregados familiares vivem em Portugal continental.

24. A variável região da residência da família por NUTS II ainda não tinha sido implementada no ICOR 2008.

13.2

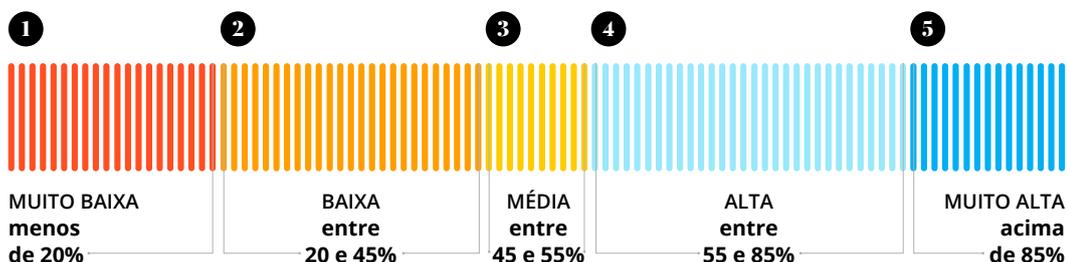
Indicadores utilizados ao longo do relatório

Esta secção explica, em termos simples, os indicadores utilizados no relatório:

- A **taxa de risco de pobreza** é a percentagem de pessoas que vive em famílias em que o rendimento equivalente disponível é inferior ao limiar oficial de pobreza, que é igual a 60% do rendimento equivalente disponível mediano. Como esta taxa de pobreza é calculada com base no rendimento monetário das famílias, muitas vezes referimo-nos a ela como **taxa de pobreza monetária**.
- A **privação material** é calculada com base numa lista de nove itens detalhados na Secção 4 do relatório. Quando uma pessoa não tem acesso a pelo menos três dos itens, diz-se que vive em privação material e quando não tem acesso a pelo menos quatro, falamos de privação material severa.
- **taxa de risco de pobreza ou exclusão social** é a percentagem de pessoas que vive em famílias em pobreza monetária, em privação material severa, ou com intensidade laboral muito baixa.
- O **indicador de vulnerabilidade económica** altera o limiar de pobreza monetária para 75% do rendimento mediano equivalente. Ou seja, esta medida é menos conservadora, na medida em que considera como pobres pessoas que, de acordo com o limiar oficial, não o são.
- O **indicador de insatisfação económica** é especialmente interessante porque, ao invés de impor um limiar de pobreza objetivo, permite que cada indivíduo expresse de forma subjetiva as necessidades de recursos do seu agregado, através da pergunta “Qual é o rendimento mensal mínimo de que o seu agregado precisa para fazer face às despesas mais frequentes e necessárias?”. Assim, reportamos a percentagem de indivíduos que vivem em agregados familiares cujo rendimento anual é inferior a 90% das suas necessidades subjetivas.
- A **percentagem de pessoas** que vivem em agregados com dificuldades para chegar ao fim do mês calcula quantas pessoas respondem “com grande dificuldade” ou “com dificuldade” à pergunta “Considerando o seu rendimento total, o agregado tem dificuldades em chegar ao fim do mês? Isto é, qual é o nível de dificuldade em pagar as suas despesas habituais?”.
- O **indicador de sobre-endividamento** reporta a percentagem de agregados familiares cujo encargo financeiro do pagamento de dívidas de compras ou empréstimos é considerado “muito pesado”.

• **Intensidade laboral** é uma medida da participação dos adultos da família no mercado de trabalho. No mercado de trabalho compreende-se: emprego remunerado, em regime total ou parcial; formações remuneradas ao abrigo de regimes especiais relacionados com o emprego; trabalho por conta própria (com ou sem empregados); trabalho não remunerado

em negócios familiares. Parte do número de meses em que os indivíduos com idades entre os 18 e os 59 anos de cada agregado trabalham num determinado ano, em percentagem do número total de meses que potencialmente poderiam ter trabalhado, ou seja, doze meses a multiplicar pelo número de pessoas.²⁵ Classificação da intensidade laboral pelo Eurostat:



• A **intensidade de pobreza** parte do **hiato relativo de pobreza**, que é igual à diferença entre o limiar de pobreza e o seu rendimento, a dividir pelo limiar de pobreza. Ou seja, se z for o limiar de pobreza, y_i o rendimento monetário equivalente do pobre e N o total da população calculamos

$$\frac{1}{N} \sum_i \frac{z - y_i}{z},$$

em que o somatório considera apenas o rendimento dos pobres.

• A **severidade da pobreza** é dada por

$$\frac{1}{N} \sum_i \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^2,$$

em que o somatório considera apenas o rendimento dos pobres.

²⁵. Por exemplo, se houver dois adultos, com 5 e 11 meses de trabalho, respetivamente, a intensidade é igual a $(5 + 11)/(12 \times 2) = 2/3$.

13.3

Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) é um inquérito realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, em coordenação europeia. É considerado a fonte de referência para análises comparativas sobre inclusão social e distribuição do rendimento, disponibilizando microdados (i.e. ao nível do indivíduo e da família) multidimensionais, transversais (i.e., referente ao ano em análise) e longitudinais (i.e., ao longo do tempo) sobre o rendimento, pobreza, condições de vida, exclusão social, trabalho, saúde e educação. Foi implementado em sete países em 2003, um ano mais tarde em Portugal.

Esta base de dados estatística europeia baseia-se na ideia de um “quadro comum”, definido por (i) listas harmonizadas de variáveis primárias (recolhidas anualmente) e variáveis secundárias (recolhidas de quatro em quatro anos ou com menor frequência), por (ii) uma estrutura de implementação recomendada, por (iii) requisitos comuns (para imputação, ponderação, cálculo de erros de amostragem), por (iv) conceitos comuns (agregado familiar e rendimento) e, finalmente, por (v) um conjunto de classificações harmonizadas (ISCO, NACE, ISCED) com vista a maximizar a comparabilidade da informação produzida.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento fornece dois tipos de dados: (i) dados transversais, relativos a um determinado período de tempo (os dados referentes a um determinado ano são disseminados pelo Eurostat em novembro do ano seguinte). Estes dados são recolhidos em duas fases distintas: na primeira, são recolhidos dados para uma avaliação prévia da tendência dos níveis de pobreza; e na segunda, é recolhida mais informação para a

elaboração dos principais indicadores; e (ii) dados longitudinais, que evidenciam as mudanças a nível individual, observadas periodicamente num período de quatro anos, cujo objetivo é identificar os processos dinâmicos e a incidência dos níveis de pobreza e exclusão social na população.

Tanto os dados longitudinais como os transversais são baseados numa amostra representativa da população, a nível nacional, independentemente da nacionalidade, língua ou estado legal da residência. É, deste modo, assegurado que todos os indivíduos pertencentes à população-alvo têm uma probabilidade não nula de serem selecionados. Comparativamente à componente transversal, os dados longitudinais têm uma amostra mais limitada. A informação disponibilizada permite desenhar um retrato da situação de pobreza e desigualdade existente em Portugal, e também nos vários estados-membros da União Europeia. O foco do inquérito é sobretudo o rendimento. No entanto, abrange, ao mesmo tempo, temas como habitação, trabalho, saúde, demografia, educação e privação, possibilitando uma análise multidimensional da exclusão social. A base de dados que daí resulta é constituída por variáveis primárias, de índole anual, e variáveis secundárias (módulos ad-hoc). As variáveis primárias estão agrupadas ao nível do agregado familiar – incluindo dados de rendimento, habitação, exclusão social e laborais – e ao nível do indivíduo, incluindo dados demográficos e de rendimento, educação, trabalho e saúde.

Todos os cálculos deste relatório foram realizados com a versão do ICOR 2022 disponibilizada a 15 de fevereiro de 2024 para fins de investigação.



14. Anexos

Anexos

Tabela 32 - Dados utilizados

ESTUDOS/DADOS	INSTITUIÇÃO	PERÍODO RECOLHA
Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento (ICOR)	INE	2008, 2021 e 2022
Inscritos no centro de emprego	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	2022
Inquérito ao Emprego (IE)	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	2023
Segurança Social	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) [6]	2023
Eurobarómetro	Eurostat	2023

Referências

- [1] EU Commission (2009), GDP and beyond: measuring progress in a changing world. COM (2009), 433.
- [2] EU Commission (2019), Reflection paper towards a sustainable Europe by 2030, doi: 10.2775/676251
- [3] Eurostat (2018), Methodological Guidelines and Description of EU-SILC Target Variables, 2019 operation.
- [4] Eurostat (2019), Methodological Guidelines and Description of EU-SILC Target Variables, 2020 operation.
- [5] Eurostat (2019), EU statistics on income and living conditions (EU-SILC) methodology - concepts and contents, Statistics Explained.
- [6] Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).
- [7] INE, Inquérito ao emprego. Taxa de desemprego (Ajustada de sazonalidade - %) da população ativa com idade entre 15 e 74 anos por Grupo etário; Mensal. Disponível em www.ine.pt. Acedido a 14 fevereiro 2024.
- [8] International Labour Organization (ILO). Ilostat. Disponível em <https://www.ilo.org/ilostat/>. Acedido a 12 janeiro 2024.
- [9] Oliveira, C., Pacheco, S., Neves, S., & Lima, F. (2017). Educação e formação de adultos em Portugal: retrato estatístico de uma década. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em <https://www.ine.pt/xportal/xmain>.
- [10] Peralta, S., Carvalho, B. P., & Esteves, M. (2021). A pandemia e o mercado de trabalho: O que sabemos um ano depois. Nova School of Business and Economics
- [11] Peralta, S., Carvalho, B. P., & Esteves, M. (2022). Portugal, Balanço Social 2021. Nova School of Business and Economics. <https://doi.org/10.34619/g5ko-pz3e>
- [12] Peralta, S., Carvalho, B. P., & Fonseca, M. (2023). Portugal, Balanço Social 2022. Nova School of Business and Economics. <https://doi.org/10.34619/vjnr-zsdn>



15. Índice de perguntas

Índice de perguntas

3	OS RECURSOS DAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS EM 2022	
	Qual é o limiar de rendimento abaixo do qual se é pobre?	14
	Existem linhas de pobreza diferentes para diferentes tipos de família?	14
	Qual é a percentagem de pessoas pobres em Portugal?	15
	Quais são os grupos da população mais vulneráveis à pobreza?	15
	De que forma é que a relação com o mercado de trabalho afeta o risco de pobreza?	16
	Qual é a relação entre a composição do agregado familiar e o risco de pobreza?	18
	Quantas pessoas vivem em situação de vulnerabilidade económica?	19
	Quantas pessoas vivem em situação de pobreza extrema?	19
	Que parte da pobreza é explicada pela variação do limiar de pobreza ao longo dos anos?	20
	Qual é a distribuição do rendimento disponível em 2022?	21
	Que outras dimensões de fragilidade económica podemos considerar?	21
3.1	Intensidade e severidade da pobreza	
	Quanto seria necessário para retirar todos os pobres da condição de pobreza?	22
	Quão severa é a situação dos mais pobres entre os pobres?	23
4	PARA ALÉM DO RENDIMENTO	
4.1	Privação material e social: indicador oficial do Eurostat	
	Como é que o Eurostat mede a privação?	25
	Qual é a percentagem de residentes que se encontra em privação material e social?	26
	Quão intensa é a privação material e social em Portugal?	26
	Como varia a privação material e social consoante a condição de pobreza?	27
	Em que dimensões se observam maiores taxas de privação?	27
4.2	Outras privações essenciais	
	4.2.1 Situação laboral	
	Como podemos medir a intensidade de ligação com o mercado de trabalho?	30
	Que percentagem da população tem intensidade laboral baixa ou muito baixa?	31
	4.2.2 Educação	
	Que percentagem da população tem educação superior?	32
	Qual é o impacto do nível de educação na desigualdade salarial entre géneros?	33
	4.2.3 Saúde	
	Como se caracteriza o estado de saúde dos residentes em Portugal?	34
	Como se caracteriza o acesso à saúde dos residentes em Portugal?	34
	4.2.4 Habitação	
	Quais são as privações habitacionais da população residente?	35
	Quão relevantes são os encargos com habitação?	36
4.3	Qual foi o impacto da inflação nas condições de vida em Portugal?	
	Qual foi o impacto da inflação nas condições de vida em Portugal?	37

Índice de perguntas

5	DESIGUALDADE DO RENDIMENTO	
	Que percentagem do rendimento do país é detido pelos 25% mais pobres?	39
	O que nos dizem as outras medidas de desigualdade?	40
	A educação e a situação laboral influenciam a posição na distribuição do rendimento?	41
6	A IMPORTÂNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS	
	Quais são as transferências sociais mais relevantes?	44
	Qual seria a taxa de risco de pobreza sem transferências sociais?	44
	Qual é o impacto das transferências sociais na intensidade e severidade da pobreza?	45
	Qual é a relação entre as transferências sociais recebidas e o rendimento?	45
7	DIFERENÇAS REGIONAIS	
	Quais são as regiões mais pobres?	47
	Em que regiões é maior a privação material e social?	47
	Em que regiões é maior a desigualdade na repartição de rendimentos?	48
	Que municípios têm maior desigualdade na repartição de rendimentos?	48
8	AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS MAIS NOVOS E DOS MAIS VELHOS	
8.1	Pobreza e desigualdade	
	Qual é a taxa de pobreza das crianças e dos mais velhos?	51
	Qual é o impacto das transferências sociais na pobreza das crianças e nos mais velhos?	51
8.2	Privação material e social	
	Qual é a percentagem de crianças e de mais velhos em privação material e social?	53
	Em que dimensões se observam maiores taxas de privação para as crianças e os mais velhos?	53
8.3	Outras privações essenciais	
	Que outros tipos de privações enfrentam as crianças em Portugal?	55
	Que outras privações têm os mais velhos em Portugal?	55
9	SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR	
	Como é que a condição de pobreza influencia a prática de hábitos menos saudáveis?	58
	Qual é o impacto da pobreza nas dificuldades que as pessoas enfrentam no seu dia-a-dia?	59
	Em que medida é que a condição de pobreza afeta a satisfação com a vida?	60
	Em que medida é que a condição de pobreza afeta o isolamento social?	61

Índice de perguntas

10	2023 EM REVISTA	
10.1	Emprego	
	Como evoluiu a taxa de desemprego nos últimos anos?	63
	Em que regiões houve maior aumento no número de inscritos no centro de emprego?	64
	Em que municípios existe maior dificuldade no acesso ao mercado de trabalho?	65
	Como evoluiu o número de inscritos nos centros de emprego nos diferentes grupos socio demográficos?	66
	De que forma varia o número de horas trabalhadas para os diferentes grupos socio-demográficos?	67
	Qual é a prevalência de teletrabalho entre os diferentes grupos socio-demográficos?	68
	Qual é a prevalência de trabalho temporário entre os diferentes grupos socio-demográficos?	69
10.2	Proteção social	
	Quem recebe abono de família?	70
	Como se distribuem os beneficiários pelos escalões do abono de família?	71
	Quem recebe rendimento social de inserção?	72
	Que tipo de agregados recebem rendimento social de inserção?	73
	Quem recebe a prestação social para a inclusão?	74
10.3	Pobreza e desigualdade em 2023: um panorama	
	Quantas pessoas se classificam, em 2023, como pobres?	75
	Em que grupos socio demográficos aumentou mais a taxa de pobreza em 2023?	75
	Como evoluiu a taxa de pobreza para os diferentes tipos de agregados familiares?	75
	Como evoluiu a taxa de pobreza de acordo com a condição perante o trabalho?	76
	Qual seria a taxa de pobreza sem transferências sociais?	76
	Como evoluiu a desigualdade na repartição de rendimentos?	76
	A diminuição da pobreza e desigualdade verificou-se em todas as regiões de Portugal?	76
11	PERCEÇÕES, EXPECTATIVAS E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES	
	Quem avalia a situação em 2023 como má em diferentes dimensões?	78
	Quem tem piores expectativas sobre o próximo ano em diferentes dimensões?	79
	Quais são os problemas mais importantes que Portugal enfrenta?	80
	Como é que a situação económica das pessoas influencia a confiança nas instituições e a satisfação com a democracia?	81
13	QUESTÕES METODOLÓGICAS	
13.1	Como medir a pobreza	
	Pobreza absoluta ou relativa?	91
	Pobreza unidimensional ou multidimensional?	92
	Pobreza persistente?	92
	Contar indivíduos ou famílias?	93



Fotografias: Unsplash | Design e infografias: Laboota